



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
PÓS-GRADUAÇÃO EM METAFÍSICA - MESTRADO

LANA ELLEN TAVARES DE SOUSA

**METAFÍSICA DA SUBSTÂNCIA E IDENTIDADE DE GÊNERO:
uma leitura dos livros didáticos de filosofia**

BRASÍLIA – DF

2019

LANA ELLEN TAVARES DE SOUSA

**METAFÍSICA DA SUBSTÂNCIA E IDENTIDADE DE GÊNERO:
uma leitura dos livros didáticos de filosofia**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Metafísica, do Instituto de Ciências Humanas como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Metafísica sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Gontijo.

BRASÍLIA – DF

2019

**METAFÍSICA DA SUBSTÂNCIA E IDENTIDADE DE GÊNERO:
uma leitura dos livros didáticos de filosofia**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Metafísica, do Instituto de Ciências Humanas como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Metafísica sob a orientação do Prof. Dr. Pedro E. Gontijo.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Gontijo.
Orientador
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento
Membro da Banca Examinadora
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Elisete Medianeira Tomazetti
Membro da Banca Examinadora
Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Priscila Borges
Membro da Banca Examinadora
Universidade de Brasília

Por que as mulheres e a Filosofia? Porque estamos dispostas, como sempre estivemos, a expor nossas caras, nossas falas, nossos medos, mas principalmente, nosso desejo de filosofar.
(Menezes, 2004, p.127)

AGRADECIMENTOS

Digo obrigada ao todo o qual faço parte, mas principalmente a Universidade de Brasília e as diversas oportunidades de amadurecimento intelectual que a mesma oferece. Sinto-me um ser que evoluiu (e continua a evoluir), cresceu e empoderou-se, trilhando um caminho de descobertas propiciado pela Filosofia.

Estendo mais uma vez, tamanha gratidão ao Prof. Dr. Pedro Gontijo por continuar a segurar minha mão por tantos anos nessa incessante busca ao conhecimento, pelo seu olhar sensível a todas as minhas particularidades e por sua indispensável colaboração, afirmo-lhe, sem o nosso trabalho em conjunto certamente eu não chegaria até aqui, a forma como compartilhamos, discordamos e produzimos ideias é fantástica e única.

Por fim, sou grata por ter podido apurar meu olhar como professora e constatar mais uma vez que estamos aprendendo a todo o momento e sendo capaz de copilar tamanha teoria com minha práxis educativa, sinto-me, hoje, contemplada por poder de alguma forma contribuir com um material que considero emergente ao campo da filosofia e de grande importância para a figura da mulher filósofa.

RESUMO

A presente pesquisa partiu da análise da presença na sociedade ocidental contemporânea de uma metafísica da substância, onde por maior que sejam as dificuldades, as mulheres contribuem e contribuíram para a elaboração do pensamento racional. No entanto, analisa-se que essa metafísica da substância percorre a tradição filosófica e é expressa por muitos filósofos, sendo a “filosofia feminina” poucas vezes estudada e reconhecida por suas teorias.

Assim, preocupando-se em promover a construção de novos olhares acerca da temática “filosofia e mulheres” e sobre o ente feminino em linhas gerais, a presente pesquisa faz interface entre filosofia e educação. Tal interface viu-se pontualmente possibilitada pela utilização dos livros didáticos do ensino médio, no que se refere ao silenciamento das filósofas, perpassando por resquícios sociológicos e históricos que englobam um problema ontológico de significação fixada, assim como o entendimento a priori que, o ser se apresenta em múltiplas formas, cujo debate transita por questões acerca da perspectiva mitológica a contemporaneidade, analisa a palavra, a forma e a imagem do feminino, assim como se atenta à “aniquilação simbólica da mulher” no filosofar, a fim de pensar e repensar “As mulheres e a Filosofia” como tema genuinamente filosófico.

Para tanto, observou-se a metafísica da substância a qual os atributos do sujeito não devem ser postos como “categorias naturais” e notou-se como questões do privado refletem em cobranças de uma identidade “aprovada” socialmente devido a um efeito estético da ideia construída sobre o “ser-mulher”.

Para isso pretendeu-se por um lado revisitar a participação das filósofas a partir das contribuições do feminismo na construção do pensamento filosófico; e, por outro lado, investigar através da análise de alguns livros didáticos de Filosofia, disponibilizados pelo Ministério da Educação para as escolas públicas brasileiras aprovados no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, se os conteúdos escolares da disciplina de Filosofia refletem a invisibilidade que as filósofas sofreram ao longo da história.

Por fim a partir de algumas questões se verificou a reprodução dessa metafísica da substância não afirmada, mas expressa na forma como trata a presença feminina nos textos didáticos disponíveis nos livros da disciplina para o Ensino Médio.

Palavras-Chaves: Filosofia; Mulher; Educação; Metafísica; Representação; Identidade; Ser.

ABSTRACT

The present research starts from the analysis of the presence in contemporary western society of a metaphysics of substance where, however difficult the difficulties are, women contribute and contribute to the elaboration of rational thought. However, it is analyzed that this metaphysics of the substance goes through the philosophical tradition and is expressed by many philosophers, being the "feminine philosophy" rarely studied and recognized by its theories.

Thus, in order to promote the construction of new perspectives on the theme "philosophy and women" and on the feminine entity in general lines, the present research interfaces philosophy and education, punctually with high school textbooks in what refers to the silencing of philosophers, permeated by sociological and historical remnants that encompass an ontological problem of fixed meaning, as well as the a priori understanding that, being manifested in multiple forms, whose debate transitions through questions about the mythological perspective of contemporaneity, analyzes the word, form and image of the feminine, as well as attentive to the "symbolic annihilation of women" in philosophizing, in order to think and rethink "Women and Philosophy" as a genuinely philosophical theme.

In order to do so, one observes the metaphysics of the substance to which the attributes of the subject should not be placed as "natural categories" and perceived as questions of the private reflect in the collections of a socially "approved" identity due to an aesthetic effect of the idea built on the "being-woman".

To this end, it is intended to revisit the participation of philosophers from the contributions of feminism in the construction of philosophical thought; and on the other hand, to investigate through the analysis of some didactic books of Philosophy provided by the Ministry of Education to the Brazilian public schools approved in the National Program of Didactic Book - PNLD, if the school contents of the discipline of Philosophy reflect the invisibility that the philosophers have suffered throughout history.

Finally, from some questions will be verified the reproduction of this metaphysics of the substance not affirmed, but expressed in the way it treats the feminine presence in the didactic texts available in the books of the discipline for High School.

Keywords: Philosophy; Woman; Education; Metaphysics; Representation; Identity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNB: Universidade de Brasília

PIBID: Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PLND: Plano Nacional do Livro Didático

PDE: Plano Distrital de Educação

PNE: Plano Nacional de Educação

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I: Filósofas e Filósofos

Gráfico II: Alusões ao feminino e ao masculino

Gráfico III: Filósofas e Filósofos (2)

Gráfico IV: Alusões ao feminino e ao masculino (2)

Gráfico V: Filósofas e Filósofos (3)

Gráfico VI: Alusões ao feminino e ao masculino (3)

Gráfico VII: Filósofas e Filósofos (4)

Gráfico VIII: Alusões ao feminino e ao masculino (4)

Gráfico IX: Filósofas e Filósofos (5)

Gráfico XI: Alusões ao feminino e ao masculino (5)

Gráfico XII: Filósofas e Filósofos (6)

Gráfico XIII: Alusões ao feminino e ao masculino (6)

Gráfico XIV: Filósofas e Filósofos (7)

Gráfico XV: Alusões ao feminino e ao masculino (7)

Gráfico XVI: Filósofas e Filósofos (8)

Gráfico XVII: Alusões ao feminino e ao masculino (8)

Gráfico XVIII- Resultado geral das análises comparativas entre os livros didáticos

SUMÁRIO

1 PARA COMEÇAR.....	10
1.1 A experiência forçando o pensar: Gênero, Escola e Ensino de Filosofia.....	11
1.2 Por que as mulheres e a filosofia?	12
1.3 O percurso.....	17
2 CAPÍTULO PRIMEIRO: a percepção.....	20
2.1 Da mitologia à contemporaneidade.....	20
3 CAPÍTULO SEGUNDO: Palavra, forma e imagem.....	29
3.1 Imagem, uma questão histórica.....	30
3.2 Representação da identidade – mulher.....	31
3.3 Percepção do corpo feminino como uma questão estética.....	32
4 Capítulo terceiro: Aniquilação simbólica.....	35
4.1 Onde estão as filósofas?	36
4.2 O gênero da sabedoria.....	42
5 Capítulo quarto: Uma interface com o ensino de filosofia.....	46
5.1 Por que envolver o ensino de filosofia?.....	47
5.2 Por que olhar para os livros didáticos?.....	49
5.3 Princípios e critérios de avaliações das coleções para o ensino médio.....	51
5.4 Apresentações de dados I – Livro: Fundamentos de Filosofia.....	56
5.4.1 Apresentações de dados II – Livro: Filosofando.....	58
5.4.2 Apresentações de dados III – Livro: Iniciação à Filosofia.....	61
5.4.3 Apresentações de dados IV – Livro: Filosofia: uma experiência do pensamento.....	63
5.4.4 Apresentações de dados V – Livro: Diálogos: primeiros estudos em filosofia.....	65
5.4.5 Apresentações de dados VI – Livro: Reflexões: filosofia e cotidiano.....	67
5.4.6 Apresentações de dados VII – Livro: Filosofia e Filosofias.....	69
5.4.7 Apresentações de dados VIII – Livro: Filosofia: Temas e Percursos.....	71
5.5 Discussão.....	71
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83

1 PARA COMEÇAR

Dou início a essa com uma breve reflexão autobiográfica para ilustrar como as questões sobre relações de gênero sempre estiveram em minha vida, de que forma as identifiquei como um problema e de que modo elas se tornam ainda presentes e dialogam com meu ser filósofa, professora e, sobretudo, mulher.

Quando criança, tentaram iniciar-me como a “boa menina”. Branca, cabelos lisos e pretos, o meu primeiro vestido (e mais marcante em minha memória) foi rosa com bolinhas brancas; os brinquedos associavam-se aos “cuidados femininos”, bonecas de diversos tamanhos, cozinha de plástico toda equipada, tábua de passar roupa, dentre outros tantos para me “familiarizar” com o que fosse necessário a tornar-me uma “boa mulher”.

Até então, gostava, mas ao ser inserida em outro contexto social e sair do núcleo familiar as coisas começaram a mudar. Este período de autodescoberta foi iniciado na escola, o primeiro lugar de relação com o diferente. Foi quando percebi que havia brinquedos mais atrativos que os meus. Mesmo sem perceber, compreendi que, apesar de adorar rosa, ter uma vaidade extrema e “ser bem feminina” a esfera do que era considerado “mundo masculino” me interessava mais do que os “cuidados femininos”.

À medida que cresci, essa preferência começou a incomodar outras pessoas em minha volta. Sendo assim, no Ensino Médio as coisas complicaram um pouco, as cobranças sociais estavam ainda maiores e questões acerca da sexualização do corpo feminino eram constantes.

Tais situações me fizeram indagar sobre o “lugar da mulher” neste mundo, porém, ainda muito “crua da vida” por vezes tinha discussões vazias sentindo-me corriqueiramente culpada por não me sentir parte do tal “lugar de mulher”.

Foi então que ingressei na Universidade de Brasília, optei por lecionar e cursar Filosofia, acreditando que poderia levar o conhecimento de maneira diferente às pessoas que estivessem nas salas de aula que um dia eu regeria. Ao passar do tempo, como graduanda de filosofia, com a ajuda de algumas pessoas um tanto mais esclarecidas que eu e através de alguns estudos, assimilei meus vinte e poucos anos a “problemas de gênero” e a partir daí surgiu a pretensão de, por meio da filosofia, investigar com maior sistematicidade esses incômodos na perspectiva de contribuir para que outras mulheres não se sentissem como me senti por tanto tempo. O caminho a percorrer foi pensado como um “transformar algo” que já

era vivenciado como problema existencial do cotidiano em problema epistemológico e, mais recentemente, problema de investigação ontológica.

Finalmente, a produção atual dá-se como fruto do encontro com o Programa de Pós-Graduação em Metafísica, também da Universidade de Brasília, onde abordagens acerca dessa temática começam a produzir pesquisas nesse campo de conhecimento, a exemplo do que ocorreu na pesquisa “*CORPOS À MARGEM E O ETHOS FILOSÓFICO: Para pensar gênero e a filosofia*”, mostrando como as mulheres aparecem na formação universitária dos futuros professores e professoras de filosofia. Com essa dialogarei em alguns momentos pois corrobora com a investigação aos livros didáticos da disciplina e seus reflexos nas instituições de ensino. Agora, seguindo a experiência feita na graduação, investigaria esse pensar gênero e ensino de filosofia. Das diferentes possibilidades, o andamento dos estudos nos levou a pesquisar sobre o modo como os livros didáticos de filosofia apresentam a produção de conhecimentos das mulheres.

1.1 A experiência forçando o pensar: Gênero, Escola e Ensino de Filosofia

Meus interesses eram claros: filosofia, escola e gênero. Sendo assim, busquei participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID¹ no curso de FILOSOFIA da Universidade de Brasília. Ao voltar para a escola, pontualmente para o Ensino Médio, dessa vez com outra perspectiva, como bolsista, atuando junto aos docentes de filosofia, percebi os mesmos problemas. Contudo, uma “nova” problemática me chamou atenção, como os alunos e alunas tiveram dificuldade em receber-me como “filósofa”, ou ainda, em perceber a presença do feminino na filosofia e a forma diferente como lidavam com os graduandos bolsistas de sexo masculino e feminino nas atividades de docência nas escolas.

Por isso, para além das motivações advindas do que cotidianamente se vive nas relações de gênero em qualquer contexto, essa investigação parte de um despertar do ano de 2015 com a experiência particular vivenciada no PIBID FILOSOFIA. Tanto nas situações vividas na escola quanto em observações rotineiras apareceram diversos contingentes envolvendo relações e conflitos de gênero. Tornando necessária uma busca teórica com uma investigação empírica, partindo de experiências e histórias, conceitos e interferências da

¹ O Pibid é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professoras e professores. O programa concede bolsas a alunas e alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvida por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola. (<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>)

cultura nas relações de gênero das sociedades. Alguns resultados dessa pesquisa serão aqui retomados, visto que a partir de uma nova perspectiva da produção atual é notório que o modo como as filósofas aparecem (ou não) no material didático utilizado pelos educandos, refletirá também nas problemáticas observadas anteriormente.

As dificuldades que encontrava para me reconhecer mulher-filósofa, devido à invisibilidade encontrada na história da filosofia, na graduação em filosofia e posteriormente no ensino de filosofia no ensino médio levaram a uma nova perspectiva: Mulher e a Filosofia.

1.2 Por que as mulheres e a filosofia?

“Por que as mulheres e a Filosofia? Porque estamos dispostas, como sempre estivemos, a expor nossas caras, nossas falas, nossos medos, mas principalmente, nosso desejo de filosofar.” (Menezes, 2004, p.127)

A reflexão filosófica pode ser questionadora e ao mesmo tempo reproduzir preconceitos existentes no corpo social. Por isso, a fim de pensar e repensar as relações de gênero na Filosofia destacando as temáticas “Gênero e Filosofia” e “As mulheres e a Filosofia” como temas genuinamente filosóficos e transgressores.

“Transgredir na filosofia implica ir além daquilo que vem sendo pensado e problematizado na história do pensamento filosófico, atravessando “as fronteiras” do pensamento filosófico.” (Rosa, 2015, p. 34)

Logo, é emergente destrinchar a filosofia clássica, fazer novas questões, problematizar esse lugar que tanto valoriza a pergunta, mas que pergunta tão pouco sobre as mulheres e o seu pensamento (BIRULÉS, 1997). Não temos como pensar as relações de gênero na Filosofia, ou ainda as mulheres e a filosofia sem infringir a normalidade filosófica secular (ROSA, 2015). Por este motivo, analisar a filosofia a partir da categoria social de gênero pode contribuir, mesmo que brevemente, para uma revisão crítica da história do pensamento filosófico, tal esforço justifica-se na tentativa de contribuir para a desconstrução do que parece ser um componente da metafísica da substância: o sujeito universal masculino. Este serviu como base para a compreensão do ser humano em grande parte dos discursos filosóficos e mostra ser um dos fatores responsáveis por colocar na invisibilidade as mulheres enquanto sujeito e pensadoras.

Isto posto, o cenário filosófico parece ter sido sempre composto por grandes filósofos que contribuíram com suas teorias para a construção de diferentes visões da

sociedade e da humanidade. Contudo, nessa construção aparentemente não se indaga sobre: onde estão as mulheres na tradição filosófica? Estariam elas contempladas em alguma ontologia do humano, sujeito universal, ao qual a filosofia se preocupa? Aparentemente, há uma particularização dessa humanidade a qual se dirige, corroborando para continuar um campo dominado pela figura masculina e negligente quanto às produções filosóficas femininas.

Esta negligência se faz visível no ensino de filosofia, seja no âmbito do ensino médio, da graduação ou da pós-graduação. Durante quase todo (se não todo) estudo filosófico em nível de ensino médio e superior lemos muitas obras de homens e as escritas das filósofas parecem inexistentes ou quase. Tal invisibilidade é atribuída às obras “femininas” ao considera-las menores, insignificantes (BIRULÉS, 1997). E, mesmo quando há interesse em estudar e ensinar uma “filosofia feminina”, o esforço para esse feito deve ser redobrado, afinal, há um silêncio não apenas simbólico, mas também material. Essa problemática pode ser justificada além da tradição, mas no fato de pesquisadores (as) das instituições de ensino superior não fortalecerem esses estudos, não legitimarem e assumirem como filosófico, além de não permear nossas reflexões diárias, apenas esporádicas (GRAZIELA, 2006).

As indagações são inúmeras. Por que não são trabalhadas as filósofas? Por que não mencioná-las? Não existem produções filosóficas de mulheres? Ou essas produções não são consideradas boas o suficiente para serem estudadas? Será que as mulheres possuem uma capacidade intelectual distinta dos homens? Seus textos são diferentes por serem escritos por um ente feminino?

“Não podemos permitir que oprimam nossas palavras e saberes, tampouco que decidam o que é filosófico ou não, o que deve ser lido e pesquisado. As questões filosóficas que problematizam as mulheres e a Filosofia precisam ser valorizadas.” (ROSA, 2015. p. 35)

A crença de uma natureza feminina e masculina reforça a existência de um diferencial entre homem e mulher, e essa distinção acarreta e concretiza uma dominação masculina nos mais diversos campos da vida e do saber, o que inclui o filosófico. Sendo preciso problematizar como a história da filosofia é regada por androcentrismo e criar estratégias de pesquisa sobre o gênero feminino.

“A sabedoria humana parece entrar em conflito de poderes entre os sexos e então torna-se competição, violência, negação da vida e de seu próprio significado. É exatamente isto que uma análise de GÊNERO nos revela, a saber, o poder sobre o saber ou o poder sobre a sabedoria reconhecida é um poder e um privilégio masculino. As mulheres são intrusas, usurpadoras de alguma coisa que não lhes pertence. Elas fazem mal desejando o saber e, como resposta a este mal, tenta-se restaurar a harmonia social em forma de

castigo, de silêncio, de tortura ou de morte. Mantêm-se os papéis sociais reconhecidos por um tipo de organização social”. (GEBARA, 2000, p.81)

Rosa (2015) chama atenção não só para desvalorização clássica mas também a atual, a filósofa ressalta que ainda hoje quando anunciado o desejo de investigação no campo “Mulher e Filosofia” há prontamente uma desmotivação exercida quanto ao tema. Não obstante, a autora lembra ainda que poucos departamentos de Filosofia no Brasil reconhecem a temática como uma questão filosófica, enquanto que em outros países, já temos o tema “As mulheres e a Filosofia”, e/ou “As Relações de Gênero na Filosofia”, como temas consolidados.

A escassez das pensadoras é notória ainda nos documentos norteadores do ensino de filosofia a nível nacional, no posicionamento e escolhas de profissionais da área no cotidiano, na maioria dos materiais e manuais didáticos, nas falas de estudantes em sala de aula e na dificuldade de sanar tantas questões, afinal, será que o saber filosófico tem um gênero pré-estabelecido? Se sim, seria o ensino de filosofia um campo realmente excludente?

Ao fazermos uma breve análise dos documentos oficiais sobre ensino de filosofia no Brasil da década passada podemos observar como a emergência de temas relacionados às mulheres ou a gênero de um modo geral ficaram esquecidos ou silenciados. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCNEM e as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio foram referências norteadoras por mais de uma década para os estados elaborarem seus currículos de Ensino Médio.

No capítulo sobre a área de História no PCNEM, temos referências que enfatizam o surgimento de vozes antes esquecidas ou silenciadas:

“A história social e cultural tem se imposto de maneira a rearticular a história econômica e a política, possibilitando o surgimento de vozes de grupos e de classes sociais antes silenciados. Mulheres, crianças, grupos étnicos diversos têm sido objeto de estudos que redimensionam a compreensão do cotidiano em suas esferas privadas e políticas, a ação e o papel dos indivíduos, rearticulando a subjetividade ao fato de serem produto de determinado tempo histórico no qual as conjunturas e as estruturas estão presentes”. (Parâmetros Nacionais Curriculares Ensino Médio, 2000, p. 21)

O alerta do documento para professores e professoras de história contribui para pensarem a materialização de um ensino de história não considerando apenas as generalizações, mas também as singularidades. O apontamento norteia uma nova prática docente, onde há espaço para “novas vozes”, o qual já está ali “reservado”. Dentre estas vozes estão as mulheres.

Seguindo o documento, o capítulo sobre os conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Política também apresenta duas rápidas referências que o “modelo de família nuclear e patriarcal vai perdendo espaço, tendo em vista as conquistas advindas do próprio movimento feminista” (PNCEM, 2000, p. 37) ou que:

“Cabe ressaltar a importância dos movimentos sociais no processo de construção da cidadania, em função do seu papel, cada vez mais expressivo, de interlocução com o poder público, desde o movimento operário até os chamados “novos movimentos sociais” (ecológico, pacifista, feminista etc)”. (Parâmetros Nacionais Curriculares Ensino Médio, 2000, p. 42)

Veja que, no que se refere a essas duas áreas do conhecimento, há ao menos alguma menção referente ao feminino ou às mulheres. Ao mesmo tempo, no capítulo de Filosofia não há nenhuma menção a nenhuma questão de gênero ou nenhum alerta sobre a produção das mulheres ou questões correlatas que mostrasse que tal temática é preocupação da filosofia. E isso pode dizer muito sobre a perpetuação e expressão de tal prática de silenciamento.

Acrescentando a esta reflexão outro documento do Ministério da Educação sobre o ensino de filosofia, as Orientações Curriculares Nacionais - OCN de Filosofia para o Ensino Médio, pode-se observar o mesmo tipo de silenciamento e, talvez mais grave, pois há uma lista de 30 temas sugeridos para serem estudados no Ensino Médio e nenhum deles apresenta nome algum de mulher ou perspectivas de gênero. Os temas sugeridos pelo documento apenas se preocupam em seguir a tradição filosófica. Lembramos que tal lista apresentada apenas como sugestão é a réplica da lista cobrada nas avaliações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE para estudantes de Filosofia.

Esses diferentes aspectos abordados levaram a um questionamento mais sistemático das razões de tal silenciamento das vozes femininas da filosofia que parecem justificar a existência de um sistema ontológico que problematiza as categorias de gênero e coloca o sujeito como condutor dessa esfera. Tal sistema ontológico que se expressa sobre efeitos de uma formação discursiva e cultural vem construindo por séculos uma imagem acerca do mundo e da história, que ocultou e submeteu a mulher em função do homem devido a fixação da significação da identidade ao sexo. Assim faz-se necessária uma investigação crítica para analisar precisamente o “ente feminino” como noção posta, aparentemente estável, de um adjetivo próprio à mulher, sem considerar suas possibilidades e multiplicidades substanciais. Além das instaurações de valores estéticos e sociais que a figura do que se

compreende imagetivamente como feminino se faz validar². Considerando a imagem da mulher como uma construção social, à análise, a percepção do corpo feminino e a relação dos outros para com o corpo da mulher, assim como da mulher com seu próprio corpo, sendo uma forma de comunicação e de imposição de padrões que promove uma busca incessante pela sensação de satisfação. Onde a aparência surge enquanto indicadora de potencialidades nos campos pessoais e coletivos.

Esta análise, portanto, se remete ao “ser”, o sujeito que filosoficamente não deveria ter corpo, classe social, identidade ou raça, apenas carregar em si o *logos*. No entanto, nesta dissertação pontual, que torna o feminino objeto de reflexão fundamental e considera o gênero como premissa para posições de identidades ou anti-identidades, toma-se o Ser Feminino-Mulher e a construção variável da identidade como pontos de partida para ações de uma política pública educacional, seguindo como continuidade de uma pesquisa iniciado com o PIBIC³ - o qual foi resultado das questões vivenciadas e refletidas no PIBID - no ano de 2015 e depois com a monografia de graduação, corroborando ainda com ações que vêm sendo feitas por pessoas, especialmente por mulheres, que trabalham na filosofia com questões de gênero e feminismo.

Para tratar esta questão, apropria-se da metafísica da substância, termo inspirado em Nietzsche e sua crítica à noção de sujeito. Deste modo, tornam-se necessários alguns entendimentos pontuais sobre o que se refere. A metafísica para Nietzsche é toda concepção da existência e do real que divide os mundos, por exemplo, um mundo do incondicionado e um mundo condicionado, um mundo do Ser e um mundo do devir. Essa noção é aqui utilizada para designar a noção substancial do ser e que corrobora com o método genealógico, onde a relação, o porquê condiciona, determina e limita, é já compreendida como relação de poder. A substância, por excelência, é “forma” (*morphé*), princípio fundamental que determina, delimitando e configurando algo enquanto algo. A forma caracteriza a essência e o ser de um ente.

Aristóteles define substância como um suporte pelo qual a matéria se constitui a forma. A substância primeira refere-se aos seres individuais, particulares. É nela que a essência está contida, aquela que guarda uma identidade consigo mesma, uma unidade

² Corpo simbólico: o uso do feminino na construção de sentido das fotografias de campanhas publicitárias de moda - Pedro Ceccim Morales, UFSM.

³ O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica.

interna, as características próprias dos seres. A substância segunda diz respeito aos universais abstratos dos indivíduos.

Nietzsche contraria tal conceito ao entender que o “ser” de um ente só pode se dar como configuração necessariamente provisória e *a posteriori* de relações de forças, ou seja, a forma de um ser não o caracteriza, afinal, se retiramos de uma “coisa” todas as suas relações, “não sobra a coisa”. Assim, ao tratar a fluidez da identidade de gênero, presume a concepção humana de sujeito como pessoa e o gênero como “fenômeno inconstante e contextual que não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2012, p. 28-29.), diferentemente das normas da inteligibilidade social que questionam a própria noção de ser podendo interpretá-las como incoerentes por não corresponderem à normatividade reguladora na qual, paradoxalmente, as pessoas são definidas. Em vista disso, o problema do ser exige um esforço de interiorização de uma essência – feminina ou masculina – onde a substância, se não interiorizada, não se torna inteligível.

Tais manifestações se sobressaem em diversos ambientes sociais, incluindo-se a escola, o que permite pensar como a educação pode intervir nas diferenças que esse silogismo remete à fluidez da identidade de gênero na sociedade, pois, se a identidade é um efeito da prática discursiva, ela pode ser trabalhada para não ser mais causa de expressão discriminatória, hierárquica ou sexista.

Por isso, busca-se abordar as temáticas: “Gênero e Educação” e “Gênero/Mulher e Filosofia”, a fim de destacar a emergência de conhecer e reconhecer as filósofas, trabalhá-las em sala de aula e apontar também o ocultamento dessas em manuais didáticos.

1.3 O percurso

Esta pesquisa é idealizada para um trabalho em que, a partir de estudos metafísicos e de gênero, a experiência das mulheres se torne uma nova fonte teórica e empírica para investigações (HARDING, 1987). Na esfera de tantos questionamentos, o trabalho proposto pretende investigar a escassez do ser feminino no ensino de filosofia que se reproduz por diversas vias, sendo aqui o foco nos livros didáticos.

Para tanto, o caminho percorrido parte da tradição histórica filosófica dedicando-se à perspectiva dos filósofos sobre as mulheres do mito à contemporaneidade, buscando entender de onde vem os resquícios que colhemos na atualidade sobre tamanho silenciamento. Posteriormente, o olhar será voltado para o “campo geral”, o mundo, objetivando

compreender que a palavra, a forma e a imagem do feminino que reflete em âmbitos específicos, denotam de um ponto comum. Neste momento, faz-se necessário recorrer a teorias e ontologias como as contribuições fundamentais de Simone de Beauvoir, em *Segundo Sexo*, onde a filósofa se propõe a investigar a origem da submissão das mulheres, o porquê ela é percebida como o “Outro” enquanto os homens são considerados como Sujeitos, além de desconstruir a naturalização da submissão das mulheres no decorrer da história (BEAUVOIR, 2016). A obra filosófica *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*, de Andrea Nye, na qual a autora faz um resgate das filósofas feministas e da luta que enfrentaram ao buscar incluir a perspectiva feminista em um pensamento filosófico marcado pela dominação masculina (NYE, 1995). Hannah Arendt foi a partir de sua obra *A Condição Humana*, visto que mesmo não tendo se debruçado acerca do conceito de gênero, a filósofa aponta aspectos importantes das relações humanas, referenciando-se na pluralidade humana como condição fundamental para a ação (ARENDDT, 2014); dessa forma, apresenta uma alternativa para a compreensão do ser humano além da forma generalizada que costuma ser encontrada nos discursos filosóficos. Judith Butler em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* e Joan Scott auxiliaram no entendimento acerca do gênero enquanto categoria de análise, copilando com Guacira Louro, Juliana Pacheco, Graziela Rinalde e o corpo de filósofas que compõem os livros *Mulher e Filosofia: as relações de gênero no pensamento filosófico* e *O que os filósofos pensam sobre as mulheres*. Após tais contribuições retoma-se ao olhar dos filósofos agora não apenas pelo feminino, mas pela pensadora, a mulher que faz parte do intelecto e seu saber filosófico. *A posteriori* suscita a interface com a educação, pontualmente com o ensino de filosofia no ensino médio e a análise documental dos livros didáticos aprovados no PNL 2018. Para a verificação da participação das filósofas e filósofos foi realizada uma contagem comparativa conforme a citação de seus nomes nos textos didáticos, assim como uma análise quantitativa das vezes que o gênero feminino é citado em escrita ou de forma imagética, bem como qual sua conotação e contribuição. Sendo elaborada uma análise geral de como foi percebida a participação das mulheres ao longo da pesquisa e as reflexões provocadas por ela.

A pretensão é poder fornecer novos elementos para pensar um ensino de filosofia que inclua a perspectiva da mulher, apontando o potencial da própria filosofia em prol de tamanha desmistificação. Por esse motivo a inquietação que deu origem a este estudo expressa-se na pergunta: de que forma o ensino de filosofia reconhece as mulheres na elaboração de seu pensamento?

Conforme já explicitado anteriormente, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a relação entre o ontológico silenciamento das mulheres na tradição filosófica

com os conteúdos disponíveis em alguns livros didáticos de Filosofia. E tem por objetivos específicos: identificar a representatividade das filósofas nos conteúdos de Filosofia para o Ensino Médio; analisar os reflexos da desigualdade de gênero na construção do conhecimento filosófico; conhecer as contribuições das mulheres na filosofia e resgatar a importância da participação das pensadoras na produção do conhecimento filosófico; além de problematizar a relação entre a invisibilidade das filósofas no decorrer da história com a forma na qual o conhecimento filosófico é reproduzido nos livros didáticos analisados, visto que este processo não é apenas algo passado, mas é presente na formação de novas gerações que tenderão a reproduzir esse silenciamento.

2 CAPÍTULO PRIMEIRO: a percepção

Explicitamente ou implicitamente, os discursos de diversos filósofos ao longo da tradição minimizam a importância da mulher. Essa percepção torna-se possível a partir de uma breve revisão histórico-filosófica. A busca por racionalizar e naturalizar as diferenças corroboraram para uma significativa estrutura. Analisar a filosofia sob a perspectiva de gênero permite retirar as mulheres do esquecimento e silenciamento e dar a devida visibilidade. Permite, também, revelar os instrumentos capazes de sustentar a dominação de um gênero sobre outro. Há que se analisar a função de poder que toma o esquecimento como dispositivo. Se esquecer é um poder, tornar esquecido é dominação. A história das mulheres dela deriva. (TIBURI, 2016)

2.1 Da mitologia à contemporaneidade

“A atribuição dada às mulheres é fruto de discursos misóginos – muitos proferidos por filósofos – que justificavam a submissão e inferioridade feminina com base em aspectos biológicos e naturais. Alguns discursos eram proferidos de forma amena, onde apelavam para a existência de uma essência feminina, e com isso buscavam racionalizar as diferenças entre homens e mulheres.” (PACHECO, 2015, p.15)

Seguindo a linhagem da história da filosofia é possível retratar a imagem feminina em cada um de seus períodos, o que se inicia na era mitológica grega.

Diferente de outros momentos históricos, no mito é possível encontrar a presença feminina, a qual é representada pelas deusas. O curioso é pensar as atribuições dessas divindades, Afrodite (símbolo do amor), Hera (símbolo do casamento), Réia (símbolo da fertilidade feminina), Héstia (símbolo da castidade), Atena (símbolo da inteligência), e tantas outras. Em sua maioria, os “dons divinos” associam-se às “noções de feminilidade” e apesar de Atena ser considerada como inteligente, conselheira e sábia, é importante ressaltar que esta não nasceu de um ventre materno e sim da cabeça de Zeus, este fato faz analogia a mulher incapaz intelectualmente, moldada a partir do homem e dependente dele.

Ainda na mitologia grega a figura feminina começa a exercer efeitos negativos, frágeis ou fúteis. A exemplo disso, tem-se a beleza feminina e o desejo da mulher aparecendo como causa da morte, das pragas, das dores e das doenças como no mito da Caixa de

Pandora⁴. Assim como na tradição judaico-cristã, foi Eva quem cedeu primeiramente às tentações do corpo e provocou os males do mundo, sendo a mulher o pecado original.

Sócrates, apesar de não nos deixar escritos, tem registros feitos pelo seu maior discípulo, Platão, onde a mulher, mesmo que por uma experiência pessoal, é contemplada positivamente como uma “mulher sábia”, esta mulher foi a filósofa e instrutora Diotima de Mantinea responsável pelo treinamento intelectual de Sócrates, quando mais novo. Posteriormente a figura de outra mulher ganha importância na vida do filósofo, Aspásia de Mileto, que tinha grandes qualificações intelectuais, acompanhou Sócrates em suas peregrinações por Atenas e foi por ele recomendada como “mestre” para ensinar retórica. Essas duas mulheres ocupam espaços positivos na formação do pensamento socrático, o que levou Sócrates a defender a importância de as mulheres terem uma educação “tão completa quanto a dos homens”. Para o filósofo, esta seria uma Atenas com educação justa, visto que não havia diferença entre o intelecto masculino e feminino, assim deveria existir “*um sistema que permitisse às mulheres desenvolver suas mentes e habilidades e perceber seu potencial*”. Sendo livres em suas escolhas. O que é descrito a nós por Platão em *A República* através de um diálogo entre Sócrates e Glauco:

“Sócrates – Consequentemente, meu amigo, não há nenhuma atividade no que concerne à administração da cidade que seja própria da mulher enquanto mulher ou do homem enquanto homem; ao contrário, as aptidões naturais estão igualmente distribuídas pelos dois sexos e é próprio da natureza que a mulher, assim como o homem, participe em todas as atividades, ainda que em todas seja mais fraca que o homem. Glauco – Perfeitamente.

Sócrates – Concederemos, então, todas as atividades aos homens e nenhuma às mulheres?

Glauco – Como fazer isso?

Sócrates – Mas existem mulheres que têm uma disposição inata para a medicina ou para a música e outras que não têm.

Glauco – Com certeza.

Sócrates – E não existem as que possuem uma disposição inata para a ginástica e para a guerra e outras que não apreciam nem a guerra e nem a ginástica?

Glauco – Creio que sim.

Sócrates – Muito bem! Não existem mulheres que amam e outras que odeiam a sabedoria? Não existem algumas que são ardorosas e outras sem ardor?

⁴ **Caixa de Pandora** é um artefato da mitologia grega, tirada do mito da criação de Pandora, que foi a primeira mulher criada por Zeus. A "caixa" era na verdade um grande jarro dado a Pandora, que continha todos os males do mundo. Pandora abre o Jarro, deixando escapar todos os males do mundo, menos a "esperança". A esperança pode ser vista como um mal da humanidade, pois traz uma ideia superficial acerca do futuro.

Glauco – Sim, existem.

Sócrates – Logo, existem mulheres que são aptas para a guerra e outras que não são. Ora, não escolhemos homens dessa natureza para torná-los nossos guerreiros?

Glauco – Sim, escolhemos.

Sócrates – Portanto, a mulher e o homem possuem a mesma natureza no que concerne à sua aptidão para proteger a cidade, sem esquecer que a mulher é mais fraca e o homem mais forte.”

(Platão, 2004, p.157)

Dando continuidade a essa cronologia, pode-se pensar no relato que Platão deixa no *Fédon*, momento antes de Sócrates morrer, onde em uma breve referência, que por vezes passa despercebida à maioria dos leitores, Sócrates ordena a retirada das mulheres do quarto, a saída é então aceita pelos discípulos como algo natural, sendo todos coniventes a imposição. Ausentes do cômodo, as mesmas são ausentes em todo o diálogo. Tamanha ausência não é justificada por razões filosóficas genuínas.

Posteriormente, Platão em *Timeu* propaga uma representação da mulher como forma inferior da humanidade ao expor o mito da criação do homem. Contudo, *a posteriori*, em *A República* há uma postura mais amena quanto a condição feminina salientando uma ideia de igualdade entre homem e mulher, onde também as mulheres poderiam governar a cidade e ser filósofas-rainhas. No entanto, há duas propostas sociais e políticas: a da *República* e a das *Leis*. Na *República*, é defendido que embora os homens sejam superiores às mulheres, há muitas mulheres melhores que muitos homens, assim deveria dar-se às mulheres a possibilidade de uma educação capaz de as tornar possíveis governantes da cidade. Logo, sabendo que a ideia platônica de um bom governante tem como característica primordial o saber filosófico, entende-se que a sua proposta para as mulheres permitia chegar ao cume do saber, representado pela filosofia. Acontece, porém, que a cultura da Grécia Antiga aceitou como importante a obra, mas ridicularizou e excluiu a parte onde se defendia esse “novo lugar” da mulher, intitulado tal ideia como descabida ou contra “a natureza das coisas” renegando, assim, a possibilidade de acesso das mulheres ao máximo do saber e do poder.

Outro filósofo da Antiguidade, Aristóteles, traz uma posição fixa e cruel quanto ao ente feminino. Para este, a noção de mulher é uma versão deficiente de certa humanidade que apenas alcançaria realização plena no plano do masculino, e que atribuía ao feminino à facilidade de deixar-se guiar e dominar pelas emoções e sentidos, tendo seu papel social em outros campos, fora da razão, mas no da vida doméstica, pois estas são limitações que fazem

dos elementos do sexo feminino formas imperfeitas de humanidade.⁵

“Aristóteles atribui-lhes uma inferioridade que se manifesta na desigualdade das capacidades cognitivas e no domínio da ação. As mulheres não ultrapassam o plano das opiniões e mostram menor aptidão no domínio da sabedoria prática.” (VAZ PINTO, 2010, p. 27)

A mulher é por natureza inferior ao homem deve pois o obedecer. O escravo não tem vontade, a criança tem, mas incompleta, a mulher tem, mas impotente. (PACHECO, 2015, p. 17)

No medievo, a condição feminina para Agostinho em as *Confissões* é taxativamente misoginia. Entre tantas citações, é possível destacar no livro XIII, o momento o qual o filósofo afirma: “assim como na alma há uma parte que impera pela reflexão e outra para obedecer, assim também a mulher foi criada, quanto ao corpo, para o homem. Ela possui uma alma de igual natureza, mas esta, quanto ao sexo, depende do sexo masculino.” Logo, Agostinho é mais um testemunho de negatividade da tradição, onde o ser feminino é abertamente atribuído a procriação e, para este filósofo, a execução da finalidade histórica da criação “crescei e multiplicai-vos”, a mulher é apenas uma completude para o homem. Silva (2010) cita a afirmação de Agostinho onde este papel de “outro e para o outro” é claramente evidenciado.

Foi feita, portanto, a fêmea para o varão, a partir do varão, nesse sexo e nessa forma e distinção dos membros que são evidentes nas fêmeas. (SILVA, 2010, p.80)

A posição de Santo Anselmo faz referências agostinianas e trata o pecado original com ausências de categorias positivas para tratar a diferença de ser mulher, considerando que segue a mesma linha de raciocínio onde o criador cria o gênero humano feminino para “crescer e multiplicar”.

Chegando à modernidade as referências negativas são inúmeras. Começando com Descartes, sua superioridade é “benevolente”, o que o difere de tantos outros pensadores é o que deixa nas entrelinhas, em o *Discurso do método* propõe na apresentação que “sua facilidade faz de um livro que até as mulheres pudessem perceber alguma coisa”. Outro ponto quanto a esse é que na teoria cartesiana, houve contribuição da princesa Elisabeth de Boêmia.

⁵ A fêmea é descrita como “um macho mutilado”, sendo embriões femininos formas degeneradas, resultantes de desvios, carências, incapacidades. – *Woman and the History of Philosophy* . Cap 2 – “The Second Sex”, página 13-33.

Os dois trocavam cartas sobre temas bastante diversos, e por meio deste diálogo, Descartes elabora a teoria, mas não dá notoriedade à participação da princesa, o que contraria toda a atuação do filósofo nas cartas trocadas, onde o mesmo elogiara a capacidade de Elisabeth. É importante ressaltar também que a princesa foi capaz de levar o filósofo a confessar a insuficiência de seus sistemas e limitações metafísicas.

Spinoza faz pequenas referências em suas diversas obras. Ao longo dessas, traz a noção de mulher associada à paixão da inveja, da condescendência, a inconstância, ao choro e ao diminutivo/fraqueza. No capítulo final do *Tratado político* exclui as mulheres da participação ativa e as identifica como portadoras de desonra, afirma que os homens só são capazes de admirar as mulheres pela beleza. Esse tom pejorativo é uma constante no autor e reforça as submissões e fraquezas. O filósofo salienta que “em toda parte onde se encontram homens e mulheres vemos que os homens reinam e as mulheres são governadas, e que dessa maneira, os dois sexos vivem em harmonia” (SPINOZA, 2009, p. 139)

“Mas talvez alguns perguntassem se as mulheres estão por natureza, ou por instituição, sob autoridade dos homens. Se é por instituição, nenhuma razão nos obriga a excluir as mulheres do governo. Se, contudo, apelamos para a experiência, veremos que isso provém de sua fraqueza.”
(Ferreira, 2010. p.142)

Justificando que a natureza das mulheres não atende a funções de governante por essas não serem por naturezas iguais aos homens, e é por isso que as fêmeas não têm os mesmos direitos que os machos. Sem dúvidas, a escrita do autor não é sexualmente neutra.

Curiosamente, há muitas semelhanças entre Spinoza e Hobbes no que se refere à natureza da condição humana. Para Hobbes a mulher está submetida ao marido, contudo, Hobbes no estado de natureza dá um direito à mulher, o direito de domínio dos filhos desmistificando o poder paternal, e o preço por este poder é pago quando as priva de alguns direitos, o filósofo atribui a concepção feminina como colaboradora ou ajudante do homem. Apesar da “concessão”, em várias passagens o filósofo associa ao sexo fraco, comparando-as às crianças por serem propensas ao choro. Mas neste, não partilha da tese aristotélica do “homem mutilado”.

“Para o autor de Leviatã, ela é tão forte quanto o homem, ou melhor, tão fraco quanto ele. Possuindo todos a mesma possibilidade de matar e morrer, todos são fracos e todos são igualmente perigosos.”
(Ferreira, 2010. p.153)

Com Bacon, a dominação das mulheres é também notória e posta como condição natural. Através da metáfora do matrimônio é afirmado que “a natureza, assim como a mulher, deve ser conhecida e útil ao homem, por direito, enquanto sujeito do saber”.

Hume adota uma posição distinta das demais, ao propor uma perspectiva igualitária entre os gêneros quanto à vontade de poder/domínio e as virtudes femininas. O filósofo não apresenta qualquer diferença psicológica de gênero relevante, o que podemos identificar como os “papéis” atribuídos são devido aos valores morais contidos nas sociedades, com isso é como se as virtudes femininas funcionassem como uma ponte entre as problemáticas sociais e políticas. Assim mesmo, Hume defende que *“as mulheres tornam-se capazes de quebrar essa aliança, passando a partilhar com o outro sexo todos os direitos e privilégios da sociedade”*.

Kant, que apesar de considerar a mulher como "um ser de razão", reafirma também sua "incapacidade civil" e sua "dependência natural", onde, como um ser de razão, as mulheres deveriam ser livres em suas escolhas. Porém, suas escolhas, naturalmente, a conduziram ao lugar de reprodutoras da humanidade. Tal lugar se delimitaria pelos espaços reservados da família. Sendo a racionalidade da mulher menor que a do homem, no que diz respeito a essa dominação, ela é consciente e explícita e está no seio das relações hierárquicas. O filósofo também aponta o feminino como tendo uma “tendência para o belo”.

“Essa construção de uma putativa identidade feminina ponde a “tendência para o belo” como elemento dominante permite que, logo em seguida, o feminino seja acantonado na esfera da domesticidade, que seja ainda diminuído por uma educação restrita ao elementar e, finalmente, que seja expulso da vida ter ética pela ridícula imagem de uma “mulher barbada” ou que “só faltariam as barbas” para que um traço de masculinidade emprestasse um necessário tom de profundidade a seus pensamentos” (ALVES, 2010, p. 207).

Em Hegel, o “lugar da mulher” permanece o mesmo, em sua divisão entre as esferas públicas e privadas, estavam os homens destinados à pública, sendo responsáveis pela política, produção de conhecimento científico e demais atividades universais, e às mulheres caberia apenas a esfera privada, do amor, da família e da harmonia.

“As mulheres são passíveis de educação, mas não são feitas para atividades que demandam uma faculdade universal, tais como as ciências mais avançadas, a filosofia e certas formas de produção artística. As mulheres podem ter ideias felizes, gosto e elegância, mas não podem atingir o ideal” (HEGEL, 2010, p. 37) .

Nietzsche deixou em diversos aspectos implícito seu desprezo ao gênero feminino, afirmando desde que este foi o segundo erro de Deus, e que “as próprias mulheres, no fundo de toda a sua vaidade pessoal, têm sempre um desprezo impessoal - pela mulher.” Assim como a reafirmação de sua inferioridade quando afirma que “comparando no seu

conjunto homem e mulher pode dizer-se: a mulher não teria engenho para se enfeitar se não tivesse o instinto do papel «secundário» que desempenha.” O filósofo afirma que a verdade para mulher é alheia e hostil, afinal, sua grande arte é a mentira e sua maior preocupação é a beleza. Quanto a esse, as considerações são muitas:

“O homem será preparado para a guerra e a mulher para passatempo do guerreiro. O mais é loucura.”[...]“Vais ter com uma mulher? Não te esqueças do chicote.”[...] “As mulheres têm muito de que envergonhar-se; há na mulher muito pedantismo, superficialidade, primarismo escolar, vaidadezinha, desmesura e indiscrição oculta... que tem sido restringida e dominada por medo do homem”
(NIETZSCHE, 2012).

Schopenhauer é outro exemplo de filósofo que desenvolve um vasto argumento sobre a seleção natural. Ser dissimulada, ardilosa e mentirosa, são características inatas associadas à mulher e são essas que o filósofo usa para justificar a incapacidade do feminino em conhecer as verdades filosóficas. Com o distanciamento da mulher e filosofia Schopenhauer afirmou ainda que os verdadeiros filósofos permaneceram solteiros e que os casados já são por si só suspeitos de estarem voltados para outras coisas que não são a ciência e a arte (SCHOPENHAUER, 2004). O filósofo afasta por completo o ser feminino do campo do saber, “quando as leis concederam às mulheres os mesmos direitos dos homens, elas deveriam ter lhes dado também um intelecto masculino” (SCHOPENHAUER, 2004, p. 79) ou ainda que “não é possível manter as mulheres nos limites da razão senão por meio do medo” (SCHOPENHAUER, 2004, p. 105).

Citando Rousseau, Schopenhauer reafirmará o distanciamento das mulheres em geral a qualquer arte e que a razão feminina é “débil” só enxergando de forma intuitiva o que está próximo. Assim, “a simples observação da figura feminina já mostra que a mulher não foi destinada a grandes trabalhos intelectuais ou tampouco físicos.” (2004, p. 17). A finalidade da fêmea é apenas de propagação da espécie, em qualquer outro aspecto, sempre, segundo o autor, será inferior ao homem.

Essa construção da imagem feminina como demonstrando, chega até Rousseau, considerado um teórico mais moderno em vista dos demais, e parece ser um dos responsáveis mais determinantes pelas dificuldades que as mulheres tiveram – e ainda têm – para chegarem a ser reconhecidas com uma individualidade capaz de protagonizar e assumir a cidadania na plenitude das dimensões. Estruturando a natureza e a razão, afirma que a respeito dos sexos, a natureza marca a diferença dos dados com evidências, colocando a mulher em posição de submissão em virtude de uma natural desigualdade, configurando o feminino como estado ou modo de ser humano em que a autonomia em si mesma é impensável. Rousseau legitima a

noção que é preciso subordinar as mulheres para que a sociedade possa existir, em sua obra *Émile* utilizando-se do registro ficcional, imaginação e afetos através da personagem Sophie.

“A base dessa atitude de Rousseau assenta-se no fato de negar consistência ontológica ao ser feminino. Para ele, o ser da natureza feminina é o seu aparecer. Ou seja, como entidade ontológica, a mulher é inconsistente porque seu ser é apenas o resultado das representações que dela faz o mundo circundante; as mulheres são exclusivamente imagem dita e, por isso, seu ser está constantemente em causa e tem sua sede fora de si: elas não são enquanto não ditas, avaliadas, julgadas. Para Rousseau é evidente: “as mulheres tanto por si como por seus filhos, estão à mercê do juízo dos homens”. Nada é, pois consciente ou pertença sua. O ser do seu ser está sempre em perigo” (HENRIQUES, 2001, p. 196).

Na mesma obra, Rousseau traz ainda a ideia de “amor materno como ideal de feminilidade” e estabelecendo a imagem feminina como “rainha do lar”, sendo o casamento, a maternidade e este lugar o que legitimam a posição social que pode ser ocupada por uma mulher.

Felizmente houve algumas divergências, um tanto contemporâneas a tais pensamentos. Russell critica a moral tradicional com sua concepção de virtude feminina como virtude sexual implicando uma ruptura com a tradição e colaborando para uma emancipação, considerando elementos sociais e subjetivos para um caminho a uma nova ética, reconhecendo à mulher um papel à passagem da concepção de moral tradicional.

Assim como muitos diálogos contemporâneos cujos temas permeiam o feminino, faz-se necessário citar Michel Foucault, com reflexões sobre identidade, sujeito, subjetividade e seu novo poder, não como uma dominação negativa, mas positiva. Além de diferenciar sexo de sexualidade a trindade conceitual “sexo, sujeito e *psyché*”, possibilita compreender melhor a complexidade da identidade humana. Dando continuidade à emancipação dos corpos na desconstrução dos discursos hegemônicos acerca dos sexos e dos gêneros, mesmo com algumas áreas problemáticas, como a omissão dos aspectos de gênero e da erótica feminina em seus escritos explícitos.

Ademais, Maquiavel retoma a ideia inicial da mulher, com um desprezo manifestado repetidamente, e tudo o que ele condena na feminização considerando típico das mulheres. Burras, medrosas, fracas, indecisas, dependentes, infantilmente ingênuas e facilmente manipuláveis. Compara ainda a mulher à “fortuna” onde, para dominá-la, só com violência. *“Estou convencido do seguinte: é melhor ser impetuoso do que tímido porque a fortuna é mulher, e é necessário, para dominá-la, bater-lhe e contrariá-la”* (MAQUIAVEL, 2014, p. 122).

Os pensadores tiveram, sem dúvidas, grande contribuição na filosofia ocidental, mas tal feito não impede de observar as ideias dominantes expressadas em uma filosofia naturalmente destinada aos homens. Porém, ainda há quem acredite que “o tema da mulher não está ausente da história da filosofia” pelos aparecimentos das diferenças entre os sexos nos textos da tradição.

Deste modo, a reflexão sobre a invisibilidade feminina dentro da história da tradição leva a este esboço de investigação sobre as teorias dos filósofos ocidentais debruçando-se nos pontos sobre a condição da mulher. Isto posto, mesmo que com uma tentativa “tímida” de viragem à noção de feminino, a história da filosofia é regada por um pensamento dominante: o de naturalizar a mulher como o “outro” do homem, e de tentativas de justificativas para tanto, afastando a mulher do modelo de racionalidade, decorrendo de um ofuscamento da presença feminina no passado e que se propaga até a atualidade.

3 CAPÍTULO SEGUNDO: Palavra, forma e imagem

Quem, que seja o português, poderá viver a estreiteza de uma só personalidade?

(PESSOA, 1923)

É valioso observar o significado das coisas, como os mesmos se relacionam e de que maneira refletem no comportamento e no pensar humano. Em uma breve reflexão sobre conceitos e considerando ser a *palavra* elemento crucial para formação desses, buscando rapidamente no *Dicionário Aurélio* é possível encontrar:

Palavra: Som articulado com uma significação. Vocábulo. Termo. Permissão de falar. Promessa verbal. Afirmação. Doutrina. Fala. Elemento de informação armazenado ou tratado sem interrupção num computador.

(Significado de Palavra. Dicionário do Aurélio Online, 2019. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/palavra>. Acesso em: 28 de Jun. de 2019.)

Logo, a palavra faz parte da formação de um significado, de uma simbologia, a palavra *forma*, dá *corpo*, *constrói*, *organiza*, *funda*, *concebe*, *traça*, *molda*, *promove* uma conexão entre linguagem, pensamento e representação de uma *imagem*.

Imagem: Representação de pessoa ou coisa. Figura ou efígie de um santo, da Virgem ou de Cristo. Semelhança. Representação (no espírito) de uma ideia. Pessoa formosa. Metáfora.

(Significado de Imagem. Dicionário do Aurélio Online, 2019. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/imagem>. Acesso em: 28 de Jun. de 2019.)

Isto posto, observa-se o lugar de representação e imaginário que a palavra, a forma e a imagem *mulher*, ocupa na sociedade ocidental.

O substantivo *mulher*, quando consultado no Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque é “simples”: “Pessoa adulta do sexo feminino. Cônjuge ou pessoa do sexo feminino com quem se mantém uma relação sentimental e/ou sexual. Mulher pública: meretriz.” – Seu diminutivo, “mulherzinha” aparece com o mesmo significado. Dando continuidade à questão da palavra, ao procurar o termo *feminino*, encontra-se: “Próprio de mulher. Próprio de fêmea. Que é do gênero feminino. Gênero feminino: gênero das palavras que indicam fêmea ou das que se consideram não masculinas.” Já a ideia de feminilidade se apresenta da seguinte forma: Qualidade do que é feminil. Caráter, índole de mulher. Outro fato interessante a se observar, além das noções postas entre sexo, mulher e

feminino/feminilidade é ainda a associação da figura feminina com a beleza. Até a edição de 1971, o Dicionário Aurélio atribuía ao significante de beleza, como "qualidade do que é belo; da coisa bela ou agradável; da mulher bela.

Se partirmos das definições populares “do que é” ser mulher e homem, algumas pessoas de antemão poderiam associar características físicas e biológicas percebendo a imagem feminina como frágil e a masculina, forte. Essa definição simplória parece ser predominante e leva historicamente a situações de hierarquização, discriminação e exclusão o que dificulta as relações sociais e alerta sobre a força que ideia da “forma simbólica” de mulher tem. Contudo, assumir-se mulher é algo muito além da palavra, da representação do ser para o mundo ou da percepção e intercepção.

3.1 Imagem, uma questão histórica

A representação da imagem feminina está associada a uma identidade “aprovada socialmente”. Essa imagem é construída por juízos de valor onde o corpo é uma composição dos padrões “esperados” de forma genérica, sendo a função social do corpo humano uma “representação de identidade”, assumir uma identidade exige um esforço de interiorização de uma essência - masculina ou feminina – onde se não interiorizada não se torna inteligível, essa inteligibilidade torna a questão metafísica. Portanto, retomando a ideia de metafísica da substância onde presume-se a concepção humana de sujeito como pessoa e o gênero como “fenômeno inconstante e contextual que não denota um ser substantivo” (BUTLER, 2012, p. 29), a imagem corporal é uma percepção que integra os níveis físicos, emocionais e mentais. É possível corroborar e reforçar que tamanha substancialidade percorre a história da sociedade ocidental, a história da filosofia e a presente na sociedade atual a partir da ideia de representação que engloba ações de significação e sistemas simbólicos por meio dos significados produzidos proposta por Moscovici (2003) onde a exposição aparece em dois formatos, na forma imagética e simbólica, e as duas agregam para a reprodução de estereótipos construídos socialmente. Neste, pontualmente, a questão vai além da “simples” representação, mas da constituição de uma *metafísica da identidade*.

Pode-se entender que, por meio das experiências vividas pelas representações que dar sentido ao nosso saber sobre aquilo que somos (seremos ou queremos ser), os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (SILVA, 2000, p.17). Assim, as ações de significação elucidam espaços sociais de representação e identidade. A criação da

representação agrega dois tópicos relevantes, o de objetivação e o de ancoragem. A objetivação é o empenho de modificar o impalpável em alguma coisa palpável. Ancorar ideias é uma maneira de diminuir a compreensão de algo contrário aos pensamentos das categorias e imagens habituais, inserindo-as em um meio comum. Este processo já insere a perspectiva da construção de estereótipos, pois tudo que não pode ser ancorado pode ser considerado como inexistente, estranho ou ameaçador, segundo Moscovici (2003). Logo, uma forma não ancorada está fora do padrão.

A figura estereotipada, portanto, resulta dos procedimentos de classificação e estereotipia (arte de reproduzir) que estrutura e conceitua o informe em classes.

Neste sentido, ao se falar de “mulheres”, a análise das práticas de materialidade do senso comum ou simples observações cotidianas não são capazes de dar conta da complexidade inserida na construção histórica milenar desta categoria, afinal, não se trata apenas de uma questão física, mas metafísica e de inteligibilidade do ser.

3.2 Representação da identidade – mulher

Assumir a identidade feminina requer identificar-se com sua essência, o que filosoficamente, não deveria relacionar-se com corpos. As atribuições de feminilidade, símbolos e significados de gênero vão além dos corpos e estereótipos. No entanto, as culturas são repletas de padrões que se norteiam sobre a imagem corpórea e entrelaçam a sexualidade, o sexo e o gênero, gerando uma preocupante dialética.

“Não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1973, p. 301)⁶, e assim se descarta a naturalização da conduta “feminina”, tida como “normal/natural” para a sociedade sobre o sexo feminino, esse “descarte” é possível através do entendimento de que o “nome” não define o ser, ou seja, não se pode, a partir da denominação “mulher”, esperar uma imagem utopicamente feminina, nem em contextos estéticos, nem morais ou sociais, pois “se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo que alguém é” (BUTLER, 2012, p. 20).

“O termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da pessoa transcendam a parafernália específica do seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consciente os diferentes contextos históricos e porque o gênero estabelece [...] identidades discursivamente construídas. (BUTLER, 2012, p. 20)

⁶ O artigo se utiliza da temática e conceitos utilizados pela filósofa de forma indireta, apoiando-se com mais frequência no diálogo traçado por Butler com a mesma na obra citada abaixo.

Logo, percebe-se que existem coisas diferentes gerando um efeito que se confunde em forma. Ser mulher relaciona-se com mais de um significado e símbolos, além da percepção individual de seu gênero. O gênero, portanto, diz respeito a processos culturais. Louro (2003), ao discorrer sobre a auto percepção de cada pessoa, onde os fatores sociais e culturais que a rodeiam são elementos que constituem sua identidade mas não a definem, pois a construção de uma identidade de gênero ocorre desde o nascimento e passa por um caminho de interação entre o indivíduo e os outros não se apresentando de maneira imediata ou fixa, esclarece que não se pode ser fixa também a “ideia de mulher” e por isso não se deve permitir que a representação primeira da palavra gere um comprometimento imagético do ser.

Além da interpretação explícita da imagem feminina no âmbito privado do lar, dócil, maternal, sutil, doméstico e sexual, pecaminosa e afins, ainda há a silenciada. O silêncio diz respeito a aparente ausência histórica da figura feminina em campos científicos, autorais, intelectuais ou de “atividades importantes” do mundo público. Tal interpretação do feminino faz-se notar uma identidade subjetiva, sem visibilidade, sem voz.

Perceber a imagem da mulher como uma questão milenar, histórica e social, requer não só elucidar a relação dos outros para com ela, mas das próprias mulheres consigo mesmas e seus conflitos.

3.3 Percepção do corpo feminino como uma questão estética

As questões relativas à imagem corporal influenciam na construção da identidade do sujeito, assim como na percepção que se tem de seu próprio corpo ou de sua representação social, as influências socioculturais, tais como exposição a figuras idealizadas, comprometimento com o estético socialmente aceito e padronizado, valorização da magreza, entre outros fatores, são reconhecidas como situações de risco para o aumento da insatisfação corporal. A imagem do ser humano não é uma simples exposição de corpos, ela pode ultrapassar o estético e ter impactos sociais e psicológicos, e o grande problema é a falta de discurso sobre este fato.

Ter à imagem feminina “funções” como “embelezar” ou “harmonizar o ambiente” como percepções aceitas já mostram o quão pouco todas as outras características femininas são valorizadas socialmente. Pois são sobre perspectivas como essas que trazem resquícios históricos e tornam as mulheres ainda não reconhecidas como sujeito de direito, tendo suas capacidades intelectuais como secundárias, e objetificadas a atender os padrões estéticos

vigentes, tendo assim sua “função social” devidamente cumprida, já que ao que parece, a faculdade estética corporal está diretamente relacionada ao feminino.

O corpo (feminino ou masculino) pode ser visto como uma forma de comunicação do ser humano com outros indivíduos da sociedade, um meio de traduzir a pessoa para os ambientes que frequenta e dos quais faz parte (GROGAN *et al.*, 2013). Com a imposição dos padrões sociais, nem todos os indivíduos experimentam a experiência estética de prazer e satisfação ao olhar para si mesmo devido a um juízo de belo subjetivo, mas vinculado ao universal. Essa experiência é parte constituinte da imagem corporal que se relaciona com a identidade representada construída social e culturalmente sofrendo influências na maneira de se perceber e perceber o outro. As impressões corpóreas revelam definições e compreensões de representações estéticas sobre um conceito arraigado de estereótipos e resquícios sociais-culturais que inclui representações mentais e emocionais.

O olhar para imagem surge de o simples julgar pela observação de estruturas sociais, papéis, funções ou gestos que constroem uma representação específica, do próprio corpo ou da relação de experiência de terceiros com seus corpos. Essas experiências e sensações contribuem para a estruturação da identidade da imagem corporal e por vezes dificultam sentir-se satisfeito se fora dos padrões com uma percepção negativa sobre as diferenças de representações, tamanho e forma, o que por sua vez pode gerar ainda buscas por transformações estéticas ligadas à imagem corporal. Esse conjunto de interações permite que a representação assuma um papel importante na difusão de pensamento, comportamento e corpo sendo uma representação social de identidade onde os atributos do sujeito não se devem a “categorias naturais”.

O corpo feminino analisado na qualidade de identidade social parece sofrer ainda maiores imposições quanto às formas “permitidas” nos contextos sociais, quando comparado ao corpo masculino. Neste âmbito, a importância da aparência e da expressão do corpo enquanto indicadora das potencialidades do indivíduo sugere o “não padrão” como algo “fadado ao fracasso” entrelaçando o caráter social na dimensão individual.

O problema que se apresenta para nós é que a representação do feminino foi criada pela sua identificação com a materialidade, com a corporeidade, mais que os homens, em razão de sua capacidade reprodutiva, construindo uma imagem de feminilidade atrelada à de corporeidade, aproximando-a do naturalismo e definindo-a através de termos masculinos como modelos universalmente válidos – como se as mulheres fossem – de algum modo, mais biológicas, mais corporais e mais naturais que os homens (GROSZ, 2000). Como já dito anteriormente, esse modelo fisiológico feminino que marcou valores culturais impressos nos

corpos ao longo do tempo é explanado nas ideias aristotélicas sobre um discurso de inferioridade e impressões negativas onde “o corpo da mulher é definido nos termos do corpo do homem: ela é sempre a ausência, a falta, a deformação do que é definido como modelo de perfeição” (GROSZ, 2000, p. 68).

Logo, a problemática estética do corpo feminino não se apresenta apenas na construção imagética da corporeidade e suas representações sociais, mas na suposição de uma representação de corpos inadequada, ou no comprometimento imagético da forma, apontando sentimentos de culpa e insatisfação, ligado à estruturação das identidades no meio externo.

De modo geral, a questão imagética influencia a percepção do corpo feminino e sua representação de identidade social que passa por aprovações ou reprovações no campo privado e coletivo. O corpo feminino categorizado como identidade social passa por juízos estéticos e de valor, uma crença de “vulnerabilidade do gênero” e sua representação é pressuposta devido a toda construção ideológica de feminilidade. Contudo, a imagem corpórea está longe de ser algo “ideal e universal”, uma vez que a representação corporal da mulher é subjetiva e apresenta-se de diversas formas.

O impacto dessas representações múltiplas sobre a insatisfação feminina (ou do outro para com o feminino) é resultado da pressão social que influencia e determina percepções contraditórias da autoimagem, por isso cabe a investigação da relação entre representações sociais e imagem corporal e os discursos que as rodeiam.

Por fim, a expressão estética do corpo feminino parece por efeito entrelaçar a percepção de si e do outro para consigo por diversos contextos: (1) históricos/sociais/culturais; (2) aparência como elemento central nas relações sociais; (3) imagem corporal enquanto indicadora de representações sociais e potencialidades. Mediante a tanto, concluindo-se que há uma aparente incompatibilidade sobre a construção histórica/teórica e idealizada de uma “mística feminina” com a realidade da figura da mulher subjetiva e sua imagem corporal presente nas lacunas históricas e na sua real/atual representação social.

4 CAPÍTULO TERCEIRO: Aniquilação simbólica

“Representação no mundo fictício significa existência social; ausência significa aniquilação simbólica”. (GERBNER & GROSS, 1976, p. 182)

A “aniquilação simbólica” das mulheres é um o termo cunhado por George Gerbner e Larry Gross (1976) o qual limita as possibilidades inerentes às vidas do gênero feminino, refere-se ao desencorajamento e à estereotipagem do potencial individual e coletivo das mulheres. Assim, a invisibilidade e a aniquilação simbólica do universo feminino não as desvaloriza apenas quando as ignora, mas mesmo quando representadas em papéis “infantis”, que necessitam de proteção, cuidado ou simplesmente necessariamente vinculados as fronteiras “estreitas” do lar.

Apropriar-se da ideia de “aniquilação simbólica das mulheres” ignorando a produção cultural e as múltiplas formas de representações femininas perpetua estereótipos pautados em papéis sexuais e corrobora para definir significados fundamentais de feminilidade e masculinidade gerando um efeito de comprometimento imagético. E talvez, por esta “mística feminina”⁷ (FRIEDAN, 1921-2006) algumas representações possam parecer conflitantes na trajetória de luta feminina diante da busca de uma identidade autônoma de mulher. Além das derradeiras novas formas de dominação expressadas através do consumo que se apropria do “imaginário das mulheres”.

“Diante da luz da reflexão crítica, as mulheres conseguiriam romper com a “mística” reproduzida por elas mesmas? Negar a dedicação doméstica, do casamento e da maternidade ainda nos dias de hoje pode ser motivo de hostilidade por parte das próprias mulheres.” (SIQUEIRA, 2009, p. 29)

Portanto, faz-se necessária uma reconstrução objetivando sanar algumas das injustiças sofridas pela mulher, principalmente no âmbito filosófico. Para que, gradativamente, possa se ressignificar conceitos e viabilizar tal presença nas demais investigações, mesmo que com alguns pontos obscuros. De maneira que se precisam retomar as relações de gênero dentro da tradição, já que o pensamento filosófico ocidental, ao longo dos séculos, coloca a mulher como sujeito limitado, sem capacidade racional e intelectual .

“Como exposto anteriormente, na história da filosofia existiram mulheres que contribuíram com seus pensamentos, mas que foram ocultadas pela

⁷ A mística pode ser considerada como os esforços em “mistificar” papéis considerados de mãe e esposa zelosa, importantes após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, como solidificação de estereótipos da nova mulher americana.

visão misógina de sua época. Quem foram essas mulheres? O que elas fizeram?” (PACHECO, 2015).

É possível constatar que, mesmo estando nas “sombras” e passando por um silenciamento, uma aniquilação simbólica, elas existiram e fizeram (e continuam a fazer) grande diferença na filosofia, na história e, claro, no mundo, e assim criar estratégias subversivas para além de tornar as mulheres parte da prática filosófica, fazer também com que elas possam pesquisar sobre aquilo que desejam sem o desprezo acadêmico.

4.1 Onde estão as filósofas?

“As mulheres não só participaram da filosofia como de outros setores da sociedade, mas essa participação se deu pela porta dos fundos.”
(TIBURI, 2015)

Mostra-se necessário reconstruir a história, trazer à memória do pensamento filosófico aquilo que lhe foi negada: o reconhecimento das mulheres na sua construção. Por ter como proposta analisar a Filosofia a partir das contribuições do feminismo, esta pesquisa tem como ponto de partida o movimento sufragista ocorrido no contexto do Iluminismo, pois este é reconhecido como a primeira onda do movimento feminista (GROSSI *et al*, 2015). Joan Scott aponta que:

“Os (as) historiadores(as) feministas utilizaram toda uma série de abordagens nas análises do gênero, mas estas podem ser resumidas em três posições teóricas. A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.” (SCOTT, 2016, p. 8 e 9).

Embora a análise de Scott refira-se à história, na filosofia os caminhos percorridos foram semelhantes quando tratadas acerca da temática de gênero, das desigualdades ou das violências, segundo se constatou nas bibliografias consultadas. Conforme observado por Tiburi (2016), a filosofia no decorrer de sua história foi escrita por homens e para homens. Afinal, o pensamento filosófico reproduz e justifica a naturalização da desigualdade de gênero em diferentes tempos, espaços e correntes de pensamento. Por outro lado, muitas mulheres reivindicaram a inclusão das mesmas nas teorias filosóficas e lutaram para que esta não tratasse apenas das necessidades masculinas, mas também fosse capaz de incluir as reivindicações feministas, iniciando, assim, uma busca por uma teoria capaz de contemplar em suas ideias os interesses das mulheres.

Ao aceitar o desafio de se debruçar sobre a história da filosofia, percebe-se que sem analisá-la a partir da categoria de gênero, será uma história mal contada, que ignora relações de poder responsáveis por configurar os dias atuais como estão. Ao resgatar as memórias das filósofas que foram destinadas ao esquecimento, possibilita-se uma nova compreensão do passado a fim de abrir outras possibilidades para o presente e o futuro. Pacheco (2010) aponta que inicialmente muitas mulheres utilizaram a literatura como instrumento de reconhecimento para que depois fossem reconhecidas no campo filosófico e que esse movimento ficou significativamente recorrente no século XIX.

Se inicialmente as mulheres foram excluídas do ideal iluminista de universalização dos direitos, não faltaram pensadoras que reivindicaram a atenção para a necessidade das mulheres serem percebidas enquanto sujeitos de direitos. Como Olympia de Gouges, filósofa francesa, que elaborou um documento chamado Declaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne, no qual afirma que “as mulheres deviam ter todos os direitos que os homens têm, inclusive direito de propriedade e liberdade de fala, e em acréscimo, ter todas as responsabilidades recíprocas” (NYE, 1995, p. 23). Da mesma forma, outras tantas filósofas, que neste momento não citarei, também integraram as teorias contratualistas. De acordo com a filósofa Márcia Tiburi acerca das teorias da universalização dos direitos:

“(...) um dos primeiros feminismos consistentes foi o de Mary Wollstonecraft que no final do século XVIII defendia, contra Burke e Kant, que o feminismo era uma luta pelos direitos da humanidade. E não simplesmente uma inversão da estrutura do poder que deveria passar de direito dos homens às mulheres. O que chamamos de humanidade é um ideal, o da universalidade de direitos sempre defendido pelos pensadores humanistas e iluministas. Facilmente, contudo, cala na contradição de excluir deste direito da humanidade algo como a metade da humanidade composta pelas mulheres.” (TIBURI, 2007).

Apesar da relutância política demonstrada principalmente pelo que Beauvoir denominará de “antifeministas”, a França durante o século XVIII mostrou estar “favorável às mulheres; elas se apresentam à maioria dos filósofos como seres humanos iguais aos do sexo forte” (BEAUVOIR, 2016, p. 157). Entretanto, mesmo que os princípios liberais democráticos tenham chamado a atenção de filósofos tais como Voltaire e Montesquieu à exclusão das mulheres na construção do novo modelo político (BEAUVOIR, 2016), Nye (1995, p. 15) menciona que “Locke, Rousseau e os utilitaristas haviam modelado um mundo no qual homens poderiam ser livres e iguais, uma sociedade civil na qual os homens determinariam seus próprios destinos.” E quanto às mulheres, quais direitos adquiririam neste novo modelo de sociedade que estava em processo de construção? Se agora as leis é que

mediariam as relações entre as pessoas, e não mais os privilégios aristocráticos de nascimento, as mulheres tinham a possibilidade de tornarem-se parte dessa legislação. A partir daí, o sufrágio universal, ou seja, o direito das mulheres ao voto tornou-se a reivindicação central das filósofas feministas da época, como Olympia de Gouges, Mary Wollstonecraft e Harriet Taylor. Isso porque, para elas, o sufrágio implicaria no reconhecimento dos direitos individuais das mulheres. As filósofas argumentavam que as mulheres eram sim diferentes dos homens, uma vez que tinham seu desenvolvimento prejudicado pela falta de oportunidades. Também não era a intenção delas romper por completo com as instituições tradicionais, suas lutas concentravam na inclusão das mulheres nos direitos que até então eram exclusivos dos homens (NYE, 1995).

Os principais argumentos contra o sufrágio apontavam para a existência de uma natureza submissa e emotiva da mulher, tornando-a incapaz de participar de assuntos políticos, mas, ao mesmo tempo, indispensável para a manutenção da família. Como pode ser visto em Augusto Comte ao afirmar que “os cérebros das mulheres eram menores do que os dos homens e que, portanto, as mulheres deviam ser subordinadas” (NYE, 1995, p. 22) ou conforme Rousseau “as mulheres, sentenciava ele, são naturalmente mais fracas, apropriadas para a reprodução, mas não para a vida pública” (NYE, 1995, p. 20). O discurso da naturalização dos papéis sociais a serem desempenhados por homens e mulheres além de recorrente era bem aceito pelas pessoas, o que prejudicava ainda mais as transformações sociais que poderiam vir a melhorar a vida das mulheres. A discussão de direitos iguais era bandeira de mulheres de uma classe social privilegiada que não pertenciam à classe trabalhadora e que tiveram acesso à educação, realidade muito diferente de grande parte das mulheres. O que trouxe outra problemática para a atual situação: seria suficiente que os direitos das mulheres fossem reconhecidos? O direito à educação mesmo que legalmente concedido, seria exercido por quem pudesse pagar, e continuaria sujeito às ideias do que constitui um papel feminino. O direito ao trabalho nada mais era do que o direito de trabalhar naqueles empregos mal pagos que eram considerados apropriados para as mulheres. (NYE, 1995, p. 36). Tais questões mostraram que não bastaria tornar a mulher um sujeito de direitos, pois não havia condições para que esses direitos fossem efetivados.

Uma vez que o reconhecimento dos direitos das mulheres se mostrou insuficiente para garantir a igualdade entre homens e mulheres, a atenção voltou-se para outra estrutura que vinha ganhando cada vez mais espaço nos debates filosóficos: a econômica. Nas palavras de Beauvoir (2016, p. 20): “(...) uma das consequências da revolução industrial é a participação da mulher no trabalho produtor: nesse momento as reivindicações feministas

saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos”. Dessa vez, o foco das teorias feministas estaria nas mulheres trabalhadoras, que aumentavam a cada dia, tendo em vista o fortalecimento da industrialização ocorrida no século XIX, principalmente na Europa e nos Estados Unidos (BEAUVOIR, 2016). Já tendo a experiência de uma reforma que transformou as estruturas políticas da época, mas que concentrou suas forças na classe burguesa, agora era a vez da classe trabalhadora. Assim, o socialismo passa a ser proposto como um modelo social capaz de romper com a má distribuição da riqueza que tem como resultado a pobreza. Apesar de inicialmente não incluir as especificidades das mulheres em seu projeto de sociedade, nesse período, também houve mulheres que se identificaram com o socialismo, tais como Emma Goldman e Flora Tristan e que apresentariam outra estratégia para o feminismo:

“O antídoto para a opressão das mulheres não era a legislação, mas uma organização de trabalhadores. As feministas não deviam tentar descobrir nas estruturas socioeconômicas existentes os meios legais de defender os interesses das mulheres, mas trabalhar para destruir essas estruturas.”
(NYE, 1995, p. 53).

Assim, a luta das mulheres não buscava por mais reformas políticas, mas por uma revolução socioeconômica capaz de romper com as atuais estruturas capitalistas que exploram os trabalhadores e as trabalhadoras, deixando-os (as) na miséria.

De tal modo, os papéis desempenhados por homens e mulheres na família capitalista eram compreendidos como frutos da função social determinada a ela, que a tornou um meio de produção que reproduzia a dicotomia entre exploradores e explorados. Nesse sentido, a causa das opressões não era mais a natural, e sim a econômica (BEAUVOIR, 2016). Porém, foram nas vozes de filósofas como Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai que a teoria marxista deu maior atenção às mulheres trabalhadoras, esperançosas com as repercussões da Revolução Russa, que estabeleceria a União Soviética como um estado comunista. No entanto, no decorrer do tempo, as expectativas novamente mostraram-se maiores que a realidade.

Quando examinadas a partir do sexismo, as relações de gênero no regime comunista permaneceram desiguais, mesmo ao não ter seu trabalho explorado pelo capitalismo, visto que as novas relações que se esperava que surgissem não aconteceram. Tanto que a família, instituição alvo de críticas dos filósofos e filósofas marxistas, continuou a oprimir e subjugar as mulheres.

Ao Simone de Beauvoir apresentar ao mundo uma análise existencialista da opressão contra as mulheres em *O Segundo Sexo*, os estudos referentes à condição de ser

mulher no mundo tomam uma nova perspectiva. O indivíduo volta a ser o centro das atenções do pensamento filosófico sob outra forma: a análise da consciência. Esta se apresenta como requisito para compreender como se desenvolvem as relações humanas, ou seja, de que forma acontece o encontro entre as consciências. Dessa maneira, a filósofa se propõe a pensar o ser humano na sua totalidade, visto que “o mundo sempre pertenceu aos homens. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente” (BEAUVOIR, 2016, p. 95). De modo que nem a biologia, a psicanálise, a economia ou a história dão conta de explicar o porquê à mulher foi subjugada e destituída de parte de sua humanidade, destinada, então, a um papel secundário na sua existência.

Ao considerar o ser no mundo como foco principal, o existencialismo propõe-se a estudar algo que havia sido menosprezado até então: o sujeito enquanto ser livre para agir e pensar, capaz de escolher o que quer ou não, independente de estruturas sociais, econômicas ou hereditárias. Pois conforme o pensamento existencialista “a mulher não tem essência assim como nenhum ser humano tem. Em sua livre escolha ela se faz o que é” (NYE, 1995, p. 107). Ao afirmar que não existe natureza humana, Beauvoir coloca a opressão como uma escolha fruto da liberdade inerente ao ser humano. Mas se o que somos é resultado de nossas escolhas, o que faz com que o sexismo continue a intermediar as relações entre homens e mulheres?

Dessa forma, Beauvoir demonstra que as ações dos homens atuam na subjetividade das mulheres no momento em que limitam a sua participação na sociedade e restringem o pleno desenvolvimento de suas vontades. Um ser sem vontade própria torna-se dependente da vontade alheia e pode aceitar como natural essa condição. Portanto, não é por acaso que as mulheres aceitam desempenhar o papel de submissas, pois muitos são os vínculos mantidos para impedir o exercício de sua liberdade. No momento em que são fortalecidas as relações de dependência se tem como resultado a fragilização da autonomia, assim como da possibilidade de agir e participar, ou seja, ao coibir as ações das mulheres, colocam-nas como seres inferiores. Em meio a esse contexto, os interesses e necessidades das mulheres estão submetidos às escolhas que imputam a elas. Apesar de tudo, se submeter continua a ser uma escolha e as mulheres podem negar essa condição desde que se rebelam contra seu opressor e destruam os vínculos capazes de mantê-las prisioneiras de sua opressão. E, conforme Beauvoir, é nesse momento que o feminismo pode vir a contribuir para a mudança na vida das mulheres, quando essas rejeitam os papéis a elas designados e se libertam da submissão, colocando suas escolhas como prioridade, ou seja, quando exercita a autoafirmação. Conforme esclarece Nye (1995, p. 109), “a mulher deve rebelar-se, deve

inverter os papéis, deve afirmar-se contra o opressor. Quando ela faz isso, o opressor torna-se a coisa que bloqueia a liberdade, e ela o sujeito, recusando os limites impostos pelo homem”.

Em meio a tais discussões surge na teoria psicanalista, a teoria de Lacan, que desloca para a linguagem a formação da identidade, priorizando o estudo dos símbolos e da forma como são transmitidos de geração para geração. Visto que, para ele, “sem linguagem, sem a transição do animal para o humano não pode haver história nem experiência” (NYE, 1995, p. 169). Assim, ele aumenta a profundidade do processo de construção da identidade feminina e masculina e mais uma vez as feministas exploram as pesquisas acerca das causas da submissão feminina e buscam a partir das teorias psicanalíticas desnaturalizar a opressão sofrida pelas mulheres e encontrar uma estratégia para combatê-las.

Fora do âmbito da linguagem, outra resposta aos conflitos originários do encontro entre sujeitos está no pensamento de Hannah Arendt, que apesar de não ter considerado em sua análise a opressão contra as mulheres, desenvolveu estudos éticos e políticos que explicam o porquê de as relações humanas se constituírem muitas vezes através da violência e de que forma ela poderá se transformar em poder (ARENDR, 2010).

Uns dos principais elementos que permeia as reflexões filosóficas de Hannah Arendt são os conceitos da pluralidade humana e de poder. O primeiro aparece em sua teoria como condição para o exercício autêntico da ação humana; por sua vez o conceito de poder é visto pela autora como uma habilidade de agir coletivamente para o bem comum, por isso, oposta à violência. Esta surge quando o poder não está presente, resultando na dominação de uns grupos sobre outros (ARENDR, 2010). Se entendermos que o sexismo é uma forma de dominação masculina, pode-se compreender também que tal dominação, da mesma forma, prejudica a pluralidade humana e o exercício da ação das mulheres, embora a filósofa em questão não tenha voltado suas teorias para a temática feminista.

“Nesse movimento de criar estratégias para filosofarem e serem mulheres na Filosofia, as mulheres foram obrigadas a se pensar. Isso significa que outros problemas filosóficos (não pensados por homens) surgem e são justamente essas contribuições que precisamos olhar e valorizar, se pensamos em uma filosofia que busca um pensamento sem “cativeiros” e libertário” (Pacheco, 2015, p.55).

4.2 O gênero da sabedoria

“Diversas teorias psicológicas, sociológicas e filosóficas trazem as mais recentes discussões a respeito das questões de gênero, o tornando uma categoria de análise. Partindo dessas, os caminhos para buscas as respostas de tantas questões são inúmeros. Por hora podemos iniciar perguntando simplesmente, o que é gênero? E Por que analisar o campo educacional em uma perspectiva de gênero”? (Sousa, 2016).

Filósofas e pesquisadoras semelhantes a Butler afirmam que não se pode dizer que o gênero decorra de um sexo, daquela ou desta maneira. Levando logo a distinção entre ambos, onde o gênero por vezes se torna um artifício flutuante. Contudo, pensar em gênero sem pensar em sexo leva a outros diversos questionamentos:

“Podemos referir-nos a um “dado” sexo ou um “dado” gênero, sem primeiro investigar como são dados o sexo e/ou gênero e por que meios? E o que é, afinal? o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2012, p. 25).

Butler ainda explica discorre sobre as fundacionais categorias de gênero, desejo e sexo como *“efeitos de uma formação específica de poder que supõe uma forma de investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de “genealogia”* (BUTLER, 2012, p.9). A crítica genealógica se recusa a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a representação impede de ver. De outro modo, ela investiga as apostas políticas, designando como *origem e causa* categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. A tarefa dessa investigação é centrar-se – e descentrar-se – nas instituições definidoras: *o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória*.

“Dizer que as mulheres são diferentes dos homens e constitui, a principio, numa afirmação irrefutável. Afirmação que é acompanhada, frequentemente, da exclamação: ‘E viva a diferença!’ Muito se poderia pensar sobre isso” (LOURO, 2011, p. 47).

É importante entender que não se deve pensar em um mundo onde exista uma identidade singular, mestra e que esta é masculina. Entender a universalidade desta forma gera

problemáticas as quais tentamos aqui compreender, porém, a forma que se entrelaçam as diferenças e que geram diversas opressões não são questões facilmente resolvidas.

“O conceito de gênero, na maneira como é concebido nas teorias feministas, não possui um significado unívoco e inequívoco. Até porque o próprio pensamento feminista não é um todo homogêneo. Existem fissuras, desdobramentos, deslocamentos que incidirão sobre a maneira de compreender e avaliar as suas próprias categorias. Assim, o conceito de gênero tem uma história, o que significa que ele está dentro da história, sujeito a ela e incidindo sobre ela permanentemente” (ANDRADE, 2018)

A preocupação central, portanto, é escapar dos determinantes ontológicos (já apresentados anteriormente) usados como meio de justificação e naturalização.

O conceito é uma ferramenta teórica que emerge nos mais diversos espaços sociais. Contudo, assumindo a concepção que o filosofar é estruturado em uma clara distinção corpo-mente o mesmo não pode ser excludente ou fixo, subordinando a atividade filosófica feminina, mesmo que essa dicotomia influencie diversos sistemas filosófico de forma explícita.

“Com isso quero pensar por que a Filosofia resiste tanto em problematizar a história de opressão vivida pelas mulheres, construindo um discurso de exclusão e muitas vezes, de desqualificação sistemática de mais da metade da espécie humana? Ou não será isto uma questão filosófica? A Filosofia (esta escrita com letra maiúscula) ao negar essa discussão não estaria negando sua própria condição, seu movimento de re-flexão, de voltar-se sobre si mesma?” (MENEZES, 2015, p. 65).

É sabido que a filosofia tende a discussão, e para ela, é apenas isso que importa, e não aquele que discute. Logo, não há necessidade de pensar nas características físicas do ser que discorre, em gênero ou etnia. Uma das máximas filosóficas é a racionalidade, e ser racional é indiferente ao gênero.

Todo um pensamento, racional e lógico, não se deve ser apenas permeado e caracterizado pela questão do gênero. Assim como o desejo inteligível do filosofar não é excludente aos homens. É possível, talvez, que haja prioridade intelectual diferente, mas não superior, e como afirma o filósofo Julian Baggini (2015), por não saber até que ponto são culturais ou biológicas, não se deve presumir que diferenças desses tipos, de qualquer modo, sejam fixas, mesmo que ao longo da história da filosofia clássica os homens tenham se posicionado de forma condescendente à crença de que as prioridades intelectuais deles eram melhores.

“O que acompanhamos ao longo da história do pensamento ocidental foi a imposição de um projeto de universalidade que carregava determinados traços de uma localidade, fazendo com que estes tivessem sentido para toda

humanidade. Contudo, não era qualquer localidade, trazia em si as marcas de uma humanidade branca, cristã, aristocrática, burguesa, masculina, europeia tradutora de uma compreensão de racionalidade, de mundo, de sujeito. E será este sujeito que irá determinar o que seja a Filosofia.“ (MENEZES, 2015, p.67).

Sendo notório que, ainda corroborando com Baggini (2015), é de suma importância a distinção de ideia de que as teorias filosóficas se encontram permeadas pelo gênero, bem como rejeitar a referência de que as questões de gênero afetam todos os modos de pensar e agir dos filósofos. Entendendo que a essência, a particularidade, a universalidade ou qualquer outra premissa que acompanha o ente abrange parte do estudo metafísico e epistemológico, torna-se a tarefa de reconstrução das categorias que o gênero decorre como tentativa de pensar o ser humano em sua dimensão ontológica “articulando um discurso de resistência fora da condição de representação do outro”.

Partindo de um pressuposto metafísico para reflexões, seja para afirmar ou refutar a substância de uma essência inerente ou permanente, as circunstâncias éticas e políticas, o mundo mítico ou contemporâneo, a crítica ao saber filosófico e a sua androcêntrica masculinização, se faz um articulado por uma via historiográfica e a partir da interpretação de uma já vasta bibliografia que tem desocultado o papel das mulheres ao longo da nossa cultura através de um esforço de diversas filósofas, graduandas, mestrandas, doutoras e professoras, chamo-os novamente atenção a uma perspectiva de pensamentos paralelos ao dominantes, que podem nitidamente representar o feminino que se manifesta desde a tradição clássica, na busca da visibilidade e desconstrução do discurso de neutralidade do filosófico. Ressalto que há diversas mulheres que contribuíram e fizeram diferença no campo intelectual, no entanto apenas citarei algumas delas para breve demonstração.

Desde a Antiguidade é possível voltar-se à presença feminina, destacando-se uma, Hipátia de Alexandria (415 d.C), grande conhecedora da matemática e da astronomia, sobretudo, filósofa e professora na academia de Alexandria a qual substituiu inclusive, Plotino. Avançando para o Medievo, onde denoto duas, Heloísa de Paráclito (1101-1164) reconhecida pela admirável inteligência e dom da escrita e Cristina de Pizan (1365-1431), uma filósofa poetisa, crítica dentro do meio literário, escritora de *A cidade das mulheres* e questionadora da dominação. Com um salto para modernidade trago Mary Astell, Mary Wollstonecraft e Olímpia de Gouges, as quais foram responsáveis por escritos revolucionários clamando por direitos. Na contemporaneidade a presença feminina se faz mais notória e por isso trago a ela maior destaque. Início com Rosa Luxemburgo (1871-1919), filósofa marxista, que se tornou mundialmente conhecida por suas ações revolucionárias e por fundar o Partido

Social-Democrata (SPD) da Polônia e Lituânia. Uma das mais conhecidas, Hannah Arendt (1906-1975) que dedicou-se à ciência política e foi uma das poucas filósofas que não chegou a escrever sobre a condição feminina. Simone de Beauvoir (1908-1986) filósofa existencialista e que destacou-se nas questões feministas, principalmente quando lançou seu famoso livro *O Segundo Sexo*. Pensando em algo ainda mais próximo de nós e voltando o olhar ao Brasil e à América Latina, é notada também a filósofa Ana Miriam e sua produção intitulada “Acerca da existência de pensadoras no Brasil e na América Latina” (2015). Onde a mesma faz um grande e minucioso esforço de reconhecimento acerca das mulheres pensadoras no Brasil e na América Latina.

Menciono estas de algumas tantas mulheres que fazem parte da história da produção filosófica na tentativa de desmistificar tal aniquilação ou da afirmação da existência de “naturalidade de um gênero da sabedoria”.

“É por meio de uma filosofia no feminino, que podemos restituir a presenças de grandes mulheres nesse campo abrigado pelo conhecimento e sabedoria, uma filosofia feminina tem como objetivo: Dar visibilidade às mulheres num domínio em que aparentemente tiveram seu estatuto de sombras, a sua tarefa é eminentemente reconstrutiva, quer desvelando a presença oculta [...] da mulher na história da filosofia, quer destacando no território filosófico coordenadas femininas que dele estiveram afastadas, quer mostrando a produção filosófica das mulheres pela divulgação de textos que por várias razões se mantiveram desconhecidos” (FERREIRA, 2010, p. 29)
Adaptado.

Contudo, partindo dos pressupostos de que as teorias de gênero como concebemos hoje, têm informado, e sido informadas, por algumas mudanças na configuração cultural, social e ética das sociedades contemporâneas, e que se desenvolveram ao longo do tempo em articulação com vários saberes, inclusive da tradição filosófica, faz questionar-se: o que é apresentado aos estudantes de filosofia sobre estas questões? Retornando à falta de proliferação dos trabalhos intelectuais femininos é possível pensar também sobre quanto o ensino de filosofia tem incorporado produções de mulheres em seus materiais.

5 Capítulo quarto: Uma interface com o ensino de filosofia.

“Quando elegemos como objeto de reflexão o ensino de filosofia, estamos adentrando um universo por si só bastante denso na medida em que prescreve a confluência de duas áreas distintas de saber: a educação que tem no ensino um de seus objetos privilegiados de investigação, e a filosofia que tem nela mesma, ou seja, na própria filosofia, um tema profícuo de reflexão e produção de saber” (Danelon, 2010, p. 185).

Considerando que o ensino de filosofia ocupa novos espaços nos meios educacionais, nos últimos anos a análise dessa prática na educação brasileira é necessária. Para uma análise pontual, é primordial definir o espaço que pensamos como escola, corrobora com a noção trazida por Gontijo (2004) ao compartilhar a visão de que a escola não é um espaço neutro e, como expressado por Kohan & Waksman (1998, p. 85), consideramos a escola:

“Antes de tudo, uma instituição de controle social e de formação de subjetividades, um dispositivo que normaliza e simultaneamente totaliza enquanto engloba, ou procura englobar, os que assistem a ela, naquilo que uma instância exterior determina como normal e sanciona como correto. Como tal, a escola produz e reproduz saberes e valores afirmados socialmente.”

Portanto, pensar filosofia, escola, docentes e discentes é algo de extrema complexidade. Um dos tantos desafios enfrentados se inicia (e não se esgota) no “dever” de ter um conceito formado sobre “o que é filosofia?”. Tal resposta exige um posicionamento e uma identidade filosófica onde o professor assume para si sua prática pedagógica, fundamentando o processo de ensinar filosofia; significa dizer, desde o início, com qual autor, com qual referencial teórico irá trabalhar na sala de aula; é assumir, enfim, uma postura filosófica em torno dos problemas filosóficos emergidos no processo de ensino (DANELON, 2010).

“Nos documentos oficiais produzidos no âmbito do Ministério da Educação, em específico os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio/Ciências Humanas e suas Tecnologias (1999), doravante PCN/Filosofia e, posteriormente, as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio/Filosofia (2008), doravante OCN/Filosofia, a área de filosofia aponta, acertadamente nesses documentos, a necessidade e a importância de o professor de filosofia contemplar, na construção de sua identidade como docente de filosofia, e em sua prática junto aos seus alunos, uma reflexão em torno do problema filosófico “o que é filosofia?”. De fato, lemos: Em suma, a resposta que cada professor de filosofia do Ensino Médio dá à pergunta (b) “que filosofia?” decorre, naturalmente, da opção por um modo determinado de filosofar que ele considera justificado.” (BRASIL, 2000, p. 48)

A escolha do docente, afinal, a identidade da filosofia fica atrelada à do próprio professor, às suas afinidades, autores, escritas e falas. É um posicionamento político diante de seu trabalho com a filosofia (DANELON, 2010).

5.1 Por que envolver o ensino de filosofia?

“Se a filosofia justifica-se por oportunizar aos estudantes a experiência do conceito, a possibilidade de exercício do pensamento conceitual, então ela não pode ser apenas mais um desfile daquilo que os filósofos pensaram pelos séculos afora” (Galo, 2010, p.163).

O ensino de filosofia passou pouco mais de 30 anos sem obrigatoriedade na grade curricular da educação básica. Na década de 80, houve um retorno parcial da disciplina aos currículos do Ensino Médio, então na condição de disciplina optativa, em princípio, de modo mais tímido. Nas escolas públicas do Distrito Federal, o movimento para a obrigatoriedade da filosofia como disciplina do currículo do ensino médio acadêmico toma maior forma em 1989 e, desde essa época até o ano de 1999, o ensino da disciplina no ensino médio nas escolas públicas dava-se exclusivamente no segundo ano, com duas aulas semanais. Com a reforma implementada a partir de janeiro de 2000, a disciplina passou a ser ministrada em cada um dos três anos. Os alunos passaram a ter 2 horas-aula semanais de filosofia, perfazendo cerca de 80 horas-aula anuais e 240 horas-aula ao longo dos três anos (GONTIJO, 2004).

A Filosofia volta definitivamente para as escolas públicas e privadas de nível médio do Brasil há 11 anos, no dia dois de junho de 2008 quando foi sancionada a lei de obrigatoriedade pelo presidente da República em exercício, José de Alencar.

Com a retomada filosófica, toda a atividade inerente à filosofia precisa ser delineada, o seu papel via docente e discente, seus materiais didáticos e suas abordagens.

Durante esse processo, a Filosofia tem sido, por vezes, associada à formação para a cidadania. Em sua primeira redação, a Lei de Diretrizes e Bases 9694 trazia explicitamente que *“a Filosofia, diz a lei brasileira, é um tipo de conhecimento e seu ensino é vinculado à formação para cidadania”*. Contudo, não se esgota na mesma. Uma das vertentes as quais este curso percorre é a de debater os problemas reais e atuais, tornando uma via de mão dupla entre a experiência e o saber. A filosofia pode ser concebida, entre outras, como uma crítica reflexão a respeito do conhecimento e da ação, como podemos encontrar no PCN:

“[...] a Filosofia é compreendida em linhas gerais como reflexão crítica a respeito do conhecimento e da ação dos pressupostos do pensar e do agir e, portanto, como fundamentação teórica e crítica dos conhecimentos e práticas” (PCN+, p.41).

Ora, isto posto, é notória que delinear o “lugar” ou “finalidade” da Filosofia não é algo que se pontua com clareza. Porém, ela não pode ser, como afirma Galo (2010) apenas mais um desfile daquilo que os filósofos pensaram séculos afora. Tem-se espaço suficiente para pensar em como confrontar a cultura consigo mesma, para tratar com centralidade na discussão filosófica o conceito de gênero com possibilidades diversas, seja no âmbito ético, moral, político, epistemológico, antropológico, ontológico ou metafísico. Sobre qualquer um desses discursos filosóficos pode-se e deve-se perguntar: *qual a perspectiva de gênero que ele compreende?* Perguntas básicas em conteúdos filosóficos como: O que somos? O que conhecemos? O que é real? O que é válido? São questões transversalizadas pelas relações de gênero. Outra potencialidade da filosofia a tratar as relações de gênero é sua capacidade de interdisciplinaridade e de transitar pelas mais diversas áreas da experiência humana, recorrendo a saberes para tratar problemas úteis e contemporâneos, estabelecendo conexões entre conhecimentos práticos.

Diante de tantas possibilidades dadas em um mero discurso rápido, *por que não é tratado o gênero feminino na filosofia? Onde está o feminino na disciplina? Onde estão as filósofas?* Todas essas indagações são geradas devido à situação de pano de fundo da investigação científica da mulher, tornando-as invisíveis por décadas das mais diversas formas.

É por tanto que a investigação parte para elementos que auxiliam e têm grande peso na produção do saber e do ensino de filosofia e de que maneira tais instrumentos podem reproduzir a aparente “hegemonia masculina da tradição e do fazer filosófico”, crendo em uma práxis filosófica pedagógica alheia às questões de gênero, sem tendências ou resistências.

5.2 Por que olhar para os livros didáticos?

“A escola é um lugar especial. Também especial é o material escolar, que se pode definir como o conjunto de objetos envolvidos nas atividades-fim da escola. Tudo aquilo que ajuda a aprendizagem que cumpre à escola patrocinar—computadores, livros, cadernos, vídeo, canetas, mapas, lápis de cor, televisão, giz e lousa, entre outras coisas — é material escolar. Entre esses elementos mais essenciais destacam-se os livros” (LAJOLO, 1996, p. 3).

Aparentemente, o didático é o livro tendo em vista a utilização escolar e sistematizada, que muitas das vezes acaba determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, por vezes, marca de forma decisiva o que se ensina. Embora não seja um instrumento único para o docente valer-se, é ainda grandioso nas práticas escolares.

Assim, para ser considerado didático, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar. Além disso, o livro didático caracteriza-se ainda por ser passível de uso na situação específica da escola, isto é, de aprendizado coletivo e orientado por um professor. Por tais razões, o livro didático dirige-se, simultaneamente, a dois leitores: o professor e o aluno (LAJOLO, 1996, p. 4).

Segundo o Guia do Livro Didático de Filosofia (PNLD 2012), o Livro Didático de Filosofia é, de fato, um elemento que desempenha um lugar central no debate sobre a identidade do ensino de Filosofia. O livro torna-se, por vezes, um interlocutor do docente na sua concepção de práticas pedagógicas de ensino.

“Através do livro didático o professor debate com os especialistas a atividade de docência em filosofia, sustenta histórica e teoricamente sua atuação em sala de aula, recebe materiais de apoio e textos, encontra alternativas de abordagem dos temas e dos roteiros de cursos” (BRASIL, 2012, p. 9).

Entende-se que é possível criar uma relação de dependência entre o professor e o livro didático, porém, Lopes (2007) mesmo reconhece também que bons livros didáticos são parte fundamental da qualidade da educação e para professores com deficiência em sua formação, o material contribui para qualificar atividades desenvolvidas em sala.

Neste sentido, o docente, ao escolher o Livro Didático, pode considerar a apresentação dos conteúdos, a proposta pedagógica, o modo de contextualização, entre outros critérios. Por dever de ofício, o professor torna-se uma espécie de leitor privilegiado da obra

didática, já que é a partir dele que o livro didático chega às mãos dos alunos (LAJOLO, 1996). Por tais motivos, Vasconcellos (2000), afirma que a utilização do Livro Didático deve passar por uma crítica que envolva escola e alunos, para que possam ser adotados, livros que contemplem questões de gênero, etnia, classe social, multiculturalismo, culturas locais, dentre outras, empenhadas em desmistificar supostas verdades absolutas, que coincidentemente procuram legitimar os valores e ideais de culturas hegemônicas.

“Se através do livro didático o aluno vai aprender, é preciso que os significados com que o livro lida sejam adequados ao tipo de aprendizagem com que a escola se compromete. Os significados que, em torno do livro didático, o aluno vai construir ou alterar, precisam, por um lado, corresponder aos padrões de conhecimento da sociedade em nome da qual a escola estabelece seu projeto de educação. Por outro, os significados que o livro veicula podem também questionar o conhecimento até então aceito como legítimo. O essencial é que, em qualquer dos casos, as informações endossadas ou sua contestação, sejam fundamentadas; e, simultaneamente, as diretrizes do sistema educacional” (LAJOLO, 1996, p. 6).

Com tamanho espaço no contexto de ensino e aprendizagem, um livro didático não pode endossar nem mesmo de maneira indireta comportamentos que reforcem ou incentivem concepções discriminatórias.

Os livros didáticos foram utilizados em diferentes momentos da história, sendo usados até como instrumentos de reprodução ideológica das classes dominantes. Desde os primeiros manuais, o objetivo é fazer parte do ensino. Zacheu e Castro (2013) afirmam que se tem registros do uso de livros didáticos no Brasil no período imperial desde 1820, quando foram instaladas as primeiras escolas públicas no país.

Na filosofia, pontualmente, em uma reflexão breve, pode-se pensar que desde 1809 ao tornar-se “disciplina” obrigatória na França as aulas da disciplina ocorriam com o uso de manuais. Com o olhar especificamente no Brasil, até a segunda metade do século XVIII, seguia-se um currículo clássico, posteriormente, estudava-se aqui sob a mesma orientação pedagógica e com referência a materiais similares aos dos europeus. Já no século XIX os projetos educacionais tenderam ao modelo Francês e Cousin teve alguns de seus manuais discutidos a partir da Escola de Recife. Em meados do século XX, apresenta-se que a pedagogia humanista era basicamente um programa de educação literário. Posteriormente, no século XXI há uma nova proposta pedagógica que se aproximava da práxis que temos hoje. Mais tarde, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, os livros didáticos passaram a ter critérios de aprovação, o qual levou o material didático para um

“patamar ainda mais evoluído” e notoriamente validado, e em meio a este caminho ele ganhou ainda mais espaço nas escolas como instrumento de apoio na educação básica.

Desta maneira, assim como outros elementos presentes na cultura escolar, os livros didáticos também reforçaram e contribuíram para a formação do indivíduo que ali está imerso. Atualmente, mesmo sendo escolhidos de forma democrática pelos docentes, muitas vezes ainda não contemplam a diversidade da realidade e, apesar disso, representam a única referência para muitos discentes.

Logo, o livro didático não pode e não deve conter informações errôneas ou valores discriminatórios – de forma menos ou mais velada – afinal, eles estão em salas de aula, nas mãos dos alunos, sendo um instrumento de divulgação de ideias, crenças, conceitos e desenvolvendo um papel educacional na sociedade.

5.3 Princípios e critérios de avaliações das coleções para o ensino médio.

Para este estudo, foi realizada coleta de dados de caráter documental com associação de aspectos quantitativos e qualitativos. Utilizando-se dos materiais didáticos para levantamento de informações delineando alguns aspectos da realidade da filosofia no ensino médio, visualizando as lacunas e problematizando as teorias, produções teóricas e as possibilidades de reproduções em sala de aula, assim como a bibliografia contida no programa e o papel de determinar quais obras e títulos são necessários para a formação do estudante (MEC, 2012). Ao observar a escolha de materiais e bibliografias é possível constatar a importância dada (ou falta dela) à produção intelectual feminina, seja ela histórica, filosófica, especialista ou comentadora, contemporânea ou da tradição.

“Este estudo pode colaborar para a avaliação, proposta por Costa e Sardenberg (1994), sobre o avanço e limitações dos estudos de gênero na academia, quanto à maneira como estas questões vêm sendo incorporadas nos currículos, pois, segundo ela: (...) é importante avaliar qual a extensão e o grau de disseminação dos desenvolvimentos no campo dos estudos sobre mulheres e relações de gênero, no que se refere à sua incorporação nos programas curriculares e oferta de disciplinas, tanto nos cursos da graduação quanto da pós-graduação” (COSTA e SADENBERG, 2014, p.39).

Para apropriar-se dos ditos materiais didáticos, embasa-se no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, uma iniciativa do Governo Federal, da Secretaria de Educação Básica e do Ministério da Educação. O documento representa a avaliação e aprovação dos livros didáticos que ficam disponíveis à escolha dos docentes da educação básica na rede

pública de ensino como instrumento que auxilia o professor a um amadurecimento de um referencial curricular e didático.

“O livro didático para o Ensino Médio deve, desse modo, converter-se num referencial para a estruturação do ensino e numa ferramenta de apoio ao desenvolvimento do processo educativo, combinando as dimensões da ciência, da cultura, do trabalho e da tecnologia no currículo dessa etapa da educação básica”

(BRASIL, 2018, p. 13).

O PNLD 2018 estabeleceu uma metodologia que permitisse avaliar os critérios definidos no edital (04/2015) “critérios de avaliação para as coleções inscritas”, os quais visavam atender concretamente aos princípios gerais definidos no edital 04/2015. Embora a Filosofia não seja mais uma disciplina obrigatória nas últimas séries da educação básica (BRASIL, 1996), por conta da reforma do ensino médio (BRASIL, 2017), apenas estudos e práticas de Filosofia, a partir desta, passam a ser obrigatórios nesse nível de ensino. O edital do PNLD 2018 (BRASIL, 2015) não cita os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) ou as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), como fundamentos do ensino de Filosofia a serem contemplados nas obras. Mas apresenta 18 critérios eliminatórios, obrigatórios, que refletem perspectivas sobre o ensino da disciplina, além de descrever o que é a Filosofia e como deve ser a obra didática para o ensino médio. Os critérios de organização atêm-se à obediência “à legislação, às diretrizes e às normas oficiais ao Ensino Médio”.

Um dos critérios que destaco neste estudo é o denominado “princípios éticos da cidadania”, o qual prescreve que os livros didáticos não podem veicular estereótipos e preconceitos de nenhuma natureza.

“1 - A obra respeita a legislação, as diretrizes e as normas oficiais relativas ao Ensino Médio (Constituição, LDB, ECA, DCNEM, Resoluções e Pareceres do CNE)? 2 - A obra respeita os princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano, não veiculando estereótipos e preconceitos de natureza socio-econômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos, não veiculando mensagens publicitárias ou difundindo marcas, produtos ou serviços comerciais em seu conteúdo e não apresentando qualquer forma de doutrinação religiosa, política ou ideológica, respeitando o caráter laico e autônomo do ensino público?” (BRASIL, 2018, p. 14) .

Cito, ainda, o Anexo III, “princípios e critérios para avaliação de obras didáticas destinadas ao ensino médio”, o qual explicita o dever de promoção positiva da imagem da mulher, sua visibilidade social, questões de gênero e combate desconstruções discriminatórias.

*“Nessa perspectiva, elas devem representar a sociedade na qual se inserem, procurando: 1.1.1. promover positivamente a **imagem da mulher**, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, reforçando sua visibilidade e protagonismo social; 1.1.2. abordar a **temática de gênero**, visando à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao **combate à homo e transfobia**; 1.1.3. proporcionar o debate acerca dos compromissos de superação de toda forma de violência, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher; 1.1.4. promover a **educação e cultura em direitos humanos**, afirmando os direitos de crianças e adolescentes, bem como o conhecimento e vivência dos princípios afirmados no Estatuto do Idoso; 1.1.5. incentivar a ação pedagógica voltada para o **respeito e valorização da diversidade**, aos conceitos de sustentabilidade e da cidadania, apoiando práticas pedagógicas democráticas e o exercício do respeito e da tolerância.”*
(BRASIL, 2015, p. 32)

Segundo o Guia do PNLD 2018:

“Algumas obras começaram a dedicar um espaço específico para o estudo sobre gênero e Filosofia, estudo importante, sobretudo pelo espaço que temas nessa área tem ocupado em polêmicas nos meios de comunicação, discursos e práticas políticas e no cotidiano das escolas. As obras aprovadas no PNLD também podem contribuir para um resgate da contribuição feminina na tradição filosófica, estimulando os estudantes a pesquisas em cada livro sobre essa presença feminina. Uma maior visibilidade da contribuição das mulheres ao longo da tradição exigirá de vocês um trabalho transversal e de complementação de textos.”
(BRASIL, 2018, p. 19)

A escolha dos livros didáticos analisados como material para pesquisa se deu pela materialidade que os mesmos proporcionam em relação ao currículo de filosofia vigente até o momento. Embora não sejam os únicos materiais didáticos existentes, em várias instituições de ensino são os manuais didáticos ainda a alternativa mais acessível para auxiliar a aprendizagem, portanto, o livro didático pode ser um recurso pedagógico de impacto positivo no ensino e aprendizagem de Filosofia, mesmo em uma sociedade que conta com as tecnologias digitais de informação e comunicação. Ressalta-se, ainda, que não há aqui defesa de sua centralidade no processo pedagógico, como também não é objetivo dar a ele maior importância que à autonomia do professor diante das múltiplas realidades em sala de aula – mas, ainda assim, considera-se um instrumento relevante no processo de ensino e aprendizagem. Acreditando que as obras didáticas selecionadas pelo PNLD não são simples coleções de textos, mas subsídios didáticos com intencionalidade pedagógica e/ou perspectiva filosófica, que estão fundamentadas em alguma ideia sobre ensino de Filosofia.

Em 2018, no Brasil, a docente e as instituições de ensino puderam escolher um entre os oito livros didáticos de Filosofia aprovados pelo PNLD (Programa Nacional do Livro

Didático), o livro escolhido foi distribuído gratuitamente nas respectivas escolas públicas de ensino aos matriculados no ensino médio. Sua distribuição nas instituições garante aos jovens e adultos estudantes, o acesso gratuito a uma obra básica, que, muitas vezes, é o seu primeiro livro de Filosofia.

Contudo, de que forma o pensamento filosófico é transmitido por estes materiais atualmente? Será que os livros didáticos reproduzem a dominação masculina presente no pensamento filosófico ou dialogam com o contexto social de diversidade no qual está inserido seu público-alvo? É possível perceber a partir dessas questões a reprodução de uma metafísica da substância não afirmada, mas expressa na forma como trata a presença (ou ausência) feminina nos textos didáticos disponíveis nos livros da disciplina para o Ensino Médio?

A primeira seleção dos livros didáticos é feita pelo próprio Ministério da Educação por critérios por ele estabelecidos no edital publicado já citado acima (4/2015). Depois, os materiais aprovados na seleção são encaminhados para as escolas públicas a fim de serem analisados pelos professores e professoras de cada componente curricular. Os docentes, por fim, irão escolher os dois livros didáticos que melhor se adequam ao seu planejamento e objetivos pedagógicos, como primeira e segunda opção de escolha.

No momento da pesquisa, o último dado publicitado pelo referido Programa com relação à distribuição dos livros refere-se ao ano de 2018. As oito obras aprovadas foram: **Diálogos: primeiros estudos em Filosofia**, de Ricardo Melani, Ed. Moderna; **Filosofando – introdução à Filosofia**, de Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, Ed. Moderna; **Filosofia e Filosofias - existência e sentidos**, de Juvenal Savian Filho, Ed. Autêntica; **Filosofia: experiência do pensamento**, de Sílvio Galo, Ed. Scipione; **Filosofia: temas e percursos**, de Vinicius de Figueiredo (org.), Ed. Berlendis; **Fundamentos de Filosofia**, de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes, Ed. Saraiva; **Iniciação à Filosofia**, de Marilena Chauí, Ed. Ática; **Reflexões: Filosofia e cotidiano**, de José Antônio Vasconcelos, Ed. SM.

Nesta investigação pontual que visa as 100 escolas públicas do Distrito Federal listadas no Portal Interativo do MEC e considerando os dados obtidos neste, o critério de arbitrariedade para ordem de análise dos livros didáticos deu-se com base na média de quantitativo de escolhas nas instituições de ensino como grau de relevância. Cada escola pôde optar por até duas possibilidades, sendo assim verificada a média entre a primeira e segunda alternativa apontada por cada instituição como vê-se na tabela a seguir:

Tabela 1 – Média de quantitativo das escolhas dos Livros Didáticos nas Escolas Públicas do DF

Livros Didáticos	Primeira Escolha	Segunda Escolha	Média de Escolha
Diálogos	8	2	5%
Filosofando	38	30	34%
Filosofia e Filosofias	4	5	4,5%
Filosofia: Experiência do Pensamento	5	9	7%
Filosofia: temas e percursos	1	4	2,5%
Fundamentos de Filosofia	33	21	37%
Iniciação à Filosofia	5	20	12,5%
Reflexões: Filosofia e cotidiano	6	4	5%
Não receber opção diferente da primeira	-	5	2,5%

As análises estão postas portando na seguinte ordem: Fundamentos de Filosofia, Filosofando, Iniciação à Filosofia, Filosofia: Experiência do pensamento, Diálogos, Reflexões: Filosofia e cotidiano, Filosofia e Filosofias e, por fim, Filosofia: temas e percurso, cada uma delas aparece primeiramente de maneira pontual e posteriormente em observação comparativa.

Para a coleta dos demais dados utilizou-se critérios para auxiliar na identificação dos filósofos e filósofas e demais referências no que diz respeito ao ser humano masculino ou feminino que aparece no material analisado e pode contribuir para o resultado da análise. São eles:

- Os nomes das pensadoras encontradas em cada livro didático analisado estão descritos no Apêndice.
- Foram elencadas as quantidades citadas ao longo de toda obra incluindo imagens, outros destaques, exercícios didáticos e apêndice.
- Algumas pensadoras de outras áreas foram incluídas na análise quando a autora ou o autor do livro didático enfatizou as teorias da mesma ao modo das teorias filosóficas, demonstrando, assim, a relevância de tais teorias para a compreensão do pensamento filosófico.
- Os nomes foram incluídos conforme a grafia apresentada no livro didático pelo autor ou autora.

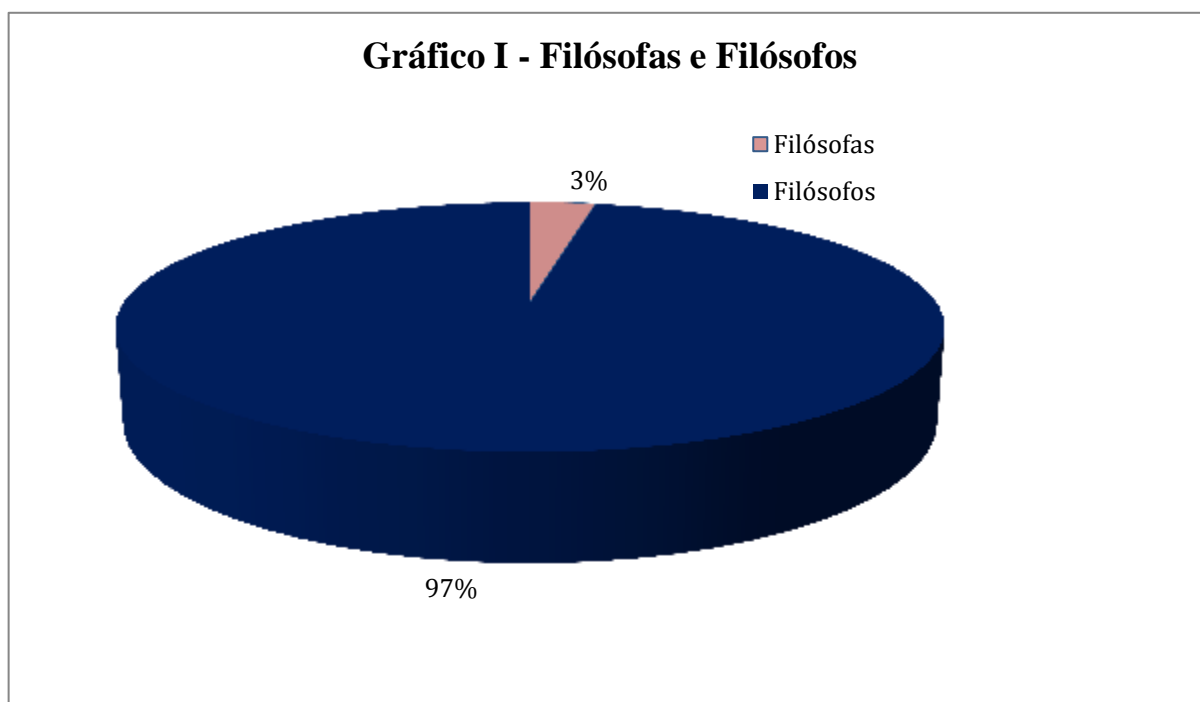
- Para alcançar uma melhor compreensão sobre os temas Gênero e Filosofia também serão analisados de maneira geral como a mulher está representada nos livros didáticos e se, mesmo que indiretamente, as relações de gênero são abordadas nos conteúdos.
- Para além do campo filosófico foram elencadas às vezes observadas as palavras “mulher/res” e “homem ou homens”. Assim como qualquer menção à “pensador/res” ou “pensadora/as”.
- Ao final de cada obra deu-se a somatória total da análise que leva em consideração todas as alusões no que se reporta a cada critério observado masculino e feminino.

5.4 Apresentações de dados I – Livro: Fundamentos de Filosofia

O livro mais escolhido pelos docentes das escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal para ser utilizado como instrumento no ensino de filosofia foi *Fundamentos de Filosofia*, de Gilberto Contrim e Mirna Fernandes, este teve uma preferência de em média 37%. Foi observado em sua 4ª edição, a qual aparece no Guia do PNLD 2018 como obra que tem uma abordagem temática e histórico-cronológica, sendo evidente a preocupação em introduzir os/as estudantes às questões filosóficas centrais legadas pela tradição.

Nesta obra, conforme os dados encontrados, notou-se **187 (cento e oitenta e sete)** menções aos filósofos contrapondo **6 (seis) filósofas**, ou seja, aproximadamente para cada pensadora encontrada há em média 31 (trinta e um) pensadores. É um livro que não dá destaque às teorias das filósofas, as aparições estão notoriamente em segundo plano, de forma breve e não aprofundada. As atribuições como são feitas reduzem as mulheres na Filosofia a um papel secundário enquanto a atenção está voltada para tradição androcêntrica.

As filósofas encontradas na obra foram: **Hannah Arendt**, filósofa que ganhou maior destaque no livro, **Hipátia de Alexandria**, primeira matemática e filósofa, **Jaqueline Russ**, filósofa que trata da ética contemporânea, **Susanne Lange**, filósofa conhecida por suas teorias sobre a influência da arte na mente humana. **Marilena Chauí** filósofa política e autora da obra *Contra a servidão voluntária* e **Simone de Beauvoir** filósofa bastante reconhecida pela sua obra *O segundo sexo*, que estavam presentes do mesmo modo do livro que antecede este, e por fim. O demonstrativo em porcentagens do contraponto entre filósofos e filósofas está a seguir.

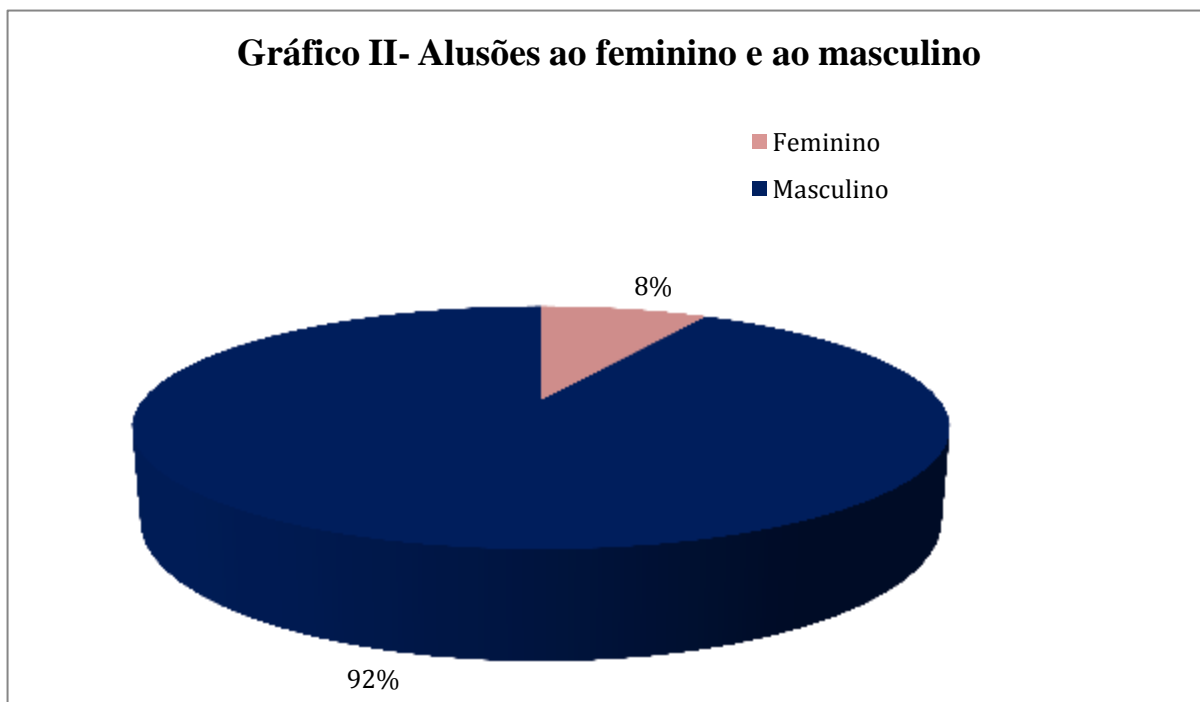


A forma com que as filósofas aparecem não se equipara à maneira que os filósofos são referidos. Tendo em vista que este material didático foi o mais escolhido no DF e por isso é o que está mais próximo da maioria dos alunos e alunas das escolas públicas, não se pode afirmar que o mesmo passa grande compreensão quanto às “filosofias femininas” essas aparecem e permanecem como plano de fundo à ideia dos filósofos.

Alguns aspectos gerais foram observados para efeito comparativo. Quando verificada de forma geral a palavra “**mulher/es**”, é possível encontra-la **67 (sessenta e sete)** vezes no decorrer de toda obra, como já mencionado, o gênero ocupa o secundário e refere-se apenas a condição de ser feminina, já o substantivo “**homem ou homens**” o numero é **344 (trezentos e quarenta e quatro)**. Ao que se refere a qualquer humano como pensador ou pensadoras. A palavra “**pensador/es**” aparece **243 (duzentos e quarenta e três)** vezes, “**pensadora**” **(1) uma** única hora. O quantitativo de **autora/s** é igual a **9 (nove)**, já o de **autor/es** **143 (cento e quarenta e três)** vezes. No que se refere a essas duas categorias – autora/autor, pensador/pensadora – engloba-se outras áreas do saber, não se atendo apenas ao campo filosófico.

A priori, de forma quantitativa entre as quatro categorias analisadas listadas acima – filósofo/filósofa, homem/mulher, pensador/pensadora e autor/autora - aparecem em média 11 (onze) citações masculinas para 1 (uma) feminina. 917 menções das categorias masculinas para 83 femininas. Essa diferença gritante não é exclusividade do *Fundamentos de filosofia*, os demais livros analisados apresentam dados semelhantes como é possível verificar nas

demais análises. Em porcentagens, para efeito de ilustração e maior compreensão, a desigualdade da somatória referida apresenta-se no próximo gráfico.

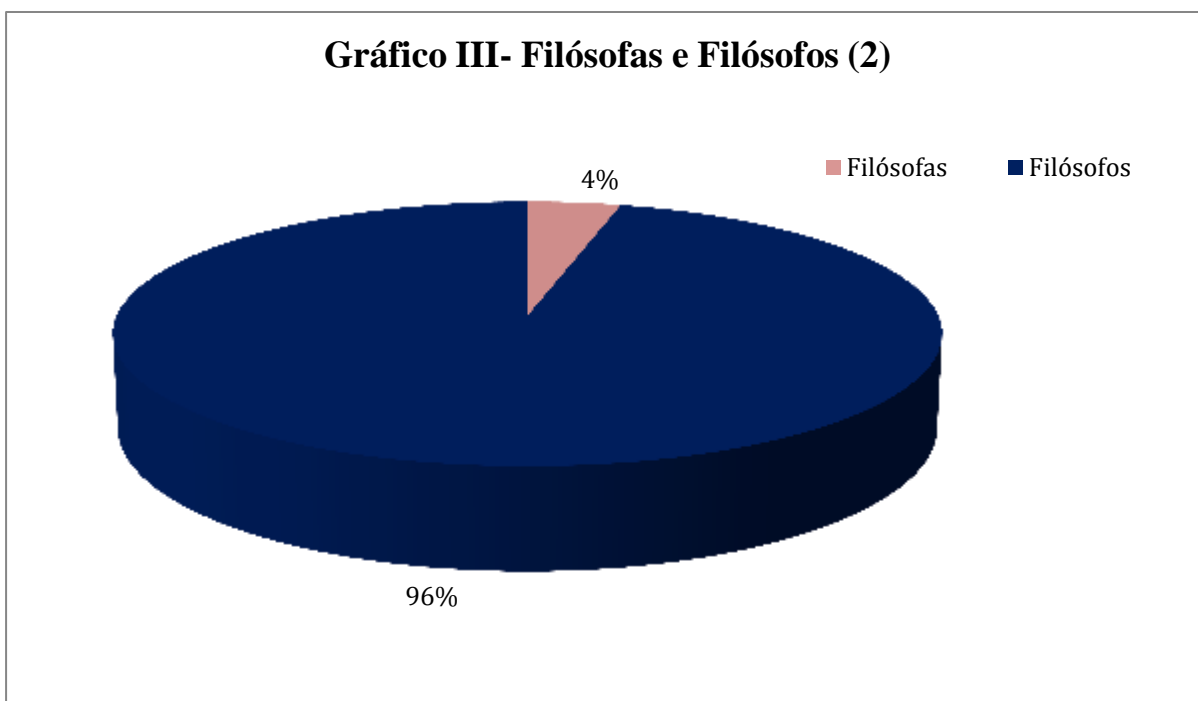


5.4.1 Apresentações de dados II – Livro: Filosofando

O livro mais escolhido pelos docentes de Filosofia das instituições públicas de Ensino do Distrito Federal como primeira opção foi o *Filosofando: Introdução à Filosofia*, porém na média entre primeira e segunda escolha ele aparece com 34% o que o deixa em “segundo lugar”, perdendo apenas para o *Fundamentos de filosofia*. Escrito por Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins. Segundo a editora Moderna, o livro é também a obra mais adotada em escolas públicas de todo o Brasil oferece uma abordagem temática apoiada na história da Filosofia.

Filosofando, é escrito por duas mulheres e está em sua 6ª edição. Segundo o Guia do PNLD 2018 é essencialmente temática, cada uma das sete unidades da obra é organizada em torno de um tema específico. A História da Filosofia, contudo, é usada como referência para o tratamento dos temas escolhidos, servindo de fio condutor para a organização interna de cada unidade. A proposta é vasta possibilidade de criticidade do professor e dos estudantes, não há referências em nenhuma visão geral observada sobre diversidade ou visibilidade feminina.

É notória, a partir dos dados encontrados, a vulnerabilidade da presença feminina. Foram citadas ao longo do material didático apenas **8 (oito) filósofas** em contraponto ao quantitativo de **185 (cento e oitenta e cinco) filósofos**. Uma diferença gritante onde em média para cada pensadora do gênero feminino há em torno de 23 (vinte e três) pensadores do gênero masculino. O gráfico consecutivo ilustra as porcentagens desse levantamento.



A priori a desigualdade apresenta-se em quantitativo, porém, em análise qualitativa é possível observar mais uma vez que além desta dessemelhança, a forma com que as filósofas aparecem é também secundária, suas teorias não são aprofundadas, não há grande enfoque ou espaço considerável, seus pensamentos transitam a obra apenas como forma de citação. Assim, pode haver uma dificuldade ao buscar a compreensão das “filosofias femininas” por estarem como ponto de apoio ao entendimento dos pensamentos de outros filósofos.

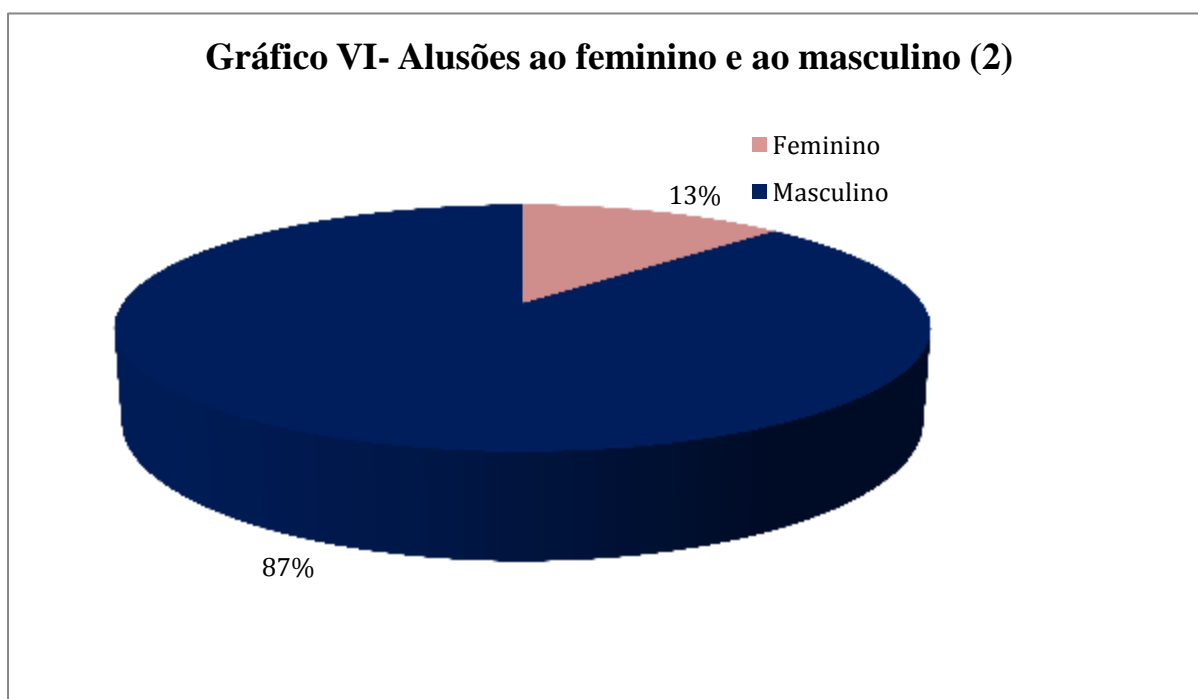
As filósofas que podem ser observadas no livro são: **Anne Cauquelin**, autora de diversos ensaios sobre arte e filosofia, **Hannah Arendt** reconhecida em diversas áreas o que inclui a filosofia política, **Harriet Taylor**, filósofa e defensora dos direitos das mulheres, **Hipátia de Alexandria**, filósofa neoplatônica e primeira mulher documentada como sã matemática, **Marilena Chauí**, filósofa brasileira e uma das mais influentes do país, **Olgária Matos**, grande pesquisadora no campo das teorias das ciências humanas, **Scarlett Marton**, outra filósofa brasileira e considerada uma das maiores conhecedoras brasileiras da filosofia de Nietzsche e **Simone de Beauvoir**, filósofa existencialista, ativista política, feminista e

teórica social. Entre as filósofas encontradas as de o maior destaque foram, Hannah Arendt que é referida cinco vezes, em momentos distintos do livro e Marilena Chauí, cujo pensamento foi citado de forma direta.

Para efeito comparativo, ao voltar o olhar simplesmente para a palavra “**mulher/es**”, é possível encontra-la **93 (noventa e três)** vezes no decorrer de toda obra, o substantivo sempre logra exclusivamente o ser do gênero feminino e permanece como plano de fundo, em contraponto a este, “**homem ou homens**” o número é **239 (duzentos e trinta e nove)**, o mesmo não se refere apenas ao gênero masculino, universaliza os seres e ocupa um espaço de evidência em suas aparições. Ao que se refere a qualquer humano como pensador ou pensadora, neste aspecto envolvemos outras áreas do conhecimento para além da filosofia, o número de menções da palavra “**pensador/es**” é de **110 (cento e dez)**, já ao que procurar a “**pensadora/s**” o quantitativo encontrado é **0 (zero)**. Em sequência a isso, ainda pensando em contabilizar outros campos do saber juntamente com a filosofia, buscou-se por autores e autoras, o número de **autor/es** do sexo biológico masculino é de **157 (cento e cinquenta e sete)**, já ao que se vê de **autora/s** é também é igual a **0 (zero)**.

Apesar dos dados listados, a obra analisada acima é o livro didático que mais encontramos filósofas.

A partir dos dados coletados, é possível identificar em média 7 (sete) referências masculinas para 1 (uma) feminina. Isso quer dizer que ao somar as categorias filósofo, homem, pensador e autor têm-se um total de 691 (seiscentos e noventa e um) referências, enquanto que quando o mesmo é feito com filósofa, mulher, pensador e autora o número obtido é 101 (cento e um). Essa disparidade pode ser observada em porcentagens no gráfico que segue.



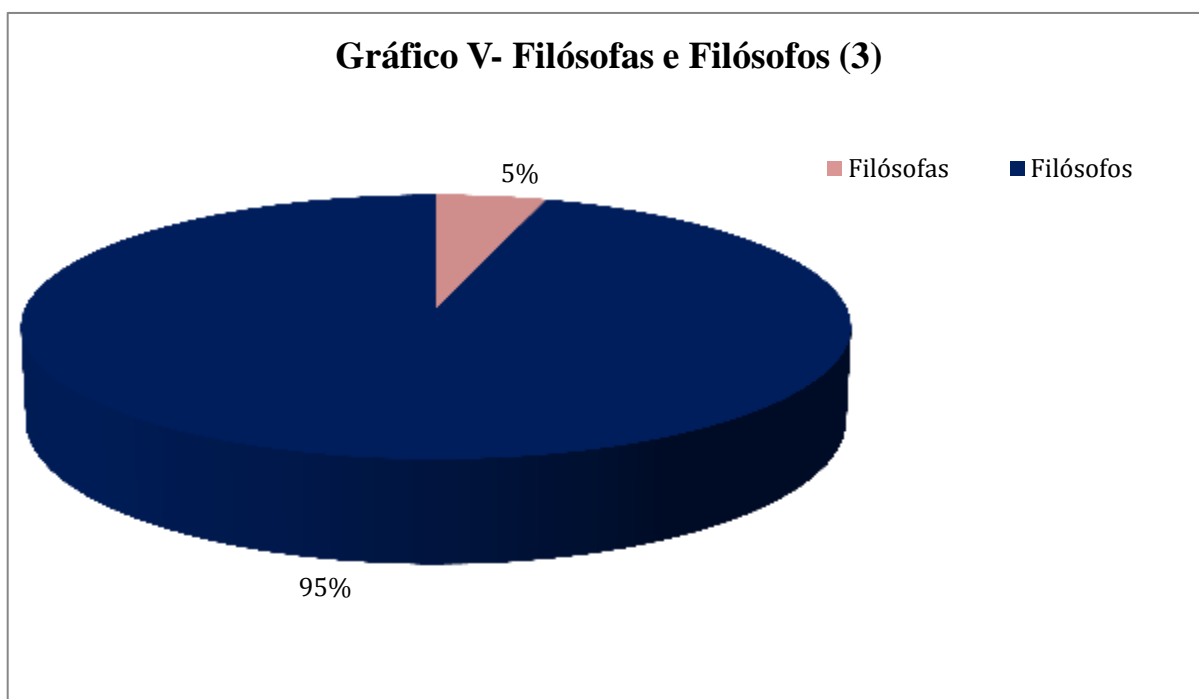
5.4.2 Apresentações de dados III – Livro: Iniciação à Filosofia

O livro *Iniciação à Filosofia* aparece com um percentual de 12,5% entre as escolhas dos docentes do Distrito Federal. Esta obra escrita pela filósofa brasileira Marilena Chauí está há bastante tempo no mercado e participou também do PNLD de 2015 também com boa adesão na época.

Segundo o PNLD 2018 a obra em análise, “após uma introdução geral à Filosofia, uma série de conceitos e ferramentas próprios do fazer filosófico são explorados para, na parte final, serem aprofundados em campos da experiência humana”. O livro é citado não como historiográfico, mas com uma metodologia didática progressista que faz ao alunado um “convite” à filosofia.

Como anteriormente proposto, a primeira categoria de análise foi quanto às filósofas e filósofos. Foram encontrados **116 (cento e dezesseis) filósofos** e **6 (seis) filósofas**.

Percebe-se aqui que apesar de ser um livro escrito por uma filósofa, as referências de “filosofias femininas” diminuíram se comparada às duas análises anteriores. Isso quer dizer que há, em média, aproximadamente 19 (dezenove) filósofos para cada filósofa apresentada por Marilena. O demonstrativo em percentual apresenta-se abaixo:

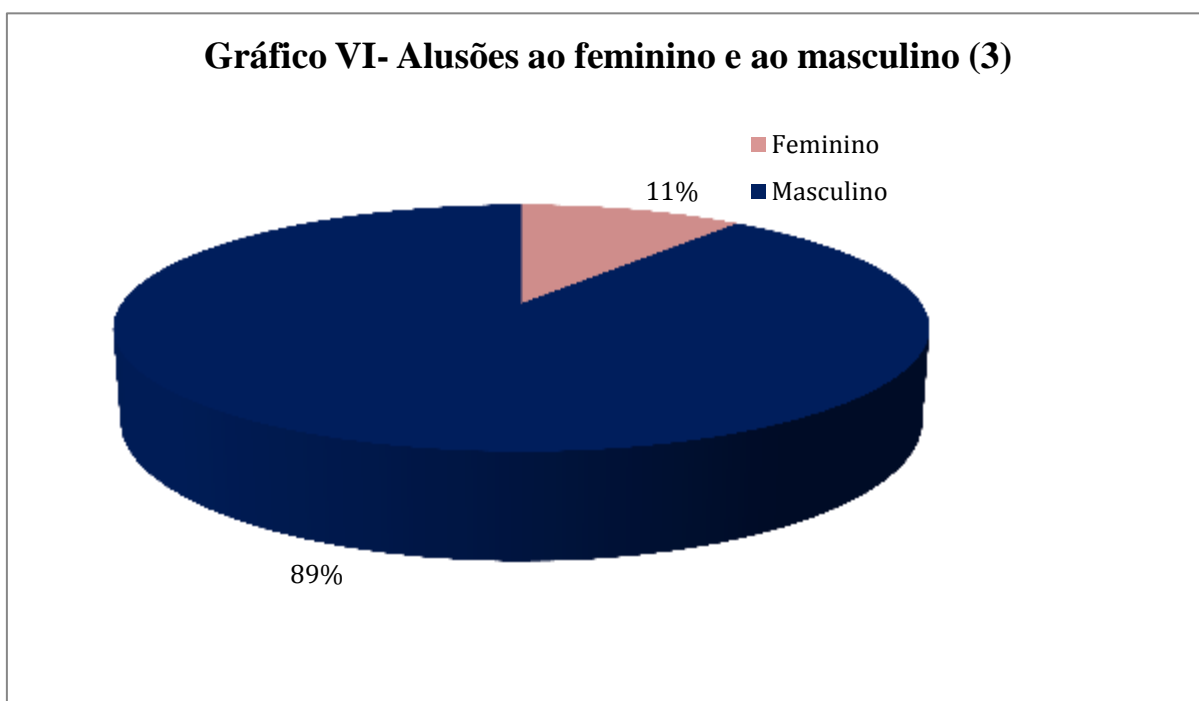


Mais uma vez, **Hipátia de Alexandria** aparece entre as filósofas, além dela há outros dois novos nomes, **Bernadette Abrão** filósofa que trabalha bastante na área da *história*

e origem da filosofia e **Lídia Maria Rodrigo** filósofa que se empenha em unir teoria e prática na filosofia para o ensino médio. Apesar do número baixo, é importante salientar que em uma análise das imagens, **Catarina de Siena**, filósofa e teóloga escolástica, **Hannah Arendt** e **Simone de Beauvoir**, diferente dos outros livros analisados, apreça uma diversidade maior de mulheres como: negras e indígenas, além da representatividade de trabalhadores lutando pelos seus direitos. Contudo, de modo geral, ainda corroborando com os dados do primeiro e segundo livros analisados, o lugar destinado ao pensamento filosófico das mulheres ainda é inferior ao espaço ocupado pelos filósofos.

Dando continuidade às categorias comparativas, notou-se grande diferença com relação a palavra “**homem/ns**” surge **444 (duzentos e sessenta e nove) vezes** e “**mulher/es**” **87 (oitenta e sete) vezes**. É importante observar que apesar da disparidade a autora teve o cuidado de em vários trechos do livro não utilizar “homens” como referência ao universal humano, a mesma especifica em diversas passagens a referência aos dois gêneros em questão. Outro ponto interessante é a passagem intitulada “Natureza Humana?” no capítulo 23 (vinte e três) onde há um regate de estereótipos entre homens e mulheres e um convite a desmistificar esses conceitos preestabelecidos, mesmo que em um rápido período. “**Pensador/es**” aparece **65 (sessenta e cinco vezes)** enquanto “**pensadora/as**” **0 (zero)**. “**Autor/es**” **148 (cento e quarenta e oito vezes)** para nenhuma “**autora**”.

Apesar de observar que há aproximadamente 8 (oito) referenciais masculinos para um feminino, ou seja, a partir da junção das categorias analisadas há 773 (setecentos e setenta e três) – homem/ns, pensador/es, autor/es e filósofos – para 93 (noventa e três) – mulher/es, pensadora/as, autora/as e filósofas. Abaixo está o demonstrativo em percentuais.



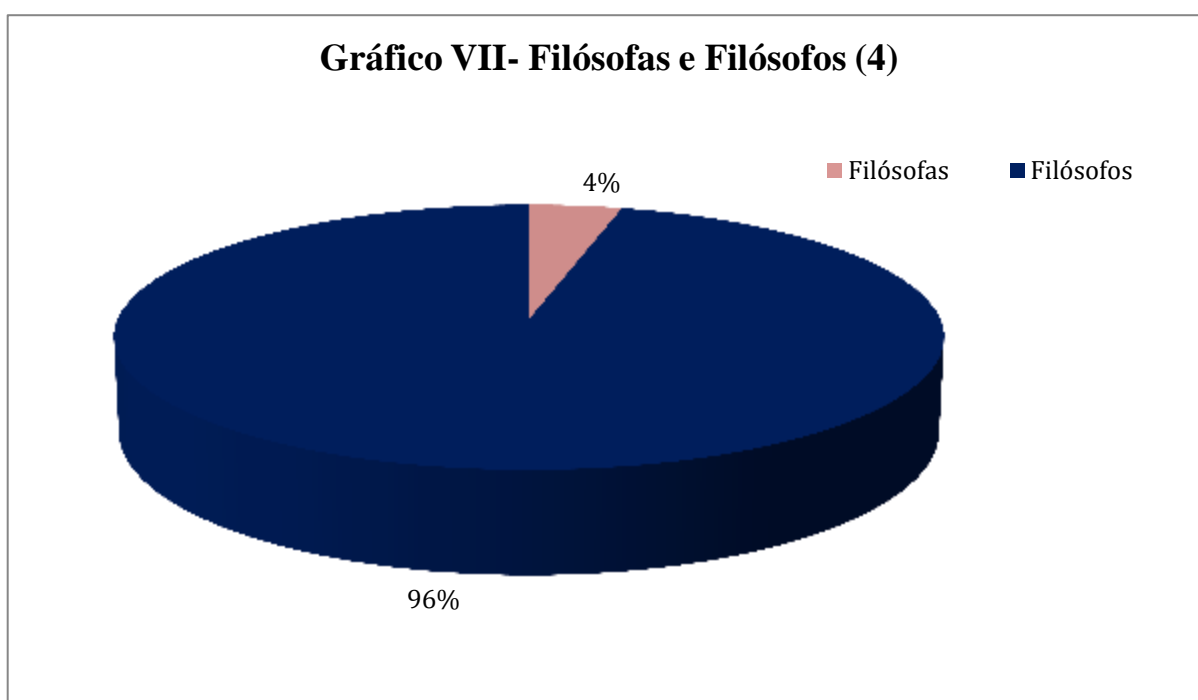
O livro *Iniciação à filosofia* faz algo novo até então, mesmo que de forma breve. Abre o claramente presente para o docente questionar os estereótipos masculinos e femininos e assim romper com o patriarcado.

Mesmo com o dado qualitativamente positivo, em termos quantitativos, o livro em questão assemelha-se com o *Fundamento de Filosofia* no que diz respeito à quantidade de filósofa citadas e a porcentagem da somatória das categorias analisadas.

5.4.3 Apresentações de dados VI – Livro: Filosofia: uma experiência do pensamento

O quarto livro analisado e o quarto mais escolhido entre a média de professoras e professores foi *Filosofia: uma experiência do pensamento*, de Silvio Galo. Em sua 2ª edição pela editora Scipione aparece no PNLD 2018 com a “proposta de um aprendizado por meio da compreensão e do exercício da filosofia como uma “experiência do pensamento” que consiste na *criação de conceitos* através das etapas de *sensibilização, problematização, investigação e conceituação.*” Além disso, diz destacar questões interdisciplinares e cotidianas tais como “sexualidade, direitos humanos, religião etc.”

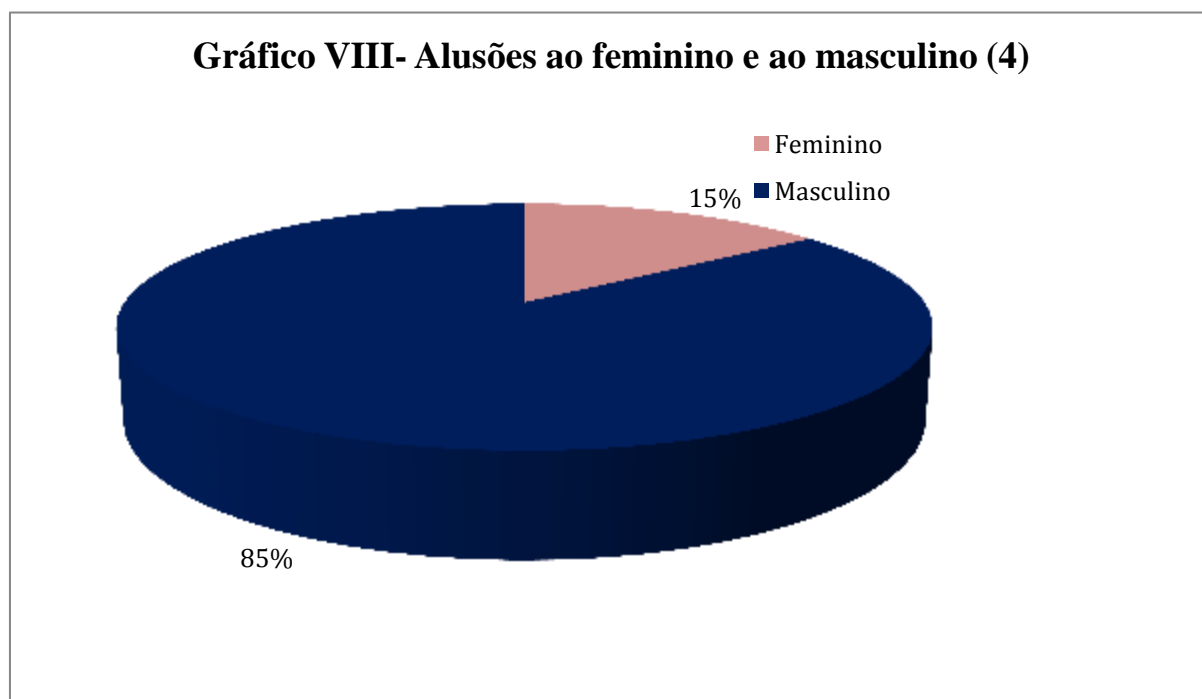
A disparidade entre filósofos e filósofos neste também foi bastante representativa, o número de **filósofos** foi de **93 (noventa e três)** e de **filósofas** apenas **4 (quatro)**, sendo esta obra a que menos promoveu às filósofas. Em média aproximada para cada filósofo houveram mais ou menos 23 filósofos citados. A representatividade das filósofas, está demonstrada em percentuais no gráfico que segue.



Das filósofas apresentadas, três apareceram nos livros anteriores: **Hannah Arendt**, **Hipátia de Alexandria** e **Simone de Beauvoir**. De nova é citada **Agnes Heller** socióloga e filósofa húngara, dedicou-se à filosofia de Hegel, à ética e ao existencialismo. Arendt ganha razoável destaque neste livro, iniciando uma sessão e com breve aprofundamento em sua análise sobre o totalitarismo, não aparecendo de forma secundária nesse momento. Beauvoir não ganha o mesmo destaque porém é mencionada como autora de uma “condição feminina” a qual ao falar sobre a *condição humana* em um mundo dominado por homens faz com que a mulher pareça o “outro” na sociedade e na *problematização em torno do ser mulher* e perpassa a *questão do gênero*.

Contudo, observando a palavra “**homem/s**” há **345 (trezentos e quarenta e cinco) menções** enquanto encontra-se **86 (oitenta e seis) à mulheres**. Assim como Chauí, o autor de *Filosofia: uma experiência do pensamento* preocupou-se em diversos momentos em não utilizar a universalização masculina e se referir a “homens e mulheres”. A palavra “**pensador/es**” que engloba outras áreas do saber e não apenas a filosofia surge **61 (sessenta e uma) vez** enquanto “**pensadora/s**” **2 (duas) vezes**. Por fim, “**autor/es**” aparecem **91 (noventa e uma) vezes** e “**autora/s**” **10 (dez) vezes**. O número ainda é bem distinto em termos quantitativos, mas este é o livro analisado que mais reconhece a mulher como “autora”, mesmo 10 (dez) sendo um número baixo é um contraponto muito bom se comparado a outros livros analisados que essa menção não ocorre por nenhuma vez.

Assim, contabilizando as categorias listadas, percebe-se que há 590 (quinhentos e noventa) referências ao humano masculino e 102 (cento e duas) referências ao feminino. Para facilitar a compreensão dos dados oferecidos em percentuais apresenta-se o seguinte gráfico:



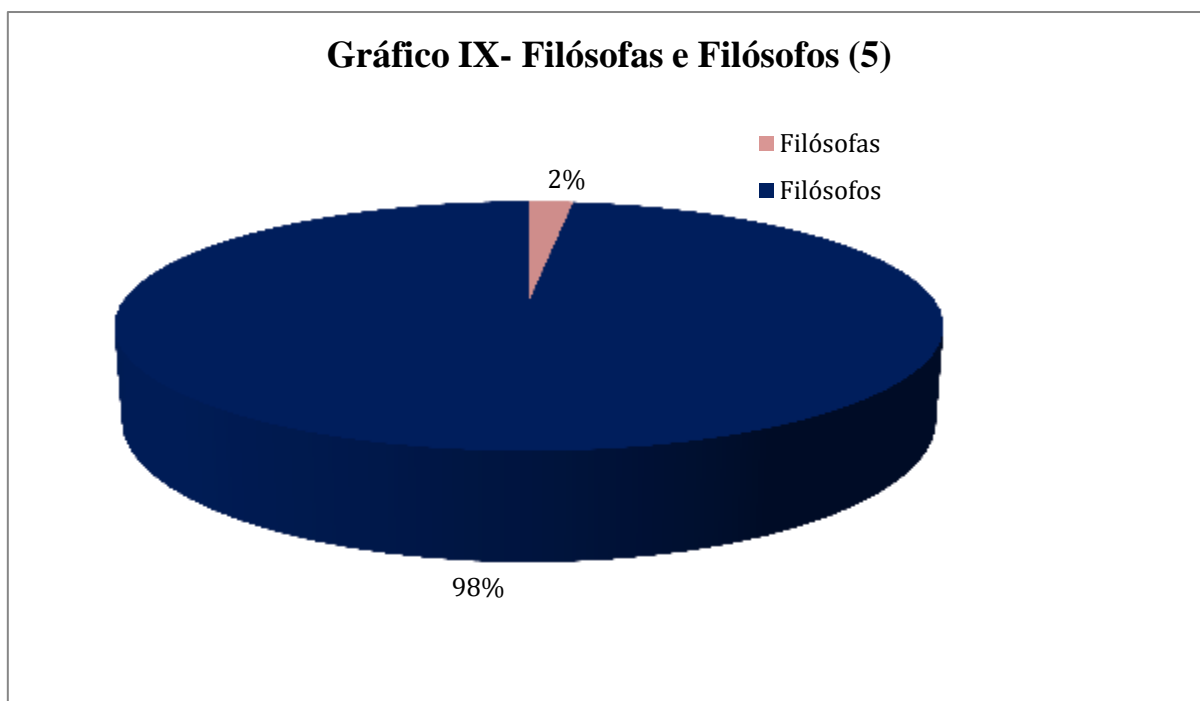
É interessante ressaltar que este livro foi o que apresentou maior representatividade feminina dentre os livros didáticos analisados por essa pesquisa. Houve em média 6 (seis) menções no que se refere ao masculino para cada uma ao feminino – tomando mais uma vez como ponto de partida e comparação as categorias analisadas pela presente pesquisa – mesmo podendo parecer um número relativamente baixo. Além disso, o autor também debruçou-se sobre a diversidade de gênero ao elucidar temáticas como o movimento LGBT e identidades de gênero.

5.4.4 Apresentações de dados V – Livro: Diálogos: Primeiros Estudos em Filosofia

O quinto livro analisado, *Diálogos: Primeiros Estudos em Filosofia*, assim como a obra *Reflexões: Filosofia e Cotidiano*, teve uma média de 5% das escolhas dos docentes. Em sua 2ª edição pela editora moderna, segundo o PNLD 2018, “a obra propõe oferecer subsídios para o aprendizado em Filosofia articulando temas filosóficos, a História da Filosofia e contextos cotidianos visando à abordagem temática em seus contornos históricos.” Diferentemente dos demais materiais didáticos observados, a obra diz “privilegiar o fazer filosófico: *metafísico, epistemológico e semântico-hermenêutico*” além de prometer uma perspectiva interdisciplinar.

Ao serem verificadas as **filósofas** que fazem parte do livro didático pode-se observar **4 (quatro)**. São elas: **Hannah Arendt** que mais uma vez ganha maior engajamento, surgindo em quatro momentos diferentes. **Hipátia de Alexandria, Simone de Beauvoir e Olgária Matos**, filósofa brasileira que aparece em breve passagem. Apesar da quantidade pouco expressiva, o livro abre uma parte chamada “*outras perspectivas*” a partir da página 331, onde trata das temáticas da *vida da mulher, não se nasce mulher e o empobrecimento da experiência*. Nos tópicos mencionados á razoável aprofundamento com relação ao ser feminino. Quanto ao número de **filósofos** verificado foi de **187 (cento e oitenta e sete)**.

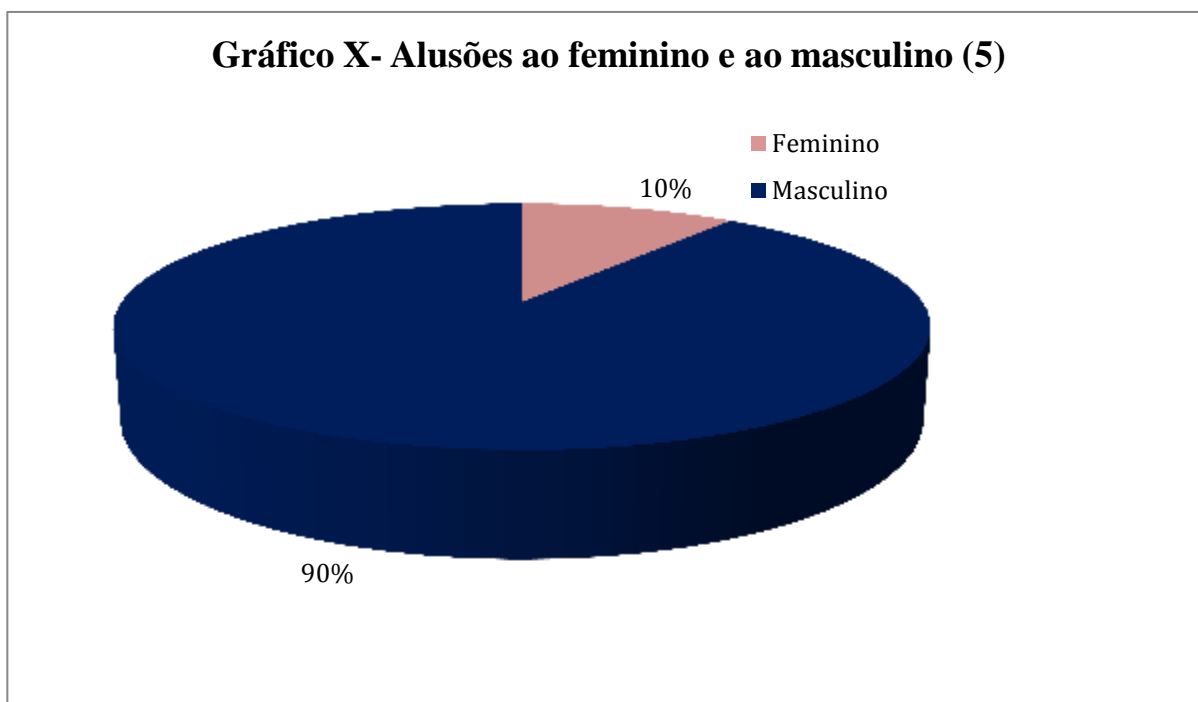
Gráfico IX- Filósofas e Filósofos (5)



Como observado no gráfico acima, a média de 2% foi a menor média de representatividade feminina obtida até o momento.

Ao observar a categoria homem e mulher, percebe-se que aparece **mulher/es 74 (setenta e quatro)** e **homem/ns 378 (trezentos e setenta e oito) vezes**, no entanto além das passagens já citadas referência ao ser feminino, no Capítulo 17 “*quem é o indivíduo da sociedade contemporânea?*” eis que surgem algumas questões de gênero e a abordagem das “*Múltiplas identidades na sociedade contemporânea*”. Assim como nas outras menções, o debate ocorre de forma rápida, não passando cada tópico de uma página, contudo, a abordagem permanece válida. O substantivo **pensadora/s 2 (duas) vezes** e **pensador/es 168 (cento e sessenta e oito) vezes**. Quanto a autor e autora, **autor/es 32 (trinta e duas) vezes** e **autora/s 8 (oito) vezes**. É importante ressaltar ainda que uma das autoras mencionadas foi **Malaia Yousafzai**, uma ativista paquistanesa, laureada com um prêmio Nobel e conhecida principalmente pela defesa dos direitos humanos das mulheres e do acesso à educação na sua região natal.

O livro *Diálogos* se torna um paradoxo, pois apesar de ser o que menos dá visibilidade às filósofas e um dos que mais coloca a figura feminina em um espaço de notoriedade e reconhecimento, mesmo não contemplando a mesma com uma vasta diversidade de autoras ou imagens representativas, o material didático reconhece o papel a mulher na sociedade atual. Porém, há em média 8 referências masculinas para uma feminina, o que em números equivale a 765 (setecentos e sessenta e cinco) menções de categorias analisadas masculinas e femininas 88 (oitenta e oito). O que em porcentagem se apresenta no gráfico abaixo:



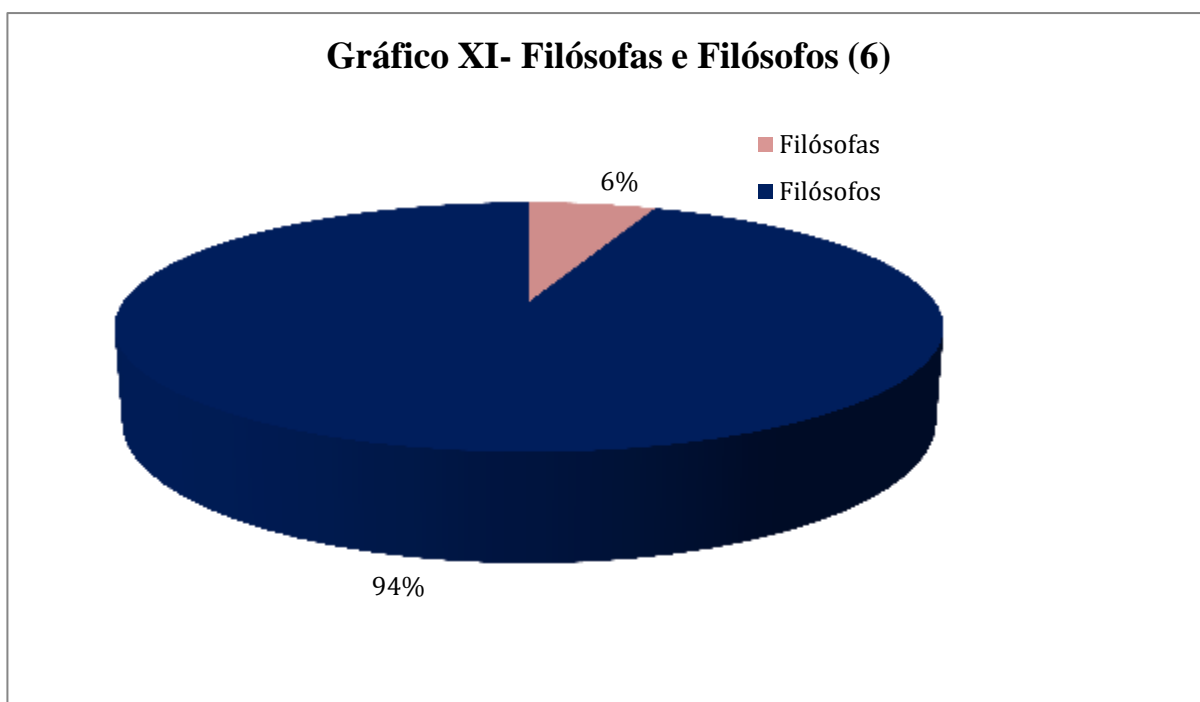
5.4.5 Apresentações de dados VI – Livro: Reflexões: Filosofia e Cotidiano

Como dito anteriormente, *Reflexões* obteve 5% da média de escolhas, em sua primeira edição pela editora SM, a obra promete um “confronto com ideias alternativas” além de “atento ao diálogo com outras áreas de conhecimento, valoriza a discussão sobre questões de gênero, étnicas, a pluralidade cultural e religiosa.” Além de anunciar em sua unidade 4 “para além do eurocentrismo” o capítulo 17 – “*Filosofias feministas e seus desdobramentos*”.

Nesta obra, conforme os dados encontrados, notou-se **187 (cento e oitenta e sete)** menções aos filósofos contrapondo **12 (doze) filósofas e pesquisadoras**.

As filósofas encontradas na obra foram: **Louisa May, Pandora, Any Rand, Angela Davis, Simone de Beauvoir, Emily Elizabeth, Adélia Prado, Susan Haack, Rosalind Franklin, Silvia Velho, Judith Butler, Carol Gilligan**

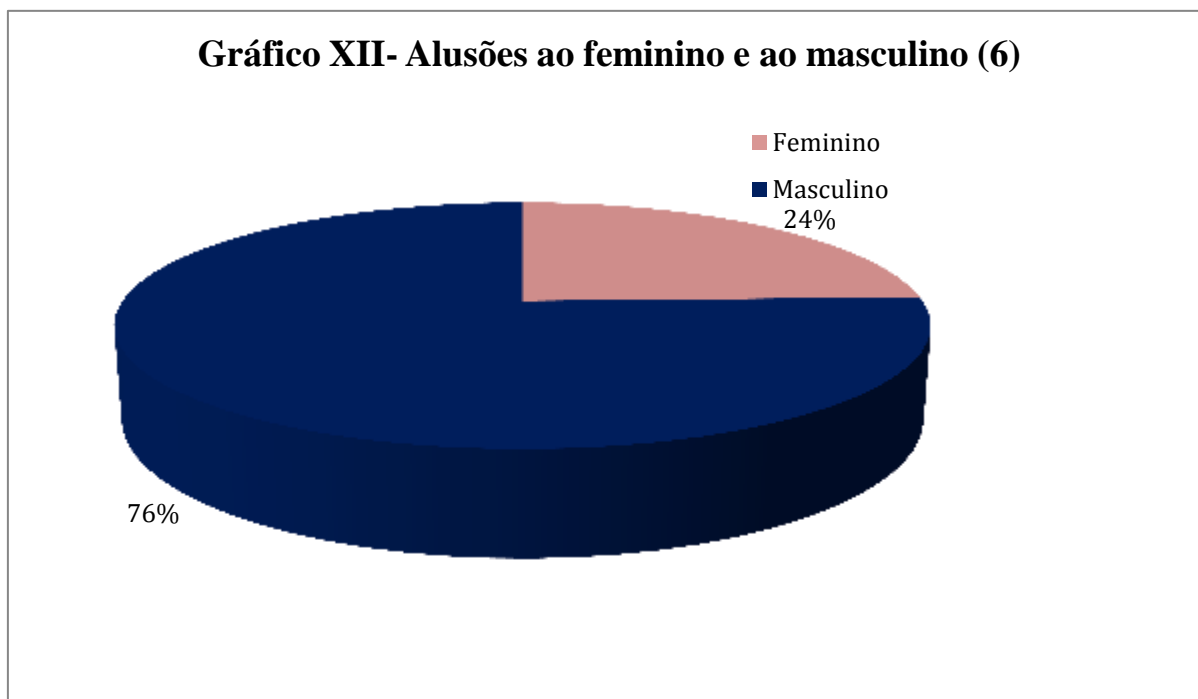
O demonstrativo em porcentagens do contraponto entre filósofos e filósofas está abaixo.



O capítulo 17 da unidade 4 “filosofias feministas e seus desdobramentos” é o último capítulo do livro – ele propõe tratar da sociedade patriarcal, feminismo, gênero e transexualidade. A obra foi a única entre as analisadas com uma parte relativamente longa com enfoque ao ser feminino, suas lutas, representações e contribuições sociais. *Reflexões* assim como outras obras escolhidas pelo PNLD 2018 tem um cuidado perceptível no tratamento dos gêneros para contemplar de alguma forma o todo.

Isto posto, há diferenças consideráveis ainda, porém essas não aparecem de forma tão gritante como em algumas análises. Notou-se que a palavra **“homem/ns”** surge **344 (trezentos e quarenta e quatro) vezes** e **“mulher/es”** **187 (cento e oitenta e sete) vezes**. **“Pensador/es”** aparece **95 (noventa e cinco) vezes** enquanto **“pensadora/as”** **15 (quinze)**. **“Autor/es”** **148 (cento e quarenta e oito vezes)** para **“autora/s”** **37 (trinta e sete)**.

Ou seja, a partir da junção das categorias analisadas há 774 (setecentos e setenta e quatro) – homem/ns, pensador/es, autor/es e filósofos – para 251 (duzentos e cinquenta e um) – mulher/es, pensadora/as, autora/as e filósofas. Abaixo está o demonstrativo em percentuais.



É interessante salientar que *Reflexões: Filosofia e Cotidiano* foi análise que propiciou maior quantitativo de representatividade dentre os oito livros analisados.

5.4.6 Apresentações de dados VII – Livro: Filosofia e Filosofias

Com 4,5% da média de escolhas, o livro *Filosofia e Filosofias* de Juvenal Savian Filho é um material didático que está na sua primeira edição publicado pela editora Autêntica.

Em sua visão geral no Guia do PNLD de 2018, ele surge como uma obra que “*se estrutura coerentemente em torno do exame do sentido da existência, apresentando a Filosofia como caminho de busca desses possíveis sentidos*” (BRASIL, 2018, p. 22). Diferente das outras obras analisadas, *Filosofia e Filosofias* dá a entender ainda no Guia que encontraremos uma abordagem direta quanto aos textos das filósofas quando afirma que vai verificar também as questões da existência “*nos textos originais de filósofos e filósofas que são apresentados, explicitando ainda suas opções teórico-metodológicas a partir da escolha de um viés temático*” (BRASIL, 2018, p. 22). Além de propor que “*de forma dialógica e plural, abordar temas e problemas que atravessam a vida do/a estudante que são levados para a sala de aula a partir do recorte e da abordagem propostos pela obra*” (BRASIL, 2018, p. 22).

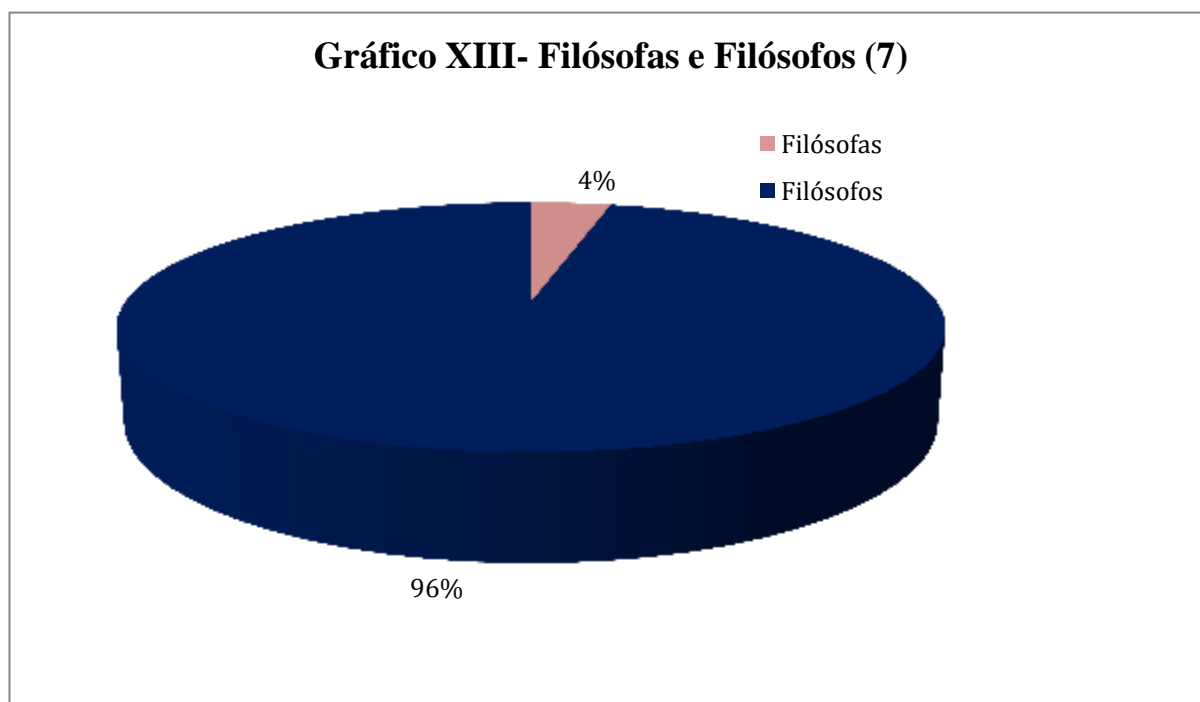
O “livro do professor” conta com 519 páginas, no decorrer delas foi possível encontrar as filósofas **Edith Stein, Hedwig Conrad-Martius, Gerda Walter, Simone de**

Beauvoir, Butler, Gilda de Mello e Hannah Arendt, sendo a obra com mais filósofas listadas (7). E **203 (duzentos e três) filósofos**.

É interessante que o livro *Filosofia e Filosofias* toma um cuidado diferente dos demais listados no PNLD 2018, no decorrer de toda obra ao falar de seus objetivos, do que o capítulo pretende tratar, o autor se preocupa em frisar que está direcionando o contexto ali descrito por “filósofos e filósofas” como no trecho a seguir:

“Opera-se neste livro com a distinção entre uma atitude filosófica geral e as diferentes formas assumidas por essa atitude no trabalho de filósofas e filósofos ao longo do tempo. Essa distinção permite falar em Filosofia como o "pensamento do pensamento" e em filosofias, no plural, como uma constelação de formas filosóficas que encarnam a atitude geral de pensar sobre o pensamento” (SAVIAN FILHO, 2016, p. 407).

Tendo essa perspectiva de demonstrar uma atitude filosófica geral e as atitudes dos filósofos e filósofas há um bom aprofundamento das ideias das filósofas, alguns momentos suas ideias permanecem como segundo plano, assim como nas demais obras analisadas, contudo, as aparições femininas ganharam maior destaque neste.

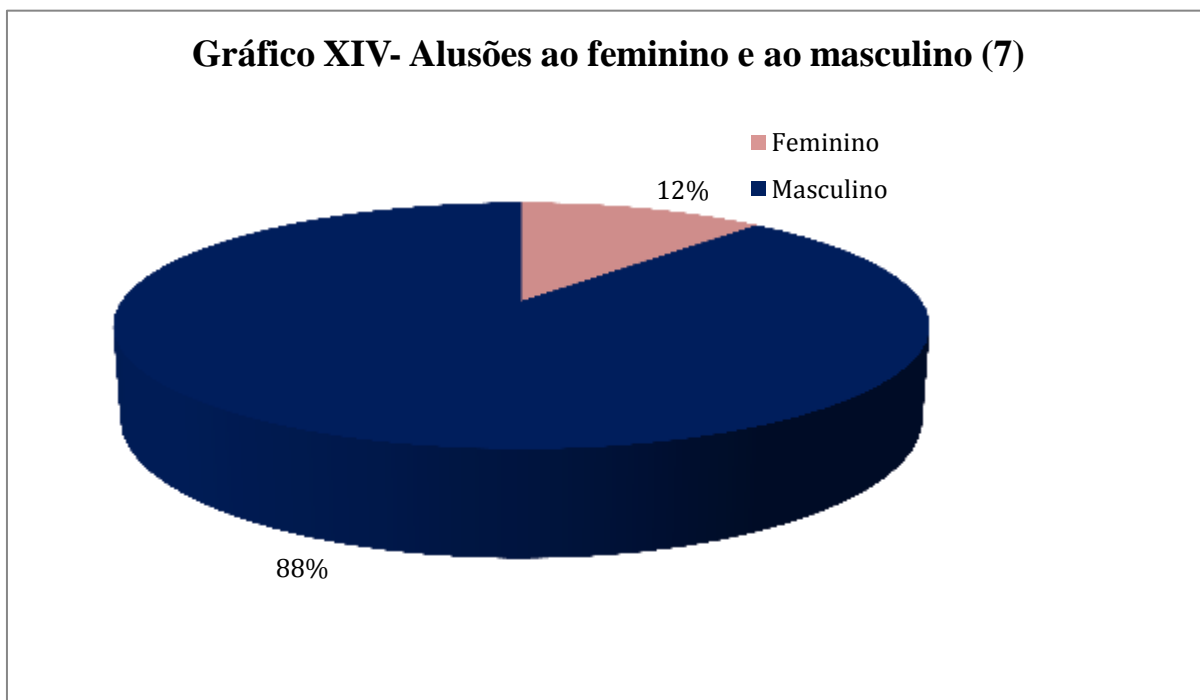


Apesar dos aspectos positivos observados é possível notar ainda a disparidade entre o número de filósofos e filósofas como no próximo gráfico.

Ao observar a categoria homem e mulher, percebe-se que aparece **mulher/es 86 (oitenta e seis)** e **homem/ns 145 (cento e quarenta e cinco) vezes**. O substantivo

pensadora/s 10 (dez) vezes e pensador/es 213 (duzentos e treze) vezes. Quanto a autor e autora, autor/es 291 (duzentos e noventa e uma) vezes e autora/s 11 (onze) vezes..

De modo geral há em média 7,5 referências masculinas para uma feminina, o que em números equivale a 852 (oitocentos e cinquenta e duas) menções de categorias analisadas masculinas e femininas 114 (cento e quatorze). O que em porcentagem se apresenta no gráfico abaixo:



5.4.7 Apresentações de dados VII – Livro: Filosofia: Temas e Percursos

Filosofia: temas e percursos é a oitava obra analisada e a com menor média de escolha no Distrito Federal (2,5%). Em sua 2ª edição é feita por uma compilação de autores:

João Vergílio Cuter, Luiz Repa, Marco Valentim, Paulo Vieira Neto, Roberto Bolzani Filho e Vinicius de Figueiredo.

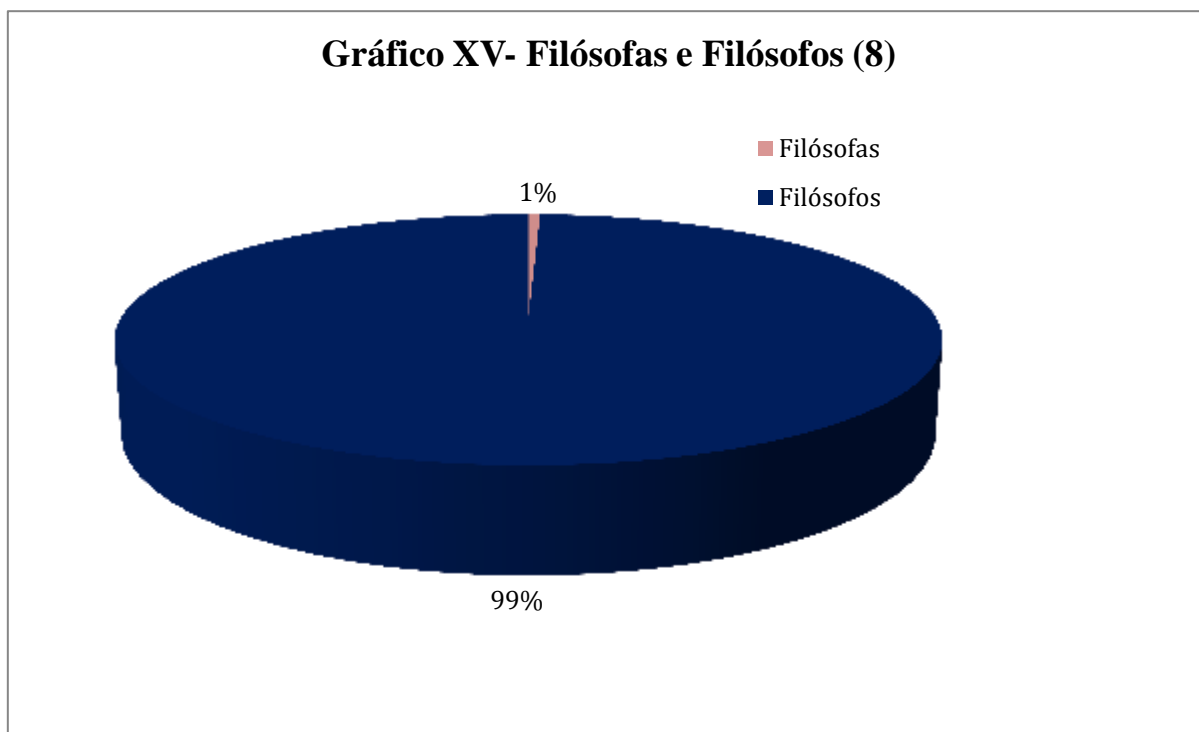
Em sua visão geral no Guia do PNL 2018 diz “apresentar abordagem essencialmente temática, dividindo-se em doze unidades, organizadas em torno de um par conceitual específico: natureza e cultura, razão e paixão, realidade e aparência, entre outros”.

Além disso, propõe uma “introdução à Filosofia que estimule a curiosidade do/a estudante e não se limite à reprodução do pensamento dos filósofos.”

Nesta obra, conforme os dados encontrados, notou-se **(180)** menções aos **filósofos** contrapondo **(uma) filósofa**.

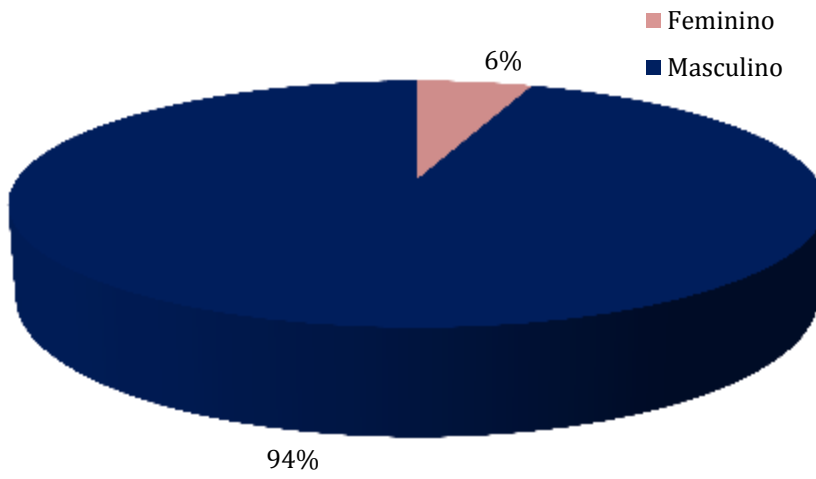
A filósofa encontrada foi Hannah Arendt, aparecendo cinco vezes no decorrer da obra.

O demonstrativo em porcentagens do contraponto entre filósofos e filósofas está abaixo.



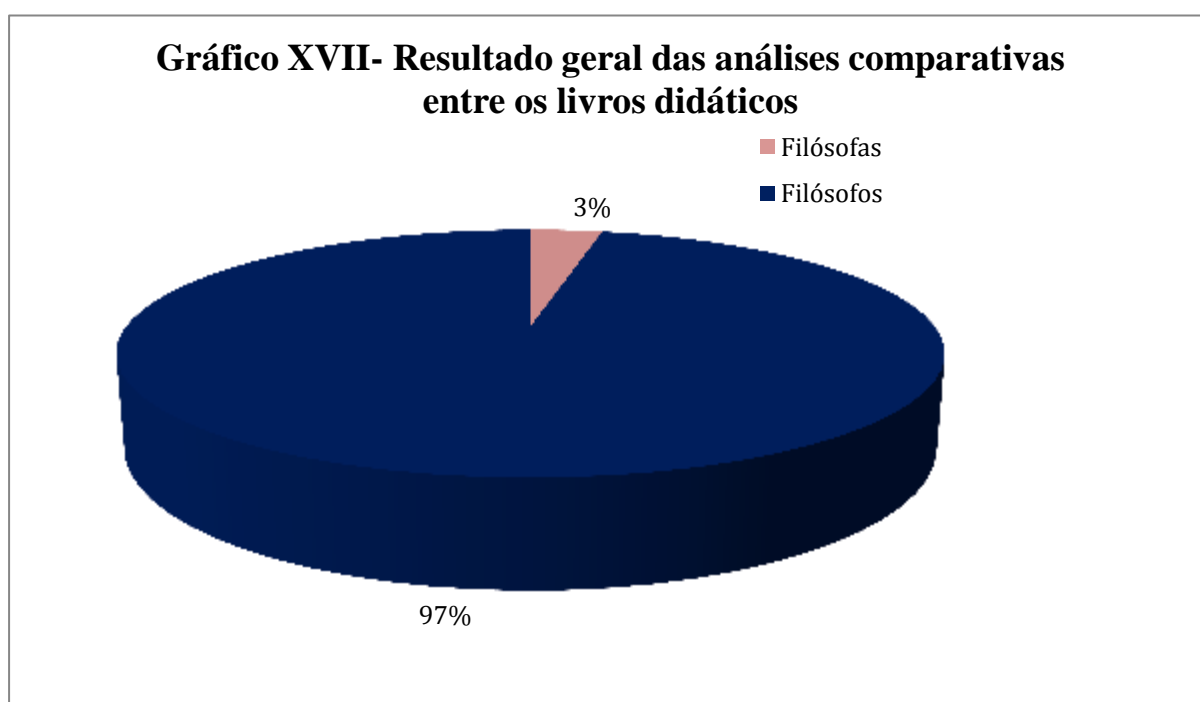
Para efeito comparativo, ao voltar o olhar simplesmente para a palavra “mulher/es”, é possível encontra-la **41 (quarenta e uma)** vezes no decorrer de toda obra, em contraponto a este, “homem/ns” o número é **285 (duzentos e oitenta e cinco) vezes**, o mesmo não se refere apenas ao gênero masculino, universaliza os seres e ocupa um espaço de evidência em suas aparições. Este não se atém ao tratamento de filósofos e filósofas ou homens e mulheres. Ao que se refere a qualquer humano como pensador ou pensadora, “pensador/es” é de **117 (cento e dezessete) vezes**, já ao que procurar a “pensadora/s” é **zero**. Em sequência a isso, ainda pensando em contabilizar outros campos do saber juntamente com a filosofia, buscou-se por autores e autoras, o número de **autor/es** do sexo biológico masculino é de **200 (duzentas) vezes**, já ao que se vê de **autora/s** é igual a **4 (quatro)**.

Os percentuais da somatória das categorias observadas neste livro apresentam-se demonstrados a seguir:

Gráfico XVI- Alusões ao feminino e ao masculino (8)

5.7 Discussão

Após análise dos oito livros didáticos de filosofia para o ensino médio selecionados no edital 4/2015, pode-se de fato perceber que a invisibilidade das mulheres no pensamento filosófico existe e persiste. Sem considerar as demais categorias neste momento, ao contabilizar todos os dados encontrados em cada um dos livros nota-se a quantidade de **filósofos 1338 (mil trezentos e trinta e oito)** e **48 (quarenta e oito) filósofas**. Em termos percentuais se expressa da seguinte forma:



O gráfico pode auxiliar na observação da disparidade entre as proporções de gêneros perpetuando em geral, a desigualdade, quando se vê que além de estarem representadas com apenas 3% somando todos os livros, em sua maioria, a referência permanece secundária, algumas vezes incorporadas ao conteúdo, outras apenas como complementação à ideia principal da página ou ainda como rodapé explicativo de imagem, foram poucas as obras que deram de relativo destaque a presença feminina em quaisquer aspecto, e mesmo as que evidenciaram esse papel, como *Reflexões: Filosofia e cotidiano* e *Diálogos* ou *Filosofia: uma experiência do pensamento*, o espaço dado é pouco comparada a ênfase dada aos filósofos/homens/pensadores/autores em todos os materiais didáticos aprovados pelo edital para o PNLD 2018.

Não há pretensão de julgar a qualidade das obras ou algum aspecto do tipo, o olhar é pontualmente à sensibilidade da representação da mulher nas obras. Reconhece-se que os autores cumprem o edital 4/2015 e as propostas do PNLD 2018.

“Os autores das obras citam filósofos, orientações curriculares nacionais do Ministério da Educação, ou pedagogos e/ou cientistas da educação a fim de fundamentar suas propostas sobre ensino de Filosofia, ou apresentar propostas diferenciadas. Todas as obras abordam as categorias pesquisadas: o que é Filosofia; fundamentos do ensino e aprendizagem de Filosofia; importância do ensino de Filosofia”

(ALMEIDA *et al*, 2018, p. 243-251).

Essa diferença não é algo exclusivo da filosofia, em outras áreas do conhecimento pode-se perceber dados semelhantes quanto aos livros didáticos já observados. Em pesquisa que visava compreender o modo que as mulheres estão representadas nos livros didáticos de História indicados aos professores pelo PNLD (2017-2019) notou-se que há uma presença sensível de mulheres nos livros didáticos de história, mesmo que em “boxes” separados do texto central, ou seja, elas existem, porém, permanecem como secundárias. Ao observar a mulher no livro didático de Geografia, é afirmado em *“A mulher no livro didático de geografia: representações, imagens e discurso”* que a figura feminina surge em dados como: renda e a participação das mulheres na política e situações de violência como o feminicídio no Brasil, sem maiores informações, mesmo as autoras Campos e Rodrigues (2018) afirmando que a legitimidade do estudo dessas relações de gênero reside no fato de a ciência geográfica ser constituída por elas. Quanto aos livros de Sociologia, os autores pontuam a grande influência das antropólogas Margaret Mead e Ruth Benedict como desafiadoras do pensamento comum da época, o “papel da mulher” direcionada aos cuidados do lar, além da emergência de movimentos feministas, étnicos raciais, religiosos e LGBT. Nos livros de Literatura onde por muito tempo negaram as escritas femininas, “vale considerar que o espaço dado à escrita de mulheres ainda é modesto no ambiente escolar, considerando-se a pouca representatividade que existe nos livros didáticos”. Na pesquisa *“As representações femininas (ou a falta delas) em livros didáticos de literatura no ensino médio”* (CURÇO, SANTOS e SIEBEL, 2018) é salientado que “até o Modernismo, nenhuma escritora é analisada no material didático analisado nesta pesquisa. Após o Modernismo, há uma maior presença de autoras, mas ainda assim, em muitos livros, elas recebem menor destaque do que os autores.” Ao observar campos como a Biologia, os livros ainda “apresentam imagens que mostram e criam uma concepção de mundo dicotômico”. Já nos livros de Física, Santos e Lopes (2017)

afirmam que mesmo quando há mulheres entre o corpo de autores, essa representação ainda é insatisfatória e sexista.

Isto posto, fica ainda mais evidente que, mesmo quando há uma inserção da mulher nos livros didáticos presentes nas escolas públicas brasileiras, a representatividade permanece mínima, perpetua e reforça conceitos já arraigados na sociedade ou permanece citando apenas as mesmas figuras femininas.

Deste modo, é curioso perceber que Hipátia de Alexandria, Hannah Arendt e Simone de Beauvoir aparecem em quase todas as obras analisadas, e em algumas delas ganham razoável destaque. Este dado é interessante, pois, ao comparar com uma pesquisa anterior realizada em escola pública do Distrito Federal – realizada em 2016 e já mencionada neste trabalho pontual - foi percebido que entre 130 alunos e alunas, apenas 20 disseram ter conhecimento de alguma filósofa, desses, 15 relataram conhecer Hipátia de Alexandria. Ou seja, o resultado do conhecimento ou desconhecimento de discentes sobre a filosofia feminina pode ser de fato influenciado pelas informações (ou a falta dela) do livro didático escolhido para seu processo de ensino e aprendizagem. Não parece ser coincidência uma das pensadoras que aparece de forma unânime entre as análises dos livros ser também a única a qual alunos e alunas dizem conhecer em meio a tantos filósofos.

Esse desconhecimento das filósofas pode ser percebido também em uma análise da pesquisa realizada em 2018 sobre os cursos de nível superior de filosofia a invisibilidade da mulher, nesta, *“foram 379 programas avaliados e apenas duas disciplinas ofertadas propõe-se a discutir questões pertinentes às teorias de gênero ou em referência à filosofia feminista”* (ANDRADE, 2018, p. 96), além disso, ao voltar-se para ementa desses programas se pôde ver que a pensadora mais listada foi Hannah Arendt, aparecendo 6 (seis) vezes em ementas de cursos diferentes. Mais uma vez surge uma das filósofas que sobressaiu nos livros didáticos observados. Porém, caberia questionar: existem apenas essas poucas filósofas que ainda são minimamente lembradas? Ainda na dissertação *Corpos à margem e o ethos filosófico*, Andrade (2018), traz que em mais da metade dos programas das disciplinas analisadas não há referência à presença de mulheres filósofas, pesquisadoras, intelectuais, especialistas, comentadoras e autoras em geral nas bibliografias representando apenas 7,67% de todas as referências femininas utilizadas nas aulas de formação filosófica. É constado ainda que:

“Se tomarmos apenas as disciplinas da tradição filosófica, com peso muito maior na formação geral em filosofia, este número é maior ainda nos programas de disciplinas de filosofia sem nenhuma mulher nas bibliografias

indicadas. Por outro lado, entre as disciplinas da área de formação pedagógica, a maioria apresenta obras de autoras em suas bibliografias” (ANDRADE, 2018, p.105).

Diferentes processos de silenciamento da mulheres na tradição parece levar também a um outro quadro: a pouca presença de mulheres nos cursos de filosofia. Essa baixa representatividade das mulheres nos cursos de graduação de Filosofia pode ser constatada, mesmo historicamente licenciatura sendo uma área de predominância feminina – segundo o ENADE 2014 a média de alunas nos cursos brasileiros da disciplina em licenciatura é de 41,5%, já quanto ao bacharelado o percentual é de 28,8%. Nos cursos de pós-graduação em filosofia no Brasil a participação é de 27%. Assim, há uma defasagem na formação dos professores e das professoras de Filosofia e em suas práxis. E há poucas filósofas nos livros didáticos de Filosofia para o ensino médio, o que faz com que os alunos e alunas das escolas públicas do Distrito Federal desconheçam as mulheres na filosofia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção de duas crenças, a princípio bastante enraizadas na tradição ocidental, reforça a ideia da construção história de uma metafísica da substância na filosofia e na sociedade: a primeira seria a crença que existem naturezas distintas: o feminino e o masculino, sendo que a natureza masculina é superior à natureza feminina; a segunda é a crença que a voz masculina, predominante no cânon da filosofia, é uma voz universal e que não haveria diferença entre uma pura filosofia e uma filosofia feita por homens, corroborando para uma significativa estrutura de silenciamento da mitologia a contemporaneidade.

Se não há duas naturezas, ou seja, se temos apenas uma natureza humana o que diferencia masculino de feminino? É uma questão de performance? De desengajamento e estereótipos do potencial individual e coletivo das mulheres?

Considerando que a imagem e representação feminina está historicamente associada a uma identidade construída por juízos de valor onde o corpo é uma composição de padrões e a percepção do corpo feminino uma questão estética que pode gerar preconceitos. Pondera-se que um passo crucial para escapar desta representação e de diversos determinantes ontológicos assim como não ignorar a produção cultural, intelectual e as múltiplas formas de representações femininas, é entender que o ser humano ao assumir uma identidade identifica-se com sua essência e a partir daí a torna inteligível, havendo clara distinção entre corpo e mente.

Ao final dessa pesquisa, podemos olhar para a memória da relação com as questões de gênero que relatamos no início desta e perceber como a problemática advinda de forma empírica reflete no ser filósofa, professora e mulher. Toda experiência vivida na graduação, investigada no PIBID, PIBIC, TCC e culminando agora na pesquisa de mestrado reforça a ideia de defasagem da visibilidade feminina na história da filosofia assim como fortalece o esforço e a vontade de dar voz ao ser feminino que filosofa. No caso da carreira como docente esse processo é de grande impacto e se tornou indispensável para mediação do livro didático e domínio dos conhecimentos transmitidos, pretendendo de forma continuada contribuir para mudança de representação de conteúdos e práxis pedagógicas.

A proposta de problematizar como essa temática é apresentada (ou velada) aos estudantes de filosofia através dos livros didáticos permite reafirmar a metafísica da substância que endossa mesmo que indiretamente comportamentos discriminatórios.

Ora, após a análise, percebeu-se que os modos pelos quais a Filosofia e os livros didáticos representam as mulheres, bem como as ideologias vigentes na sociedade são

reproduzidos no ensino de filosofia no ensino médio. A invisibilidade feminina ao longo da trajetória filosófica não quer dizer que de fato não existiram filósofas, pesquisadoras ou grupos envolvidos nesta temática, mas que há uma crença de caráter teórico-conceitual que cria notório distanciamento em campo intelectual, político, econômico e sociocultural e é isso que ocorre com a metafísica da substância e identidade de gênero que aqui se refere.

A falta da representação feminina em que se baseia essa pesquisa mostra que tal problema atravessa a tradição filosófica e resulta de uma problemática recorrente. Na tentativa de compreender tais fenômenos, corroborando com as pesquisas aqui mencionadas e as não elucidadas, sugere-se a existência de um estereótipo de gênero e colabora para a longa luta de representatividade intelectual. No entanto, nota-se que muitos dos esforços para tal visibilidade são realizados por uma minoria feminina motivada, por vezes, de forma empírica.

Os livros didáticos são importantes na realidade brasileira, pois em um país com profundas desigualdades como o Brasil, programas como o PNLD permitem que estudantes tenham no material didático a principal fonte de informações qualificadas sobre a filosofia. Oras, se esse material reproduz preconceitos arraigados na tradição, está colaborando para a perpetuação desses para novas gerações pois as informações postas (ou não) nesse material às vezes são as únicas conhecidas pelo alunado e tomadas como verdades absolutas, isso torna o problema da aniquilação simbólica ainda maior.

Assim, a dificuldade de assumir a mulher como ser pensante que assume ou não a identidade de seu sexo biológico, em uma subjetividade que não precisa ser moldada quando se entende que há uma metafísica substancial que nos cerca e continuará a envolver-nos nos mais diversos campos da existência que permite uma construção-reconstrução além de conceber uma filosofia dinâmica. Tem-se ainda a compreensão de que essa forma de representação estereotipada e idealizada da “forma” das mulheres é equivocada, reduzindo demasiadamente o papel das mulheres, uma vez que estas sempre estiveram presentes em todos os âmbitos sociais ao longo dos séculos.

O ensino de filosofia pode abrir inúmeras possibilidades de leitura, discussão e compreensão a respeito das filósofas, para isso, além do material didático cabe também a cada professor e professora introduzir as mulheres juntamente com os conteúdos que estão sendo desenvolvidos, para reconhecer assim, as atuações femininas. Nesse sentido, cada educador ou educadora é mais do que reprodutor dos conhecimentos (e ideologias) do livro didático pois apesar dele ser grande instrumento para o ensino, sozinho não pode produzir nada. Professores e professoras devem atuar como além de um intérprete que dialoga com a

veracidade que esta além dos materiais. Essa atuação é ainda um desafio à formação docente, o qual talvez devesse ser destrinchado nas unidades de formação acadêmica.

Pode-se observar, em geral, nos livros didáticos analisados que o comportamento quanto às mulheres e às pensadoras é padronizado. Salve pequenas exceções como no *Reflexões* que apresenta um capítulo específico de representatividade ou ainda a preocupação de alguns autores pontuais no trato de não universalizar a todo o tempo o masculino, como foi especificado no decorrer das análises.

Um questionamento ouvido ao longo do desenvolvimento da pesquisa referia-se à pertinência de algo como essa, dado que se pressupõem antecipadamente que o quadro a ser encontrado nos livros didáticos de filosofia sobre a presença das mulheres afirmaria o ofuscamento questionado, o preconceito e a discriminação da filosofia feminina. Todavia ao final, a intuição inicial de sua relevância parece ainda mais acertada. Não se trata apenas de falar sobre algo que parece empiricamente ter determinado estado de coisas sobre as mulheres, mas de poder dizer quantificada e qualificadamente como essas aparecem nos livros didáticos e estabelecer relações e análises contrapondo a forma como os homens são representados e universalizados.

A escola, como espelho da sociedade, reproduz em seu interior as práticas sociais, logo reflete também toda essa metafísica substancial. Porém, por meio do conjunto das disciplinas estudadas, dentre elas a Filosofia, a escola pode também problematizar essas práticas e reconstruir procedimentos; criar novas possibilidades de relacionamentos entre gêneros; apresentar novas formas de lidar com o diferente para evitar conflitos.

A presente pesquisa procurou responder a necessidade de indagar o saber filosófico e suas “verdades substanciais” e sua universalidade que reforça silenciamento sobre as mulheres. A ideia de existência de uma metafísica da substância que persiste em nossa tradição filosófica ocidental e é reproduzida em diferentes níveis educacionais é reforçada se levarmos em conta que não é por falta de produção acadêmica das mulheres filósofas, o que denuncia sua existência e que aponta outras possibilidades. No mundo ocidental e mesmo no Brasil já temos um legado que pareceria suficiente para estarmos em outro patamar num tratamento diferenciado das questões de gênero na produção filosófica e de material didático.

A presente investigação possui várias limitações que revelam a necessidade de outras pesquisas para mapear, diagnosticar, revelar as diferentes facetas em que a metafísica da substância expressa. Diferentes pensadoras de diferentes áreas do conhecimento têm contribuído para desvendar em seus campos de pesquisa as especificidades desse processo. Em que pese à filosofia que é produzida e ensinada no Brasil ainda parece não acompanhar

esse movimento com a intensidade necessária, passos estão sendo dados para revelar o estado da arte e outros esforços para alterá-lo. Dentre as limitações dessa pesquisa que nos fazem pensar um mapeamento de questões para futuras pesquisas possíveis, podemos apontar:

- a) Não fizemos um mapeamento das obras que ao longo da tradição já destacavam a produção feminina e/ou as referências às mulheres ou ao feminino no conjunto do cânone da tradição filosófica ocidental. Com essa produção tivemos um tratamento qualitativo no que se refere ao que algumas referências nos permitiram fazer nossa argumentação, todavia terminamos com o sentimento de que pesquisas nesse campo ainda precisam ser feitas;
- b) Não há uma comparação qualificada com o que ocorre com livros didáticos de outras áreas do conhecimento que permitissem uma afirmação mais assertiva sobre gênero e a educação básica como um todo. Pelas referências que apresentamos no texto sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais, poderíamos ter como hipótese que essas questões devem ser mais bem problematizadas nas disciplinas de ciências humanas que em filosofia;
- c) Os livros didáticos não determinam o que efetivamente é ensinado nas escolas de ensino médio, dado que os estados elaboram suas propostas curriculares. Daí seria interessante para qualificar melhor o trabalho aqui feito se houvesse a possibilidade de analisar como os currículos estaduais de filosofia para o Ensino Médio propuseram ou não questões de gênero ou o estudo de mulheres filósofas. Não tivemos aqui como fazer alguma referência aos currículos estaduais.

Pesquisas como da Profa. Carolina Araújo que mostra a pouca representatividade da mulher na pós-graduação, ou da Megue Magalhães Andrade que mostra como as mulheres são pouco lidas em nossos departamentos na formação inicial de professores são complementadas com essa nossa contribuição, que mostra que docentes de filosofia do ensino médio não podem ter, ainda, nos livros didáticos aliados qualificados para enfrentar essa metafísica da substância vigente. Parece ainda faltar elementos para um novo tipo de saber onde haja um projeto de filosofia e educação na perspectiva de gênero, sobretudo para educação básica.

Ainda assim, o estudo fornece pistas para que a Filosofia seja capaz de refletir e minimizar a metafísica da substância e identidade de gênero como um problema de relevância atual, mobilizando práticas e escolhas de novas de práxis e procedimentos no espaço escolar

sob a perspectiva de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adriana Tavares de Almeida, et al. OS FUNDAMENTOS DO ENSINO DE FILOSOFIA NOS LIVROS DIDÁTICOS APROVADOS PELO PNLD 2018. *Problemata: R. Intern. Fil.* V. 9. n. 3 (2018), p. 243-251 ISSN 2236-8612 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v9i3.41670>

ANDRADE, Megue Magalhães de. *CORPOS À MARGEM E O ETHOS FILOSÓFICO: Para pensar gênero e a filosofia*, Brasília, 2018.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 12° ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, instrumento de poder*. Tradução de Roberto Raposo, prefácio de Celso Lafer. 5° Ed. Rio de Janeiro: Documentário, 1975.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. 2° edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BAGGINI, Julian. A filosofia tem algum problema com as mulheres? *Revista Folha*, Agosto de 2015. Disponível em : <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/08/1662349-a-filosofia-tem-algum-problema-com-as-mulheres.shtml>

BRASIL. *Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Racial*. Livro de Conteúdo – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília/DF: SMP, 2009.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, 1998.

_____. *Ministério da Educação. Diversidade na Educação: reflexões e experiência*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

_____. *Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia*. – Brasília: MEC/CNE, 2001 (Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001)

_____. *Ministério Da Educação/Conselho Nacional De Educação/Câmara De Educação Básica. Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010 (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica)*.

_____. *Ministério da Educação. PNLD 2018: filosofia – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017. 70 p.

_____. *Ministério da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Filosofia*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

_____. Ministério da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2015: Filosofia. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014

_____. Ministério da Educação. PNLD 2018: filosofia – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017. 70 p. EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04/2015 – CGPLI
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE OBRAS DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. 3º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução, Renato Aguiar. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, Clarissa Petry. REPENSANDO AS MULHERES E A FILOSOFIA: uma análise dos livros didáticos de Filosofia de Ensino Médio. Florianópolis, 2016.

CASTRO, Laura Laís de Oliveira. ZACHEU, Aline Aparecida Pereira. DOS TEMPOS IMPERIAIS AO PNLD: A PROBLEMÁTICA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL. UNESP/BAURU Disponível em:
<https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/dos-tempos-imperiais-ao-pnld--a-problematica1.pdf>

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Marcas de gênero na escola: sexualidade e violências/discriminações. In: Seminário sobre Gênero e Educação: educar para a igualdade. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher; Conselho Britânico;

CHAUÍ, Marilena. INICIAÇÃO À FILOSOFIA. Ed. ÁTICA. 3ª edição, 2016

CONTRIM, Gilberto. FERNANDES, Mirna. FUNDAMENTOS DE FILOSOFIA. Ed. SARAIVA EDUCAÇÃO, 4ª edição, 2016

COSTA, Jurandir Freire Gênero e Feminismo: convergências, (in)disciplinas. Brasília- DF. Ex Libris, 2010. A inocência e o vício. Estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Dumara, 1992.

CURÇO, Ellen Monique; SANTOS, Kelly Christiane; SIEBEL, Nicole Carina. AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS (OU A FALTA DELAS) EM LIVROS DIDÁTICOS DE LITERATURA NO ENSINO MÉDIO. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, III SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. SEMINÁRIO PIBID/FACCAT.

CUTER, João Vergílio, et al. FILOSOFIA: TEMAS E PERCURSOS. BERLENDIS & VERTECCHIA Editores, 2ª edição, 2016

DINIZ, Gabriela Almeida; SANTOS, Sandro Prado. Discutindo as Relações entre os Gêneros em Livros Didáticos de Ciências, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. In: VIII

ENPEC – Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viii/enpec/resumos/R0835-2.pdf>

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Plano Norteador de (com)vivência Escolar: construção em rede – Documento Norteador. Brasília: GDF/Secretaria de Estado de Educação/Subsecretaria de Educação Básica, 2012.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. O que os filósofos pensam sobre as mulheres. (Org): Maria Luísa Ribeiro Ferreira. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I. Tradução de Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GALO, Sílvio. FILOSOFIA – EXPERIÊNCIA DO PENSAMENTO. Ed. SCIPIONE, 2ª edição, 2016

GONTIJO, Pedro; VALADAO, Erasmo Baltazar. Ensino de filosofia no ensino médio nas escolas públicas no Distrito Federal: história, práticas e sentidos em construção. Cad. CEDES [online]. 2004, vol.24, n.64, pp.285-303. ISSN 0101-3262. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622004000300003>

HARDING, Sandra. Feminism and Methodology. Bloomington: Indiana University Press. 1987.

HENRIQUES, Fernanda. Concepções filosóficas e representações do feminino: Subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica, Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 89 | 2010, colocado online no dia 01 outubro 2012, criado a 24 de junho de 2019. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/3661> ; DOI : 10.4000/rccs.3661

ISBAES, Gabriela; REDONDO, Laís Prestes. UMA HISTÓRIA DAS MULHERES: A ABORDAGEM DOS LIVROS DIDÁTICOS E O USO DAS FONTES IMAGÉTICAS NA AMPLIAÇÃO DO SABER ACERCA DA FIGURA FEMININA. Centro de Ciências Humanas. Pós-graduação em História, Cultura e Poder. Universidade do Sagrado Coração, 2018.

LAJOLO, Marisa. Em Aberto, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me000706.pdf>

LEAL, Djaci Pereira; OLIVEIRA, Dra. Terezinha. Livro didático: sua importância e necessidade ao processo ensino-aprendizagem. Disponível em : http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/produtorcoes_pde/artigo_djaci_pereira_leal.pdf

LOURO, Guarira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pósestruturalista. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guarira Lopes. O Corpo Educado Pedagogias da Sexualidade – Jeffrey Weeks, Deborah Britzman, bell hooks, Richard Parker, Judith Butler Traduções: Tomaz Tadeu da Silva 2ª Edição Autêntica Belo Horizonte, 2000.

MARTINS, Maria Helena Pires; ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. FILOSOFANDO – INTRODUÇÃO A FILOSOFIA. Ed. MODERNA, 6ª edição, 2016

MELANI, Ricardo. DIÁLOGOS: PRIMEIROS ESTUDOS EM FILOSOFIA. Ed. MODERNA, 2ª edição, 2016

MENEZES, Magali Mendes. A filosofia feminista desde os olhares da filosofia intercultural: uma reflexão entre margens. Porto Alegre. 2015.

NYE, Andrea. Teoria Feminista e as Filosofias do Homem. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995.

PACHECO, Juliana. Mulher e Filosofia: As relações de gênero no pensamento filosófico. (Org) Juliana Pacheco. Editora fi: Porto Alegre, 2015.

PONTES, Diego. PÁGINAS CONTINGENTES: GÊNERO ESEXUALIDADE NO LIVRO DIDÁTICO SOCIOLOGIA HOJE. Revista Perspectiva Sociológica. 1º sem. 2017

PROBST, Amália Kelly Rambaldil Melissa. AS MULHERES REPRESENTADAS NOS LIVROS DIDÁTICOS: HISTÓRIA DO BRASIL. Interfaces Científicas. Educação. Aracaju. V.5. N.3. p.123-134. Jun. 2017

SANTOS, Jucilane Alves dos; LOPES, Mirleide Dantas. REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CIÊNCIA: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA ÉTNICO-RACIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE FÍSICA. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Cajazeiras, n. 2, suplementar, p. 58 – p. 69, set. de 2017.

SAVIAN FILHO, Juvenal. FILOSOFIA E FILOSOFIAS. Ed. AUTÊNTICA, 1ª edição, 2016

SIQUEIRA, Rosana Rocha. Processos identitários e poder. Revista do Grupo de pesquisa GEPPIP. p. 74-89. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Artigo5%20Rita%20Figueiras%20-%20pp74-89.pdf>

SOUSA, Lana Ellen Tavares de. RELAÇÕES DE GÊNERO NO ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO. Brasília, 2016.

SPINOZA, Benedictus de, 1632-1677. Tratado político I Baruch de EspinOSA; ; tradução, introdução (' notas Diogo Pires Aurélio; revisão da tradução Homero Santiago. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.- (Clássicos WMF)

TIBURI, Márcia. Mulheres e Filosofia. Revista Cult, Maio, 2007. Disponível em: <http://www.marciatiburi.com.br/textos/mulhereseafilosofia.htm>

TIBURI, Márcia. Políticas, Mulheres e Filosofia. Disponível em: http://www.marciatiburi.com.br/textos/quadro_politicamulhereseafilosofia.html.

TREVISAN, Andreia Cristina Rodrigues; DALCIN, Andreia. Um olhar sobre as questões de gênero em livros didáticos de Matemática. Universidade Federal de Mato Grosso e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. REEDUC, Vol. 14, Nº 36.

VASCONCELOS, José Antonio. REFLEXÕES – FILOSOFIA E COTIDIANO. Ed. SM, 1ª edição, 2016